

RELATÓRIO DE GESTÃO

2007

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor-Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (Interino)

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretor-Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

Coordenação de Planejamento e Supervisão
Gylcilene Ribeiro Storino

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Diretoria Executiva - DE

RELATÓRIO DE GESTÃO
2007

Rio de Janeiro
Março 2008



Relatório de Gestão - 2007

Diretoria Executiva

Apresenta e analisa os aspectos inerentes ao processo de gestão institucional e as práticas ocorridas no exercício de 2007.

Coordenação

Gylcilene Ribeiro Storino

Gerente do Projeto

Fábio Thomaz Barbosa

Equipe Técnica

Ana Cláudia Neves do Livramento

Ana Maria Martins Neves

Leonardo Gomes Alves

Mônica M. Piquet de Alcantara

Programação Visual e Diagramação da Publicação

Mauro Emílio Araújo

Colaboradores

Antonio Ferreira Antunes

Antonio Fernando de Andrade Alves

Elizabeth de Carvalho Faria

Fabio Sciberras de Carvalho

Luiz Gutman

Maria de Lourdes Adorno Alves

Maria Letícia Duarte Warner

Maria Vilma Salles Garcia

Marise Maria Ferreira

Marta da Silva Coutinho

Massashige Takiguchi

Nelson Baptista Moreira

Rose Mary Rodrigues

Sandra Cavalcanti Barros

Sonia Val Dias

Taurino Vasconcelos Muller

Wanderley Mazei Coelho Silva



Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos mais um balanço das atividades realizadas pelo IBGE em 2007. O ano foi significativamente importante para a Instituição, que, mais uma vez, exerceu com êxito o seu papel, destacando-se, no contexto dos seus trabalhos, as atividades compreendidas no Programa Recenseamentos Gerais, em especial a Contagem da População 2007 e o 10º Censo Agropecuário, o que permitiu mostrar um quadro da realidade do país fornecendo dados fundamentais à formulação de políticas públicas e tomada de decisões acerca de investimentos privados e governamentais.

O presente relatório traz em suas páginas uma nova padronização em seu formato, conforme determinação da Controladoria Geral da União-CGU a todos os órgãos. Assim, o esforço conjunto de todas as áreas do IBGE permitiu o levantamento dos dados e informações apresentados no presente relatório, cuja função é, além de atender as demandas do Governo Federal e a sociedade, acompanhar os trabalhos da nossa Instituição

O Relatório encontra-se disponibilizado a toda a sociedade e em especial aos usuários e produtores de informações estatísticas e geocientíficas, no endereço <http://www.ibge.gov.br> – portal do IBGE na Internet, e na intranet da Instituição para todos os seus servidores, sendo distribuído em versão impressa para o corpo gerencial estratégico.

Este documento além de prestar contas ao governo e à sociedade, vem prover a Instituição das informações necessárias às boas práticas de gestão, sintetizando todos os subsídios dados à administração interna no decorrer do ano por meio de relatórios trimestrais de monitoramento e acompanhamento das ações desenvolvidas na Casa.


Eduardo Pereira Nunes
Presidente do IBGE





Sumário

13	INTRODUÇÃO
15	1
	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA
17	1.1
	Nome, Natureza Jurídica e Vinculação
17	1.2
	Base Legal
17	1.3
	Inscrição no CNPJ, função de governo e Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI
19	1.4
	Endereço
21	2
	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS
23	2.1
	Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas
27	3
	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO
35	4
	GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES
37	4.1
	PROGRAMAS
37	4.1.1
	Programa 0796 – Informações Estatísticas e Geocientíficas
37	4.1.1.1
	Dados Gerais
38	4.1.1.2
	Principais Ações do Programa
38	4.1.1.3
	Gestão das Ações
38	4.1.1.3.1
	Ação 4227 – Pesquisas Conjunturais
41	4.1.1.3.2
	Ação 4228 – Pesquisas Estruturais da Área Econômica
44	4.1.1.3.3
	Ação 2228 – Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica
48	4.1.1.3.4
	Ação 2665 – Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais
51	4.1.1.3.5
	Ação 2229 – Mapeamento Topográfico de Referência
55	4.1.1.3.6
	Ação 2231 – Sistema Geodésico Brasileiro
58	4.1.1.3.7
	Ação 2230 – Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas
60	4.1.1.3.8
	Ação 2236 Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos



Sumário

64	4.1.1.3.9 Ação 5280 – Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
66	4.1.1.3.10 Ação 1793 – Implantação do Índice de Preço ao Produtor
68	4.1.1.3.11 Ação 11GJ – Elaboração de Sistema de Indicadores de Direitos Humanos
69	4.1.1.3.12 Ação 11GU – Pesquisa de Orçamentos Familiares
72	4.1.1.3.13 Ação 11GS – Implantação do Sistema de Informações para Estudos sobre Condições de Vida – HD TAL
74	4.1.1.3.14 Ação 5288 – Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho
76	4.1.1.3.15 Ação 11EF – Mudança do Referencial Geodésico
77	4.1.1.3.16 Ação 3596 – Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia
79	4.1.1.3.17 Ação 1K32 – Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do Brasil – SIG Brasil
81	4.1.2 Programa 1059 – Recenseamentos Gerais
81	4.1.2.1 Dados Gerais
81	4.1.2.2 Principais Ações do Programa
82	4.1.2.3 Gestão das Ações
82	4.1.2.3.1 Ação 1779 – Censo Agropecuário 2006
85	4.1.2.3.2 Ação 1A91 – Contagem da População 2006
87	4.1.2.3.3 Ação 11JV – Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios
89	4.1.2.3.4 Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública
91	4.1.3 Programa 1073 – Universidade do Século XXI
91	4.1.3.1 Dados Gerais
92	4.1.3.2 Ação do Programa
92	4.1.3.3 Gestão da Ação



Sumário

92	4.1.3.3.1 Ação 8547 – Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências
95	4.1.4 Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
95	4.1.4.1 Dados Gerais
95	4.1.4.2 Ação do Programa
95	4.1.4.3 Gestão da Ação
95	4.1.4.3.1 Ação 8015 – Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências
98	4.1.5 Programa 0750 – Apoio Administrativo
98	4.1.5.1 Dados Gerais
98	4.1.5.2 Principais Ações do Programa
99	4.1.5.3 Gestão das Ações
99	4.1.5.3.1 Ação 2000 – Administração da Unidade
105	4.1.5.3.2 Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
108	4.1.5.3.3 Ação 0110 – Contribuição à Previdência Privada
111	5 DESEMPENHO OPERACIONAL
119	6 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA
125	7 INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL
125	8 OPERAÇÕES DE FUNDOS
127	ANEXOS
129	ANEXO A DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS
129	ANEXO B DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES
130	ANEXO C DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO
131	ANEXO D RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
138	ANEXO E DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO
143	ANEXO F ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO



Introdução

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é o principal provedor de dados e informações do País que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

As estatísticas sociodemográficas e econômicas que produz, os mapeamentos e análises geográficas que elabora são elementos imprescindíveis para diagnosticar e monitorar a dinâmica econômica, demográfica, social e política de nossa sociedade, fundamentar ações de planejamento, tanto na área pública como na iniciativa privada, e contribuir para o processo de consolidação da cidadania.

A necessidade dessas informações é ainda mais premente quando se trata de uma sociedade em constante processo de transformação, ocupando um território de grande extensão e caracterizada por fortes desequilíbrios socioeconômicos, cuja expressão espacial mais marcante é as desigualdades regionais.

O IBGE, atento às orientações emanadas do Governo Federal, vem desenvolvendo ações visando à garantia da democratização do acesso aos dados e informações produzidos no seu âmbito, bem como tornar cada vez mais transparente o processo de gestão da produção de tais informações por meio também da elaboração do relatório de gestão, ao final de cada exercício.

Em 2007, o Relatório de Gestão segue as recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU e da Controladoria Geral da União- CGU, alinhado à Decisão Normativa TCU nº85, de 19 de setembro de 2007 e à Portaria CGU nº1.950, de 28 de dezembro de 2007, por meio das quais foi conformada a nova estrutura do relatório para o exercício, e compatibilizada com o Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento-SIGPlan, demandando informações detalhadas por Ação do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA.

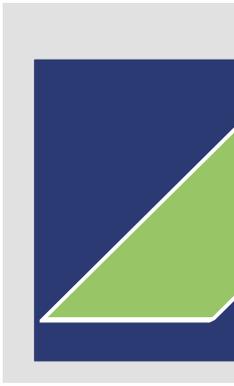
O ano de 2007 foi especialmente marcante para o IBGE pelo fato de que pela primeira vez foram realizados os censos Agropecuário e a Contagem da População em operação conjunta, como também utilizados computadores de mão – PDA pelas equipes de campo, o que significou um salto qualitativo no processo da coleta das informações, trazendo inúmeras vantagens, como a possibilidade de crítica em tempo real dos dados coletados.

A utilização de tecnologia da informação (TI) assegurou que o IBGE se tornasse, além de vencedor do concurso Plano TI & Governo, um ‘case’ mundial pela própria Microsoft, conforme matéria veiculada na revista INFO EXAME de maio de 2007.



Identificação da Unidade Jurisdicionada

1



1.1 Nome, Natureza Jurídica e Vinculação

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é uma fundação pública do Poder Executivo, de direito público vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1.2 Base Legal

O IBGE foi instituído nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, e sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro. Rege-se pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003 publicado no DOU 114, de 16 de junho de 2003, pelo Regimento Interno aprovado na Portaria MP nº 215 de 12 de agosto de 2004 e publicado no DOU nº156, de 13 de agosto de 2004, e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

Os atos normativos de criação do IBGE conferiram-lhe por missão *retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania*, por meio da produção, análise e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica, e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, sendo ainda de competência do IBGE propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas; atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico e no Sistema Estatístico Nacional, mediante a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas, em consonância com o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG, sob sua responsabilidade, instituído pela Lei nº 5.878, de 1973, e aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, como também acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

1.3 Inscrição no CNPJ, função de governo e Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI

O IBGE encontra-se no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número 33.787.094/0001-40 e sua função de governo para fins de classificação orçamentária é Administração-04.



A Instituição opera no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal–SIAFI sob o código de gestão 11301 com todas as suas Unidades Gestoras (UG) em funcionamento. Os códigos das UG da Fundação encontram-se especificados no quadro a seguir.

Quadro 1 - Código do IBGE e das Unidades Gestoras utilizados no SIAFI

UG	TÍTULO	UF	SITUAÇÃO
114601	Fundação IBGE - Administração Central/RJ	RJ	Em funcionamento
114602	Unidade Estadual do IBGE em Rondônia	RO	Em funcionamento
114603	Unidade Estadual do IBGE no Acre	AC	Em funcionamento
114604	Unidade Estadual do IBGE no Amazonas	AM	Em funcionamento
114605	Unidade Estadual do IBGE em Roraima	RR	Em funcionamento
114606	Unidade Estadual do IBGE no Pará	PA	Em funcionamento
114607	Unidade Estadual do IBGE no Amapá	AP	Em funcionamento
114608	Unidade Estadual do IBGE no Maranhão	MA	Em funcionamento
114609	Unidade Estadual do IBGE no Piauí	PI	Em funcionamento
114610	Unidade Estadual do IBGE no Ceará	CE	Em funcionamento
114612	Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Norte	RN	Em funcionamento
114613	Unidade Estadual do IBGE na Paraíba	PB	Em funcionamento
114614	Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco	PE	Em funcionamento
114615	Unidade Estadual do IBGE em Alagoas	AL	Em funcionamento
114616	Unidade Estadual do IBGE em Sergipe	SE	Em funcionamento
114617	Unidade Estadual do IBGE na Bahia	BA	Em funcionamento
114618	Unidade Estadual do IBGE em Minas Gerais	MG	Em funcionamento
114619	Unidade Estadual do IBGE no Espírito Santo	ES	Em funcionamento
114620	Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso Sul	MS	Em funcionamento
114622	Unidade Estadual do IBGE em São Paulo	SP	Em funcionamento
114623	Unidade Estadual do IBGE no Paraná	PR	Em funcionamento
114624	Unidade Estadual do IBGE em Santa Catarina	SC	Em funcionamento
114625	Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul	RS	Em funcionamento
114626	Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso	MT	Em funcionamento
114627	Unidade Estadual do IBGE em Goiás	GO	Em funcionamento
114629	Unidade estadual do IBGE no Distrito Federal	DF	Em funcionamento
114631	Unidade estadual do IBGE no Rio de Janeiro	RJ	Em funcionamento
114633	Escola Nacional de Ciências Estatísticas	RJ	Em funcionamento
114634	Diretoria de Informática/IBGE	RJ	Em funcionamento
114635	Diretoria de Pesquisa/IBGE	RJ	Em funcionamento
114636	Diretoria de Geociências/IBGE	RJ	Em funcionamento
114637	Centro Documentação e Disseminação da Informação/IBGE	RJ	Em funcionamento
114639	Unidade Estadual do IBGE em Tocantins	TO	Em funcionamento
114640	Administração de Recursos Externos	RJ	Em funcionamento
114641	Contrato de Empréstimo Ext. BID-991/OC/BR/BRA/97/013	RJ	Em funcionamento

Fonte: SIAFI – fev/2008

1.4 Endereço

A Presidência do IBGE está situada na cidade do Rio de Janeiro, à Rua Franklin Roosevelt nº 166, Centro, CEP 20021-120, de onde são articuladas, coordenadas e supervisionadas as atividades da Fundação nas 27 unidades da federação, por meio de suas Unidades Estaduais, podendo ser contactada pelos telefones (21) 21424501, (21) 21424502 e 0800.218181 e fac-símile: (21) 21420893.

O endereço da página institucional na Internet é <http://www.ibge.gov.br> e está voltado para atender um conjunto diversificado de usuários, com canais de conteúdos direcionados aos jovens e adolescentes, canais de banco de dados e *downloads* de resultados de estudos e pesquisas, canais de conteúdo histórico e loja virtual.



Responsabilidades Institucionais

2



2.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE tem por finalidade coordenar as atividades do sistema estatístico nacional, bem como as de natureza geográfica e cartográfica, realizando levantamentos e estudos naqueles campos, assegurando informações necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especificamente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional. Portanto, constitui-se no principal provedor de dados e informações imprescindíveis para diagnosticar e monitorar a dinâmica econômica, demográfica, social, política e espacial de uma sociedade, fundamentar ações de planejamento, tanto na área pública como na iniciativa privada, e contribuir para o processo de consolidação da cidadania.

Os programas sob a responsabilidade do IBGE no Plano Plurianual-PPA para o período de 2004 – 2007 são: Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas-IEG, e Programa Recenseamentos Gerais-RG. O IBGE participa ainda do PPA, desenvolvendo Ações em Programas de outros órgãos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como no Ministério da Educação e no Ministério da Previdência Social.

Os programas institucionais do IBGE contribuem para o alcance de todos os Megaobjetivos das Orientações Estratégicas do governo e encontra-se alinhado aos Objetivos Setoriais definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No exercício de 2007, o IBGE, mais uma vez, exerceu com êxito o seu papel, destacando-se, no contexto dos trabalhos da Instituição, na realização das atividades compreendidas no Programa Recenseamentos Gerais, em especial a Contagem da População 2007 e o 10º Censo Agropecuário.

No que diz respeito aos Censos 2007, a Contagem da População e o Censo Agropecuário, além de terem representado um salto qualitativo no que se refere à utilização da tecnologia da informação (TI) – o que assegurou que o IBGE se tornasse vencedor do concurso Plano TI & Governo e um *case* mundial pela própria Microsoft, conforme matéria veiculada na revista INFO EXAME de maio de 2007, trouxeram ao país, além da atualização das estimativas da população mostrando mudanças ocorridas no território nacional, o conhecimento da infra-estrutura da atividade agropecuária, fator essencial de avaliação das políticas anteriores para o setor e de criação de novos planos de ação pública para a agricultura e pecuária brasileiras.

O IBGE foi também vencedor do concurso **Inovação na Gestão Pública Federal**, de 2007, promovido há 12 anos pela ENAP (Escola Nacional de Administração Pública),



que estimula a disseminação de soluções inovadoras e de comprovada efetividade em organizações do governo federal. Nossa Instituição participou do evento com o projeto **“Coleta de Dados por Computadores de Mão para Censos de Proporções Continentais”**, implementado durante a realização dos Censos 2007, em todo o país.

O Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas apresentou ao longo de 2007 desempenho positivo mantendo as atividades regulares de produção e divulgação dos resultados de suas diversas pesquisas, no que se refere às Ações destinadas às áreas de estatística e geociências (cartografia e geodésia), o que possibilitou garantir ao governo e à sociedade a ferramenta necessária (informações e indicadores) ao acompanhamento conjuntural e estrutural nas áreas econômica e social, bem como análises geográficas e ambientais fundamentais à utilização e organização territoriais.

Muito dos resultados, ou dos projetos, iniciados no exercício foram fruto de parcerias, convênios e cooperações técnicas com que a Instituição contou, tais como a divulgação da publicação **“Sistema de Informações e Indicadores Culturais – 2003/2004/2005”** e os resultados do Suplemento sobre Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006–MUNIC, ambas produtos de parceria com o Ministério da Cultura–MinC e divulgação dos resultados do Suplemento **“Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal”**, realizado junto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005, como produto de convênio de cooperação técnica com o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no País, em que foi considerado como os indicadores-chave das tecnologias da informação e das comunicações aprovados na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (*World Summit on the Information Society – WSIS*), entre outros.

A Instituição também participou de alguns projetos internacionais, elevando o Brasil em sua importância no campo das Estatísticas, tais como: Projeto Comissão Européia-Mercosul de Cooperação em Matéria Estatística II, onde o IBGE participou das atividades regulares do Projeto; 4º Encontro do Comitê de Estatística da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, quando o órgão representou o Brasil como membro observador, apoiando os esforços do Ministério das Relações Exteriores na análise dos documentos de adesão do Brasil àquela organização; Comitê de Estatísticas e Análise Macroeconômica do Turismo da Organização Mundial do Turismo, reelegendo o Presidente da Instituição como Presidente do Comitê; Conferência Estatística das Américas-CEA, onde o IBGE participou da 4ª Reunião da CEA apresentando o relatório sobre o estágio atual de desenvolvimento do Sistema de Contas Nacionais nos países da América Latina e Caribe, preparado em conjunto



com o Fundo Monetário Internacional-FMI, e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe-CEPAL; Bureau da Conferência dos Estatísticos Europeus, onde participou das duas reuniões regulares do Bureau; Divisão de Estatísticas das Nações Unidas-UNSD, como colaborador na realização de *workshop* na área de estatísticas industriais, que contou com a participação de representantes de doze países além de especialistas da UNSD e especialistas internacionais; e cooperou com a Guiné Bissau, para a elaboração da sua base territorial, visando a realização dos Censos naquele país.

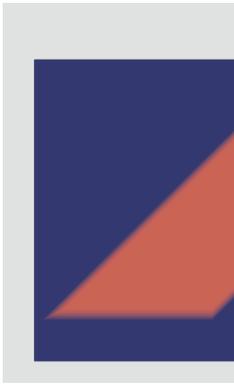
É importante ressaltar que para o cumprimento de sua missão institucional, o IBGE, além de produzir a informação, precisa fazê-la chegar ao público de forma rápida, acessível e adequada aos diferentes usuários. Assim, as atividades desenvolvidas no âmbito da Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geográficas assumem importância fundamental e, para isso, o IBGE vem investindo continuamente na intensa utilização de meios magnéticos de disseminação de informações.

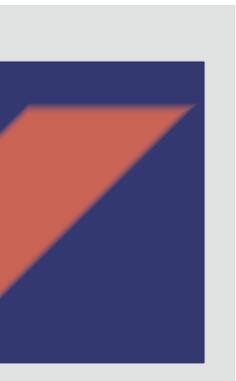
Com essas realizações, o IBGE está certo de ter cumprido sua missão institucional, oferecendo ao poder público e à sociedade subsídios para auxiliar o Brasil a enfrentar os enormes desafios que o aguardam e a fortalecer o exercício da cidadania.



Estratégia de Atuação

3





A existência de informações estatísticas e geográficas públicas, confiáveis e atualizadas, é essencial à consolidação de uma sociedade democrática e indispensável ao aumento da eficiência na concepção, formulação, execução e transparência das políticas públicas. Ao revelar o estado de suas economias e de suas populações, as informações estatísticas fazem um retrato objetivo do País, promovendo, assim, uma relação mais democrática entre os governantes e governados.

Desta forma, as atividades desenvolvidas pelo IBGE têm função de fundamental relevância para a consecução do Plano Plurianual do Governo Federal, uma vez que as informações produzidas subsidiam a formulação do planejamento estratégico nacional de médio e longo prazo, a avaliação dos impactos socioeconômicos de programas do governo federal e os estudos especiais em apoio às definições de políticas públicas.

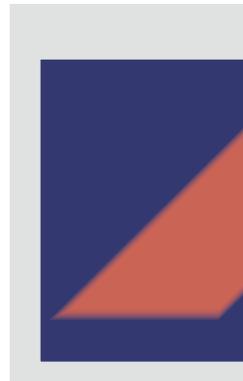
Para tanto, as informações devem ser produto de uma estratégia de atuação na implementação das atividades com foco intenso na **qualidade** do trabalho, na **transparência** das ações, na **modernização** dos processos de trabalho e no **melhor atendimento** às demandas, tanto dos governos quanto da sociedade em geral.

No ano de 2007, a realização das atividades compreendidas no Programa Recenseamentos Gerais, em especial a Contagem da População 2007 e o décimo Censo Agropecuário, assumiu especial importância no contexto dos trabalhos da Instituição.

A combinação em sua estrutura de duas áreas de conhecimento como a estatística e a geociências permitiu ao IBGE otimizar recursos e maximizar a qualidade das contribuições de cada área do Instituto na realização da atividade censitária, constituindo exemplo máximo de projeto integrador do órgão.

A decisão de realizar o Censo Agropecuário e a Contagem da População numa operação integrada foi determinada pelo fato de que os recursos alocados à disposição do IBGE, para as pesquisas, só permitiam essa alternativa. Realizá-las de forma separada representaria um custo maior em cerca de 40%, o que resultaria num valor muito além do que o Governo Federal poderia disponibilizar.

Considerando a limitação de recursos orçamentários para os Censos 2007, foi necessário restringir a abrangência da Contagem da População aos municípios brasileiros com até 170 mil habitantes - faixa onde os efetivos de população causam impacto direto nos valores repassados pelo Fundo de Participação dos Municípios, destinados aos municípios do interior. Entretanto, como em algumas Unidades da Federação apenas um ou dois municípios seriam excluídos da cobertura da Contagem,



por estarem fora da faixa acima citada, o IBGE decidiu incluí-los na pesquisa. Dessa forma, além de municípios com até 170 mil habitantes, a Contagem da População 2007 abrangeu também um conjunto de 21 municípios com população acima dessa faixa.

Para se ter idéia da grandiosidade da realização de um censo, as proporções das diferenças regionais num país com as dimensões territoriais como as do Brasil, são díspares em nível nacional, o que requer uma operação logística de alta tecnologia em conformidade com as legislações em vigor. Para atender a contento essas atividades, milhares de recenseadores são contratados para cobrir o país de norte a sul, atuando em lugares longínquos e inóspitos, em municípios e setores com populações ribeirinhas, aldeias indígenas ou pequenos povoados isolados na mata, na maioria das vezes sem recursos de agências bancárias ou caixas eletrônicos.

As peculiaridades desse tipo de atividade demandam gastos imprevisíveis, em grande parte considerados de pequeno porte, como por exemplo o aluguel de pequenas embarcações, os pagamentos de mateiros/semoventes, de passagens urbanas e intermunicipais, de treinamentos, de combustíveis, entre outros.

Para viabilizar o sucesso das pesquisas neste nível de grandeza, a maximização da utilização do Suprimento de Fundos, seja cartão de pagamento e/ou conta tipo "B", é inevitável, inclusive com valores superiores aos previstos nas legislações.

Em situações como essas o suprimento necessita, obrigatoriamente, transitar com valores em espécie e até superiores ao limite diário liberado nos caixas eletrônicos em razão das dificuldades de deslocamentos à cidade dotada desses recursos.

Para fazer frente à campanha, o Ministro do Planejamento autorizou a concessão de Suprimentos de Fundos no limite de até R\$15.000,00, limitados à aplicação em até sessenta dias.

No entanto, para dar conta desses deslocamentos por todo país, a Instituição se deparou com situações que inviabilizam o uso pleno do cartão de pagamento, como a do limite de saque diário imposto pelo Banco do Brasil de até R\$1.000,00. Esta situação foi sanada com a interferência da Secretaria do Tesouro Nacional-STN e do Ministério do Planejamento junto ao Banco que alterou o valor do saque diário para até R\$5.000,00. Existe, ainda, a rede Visa, administradora dos cartões, que não abrange todo o interior do país - geralmente servido por comércio de pequeno porte ou de subsistência familiar. Outra dificuldade reside na incompatibilidade existente entre a regra da administração pública e a lógica do sistema do Banco do Brasil que, no que diz respeito à identificação dos recursos disponibilizados para saques, só permite como fonte e vinculação de recursos a de código 412.

No caso específico dos Censos Agropecuário e Contagem da População a Direção do IBGE encaminhou ofício à STN solicitando remanejamento do limite de saque do Crédito Extraordinário (vinculação 350) para vinculação 412, possibilitando, dessa forma, a utilização do cartão na modalidade saque durante a campanha censitária, cujos valores foram ajustados ao final do exercício. Caso essas alterações e/ou adaptações às rotinas não houvessem ocorrido, a realização dos Censos seria possível somente por meio de contas correntes do tipo “B”.

Por outro lado, o IBGE procurou investir ainda mais na qualidade do trabalho, dando ênfase à tecnologia da informação como uma de suas estratégias de atuação intimamente articulada com a modernização de vários processos de trabalhos.

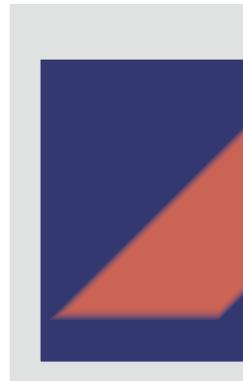
Nessa conjugação, o IBGE incorporou, neste exercício, novas tecnologias na coleta de dados dos Censos 2007, que contou com computadores de mão (*Personal Digital Assistant-PDA*), proporcionando economia de recursos, ganhos de qualidade dos dados coletados e de tempo na apuração de resultados. Equipou agências permanentes nos municípios e postos de atendimento em órgãos públicos com computadores e acesso a Internet em banda larga, criando Postos de Coleta Informatizados, que permitiram conexão lógica dos PDAs aos microcomputadores existentes no posto, por meio de transmissões locais sem fio tipo *bluetooth*, e a transmissão de dados para um dos servidores dos Censos localizados no Rio de Janeiro.

A transmissão das informações também apresentou um grande salto de eficiência, pois os dados do PDA são enviados diretamente à base de dados do IBGE, suprimindo-se, assim, as etapas de digitação ou escaneamento anteriormente utilizadas.

Os principais resultados esperados com essa solução foram: a preservação do conteúdo dos questionários; a redução do fluxo de papel; a diminuição no tempo de captura de dados; a redução dos custos operacionais; o aumento da qualidade do processo e; a reutilização da solução durante os próximos quatro anos nos Censos e Pesquisas do IBGE e, possivelmente, em outros órgãos conveniados.

A **transparência** foi outro fator estratégico que norteou a implementação das atividades do IBGE neste exercício, sublinhando-se a Instituição das 5.555 Comissões Censitárias Municipais com participação ativa nas ações preparatórias para os Censos 2007 desenvolvidas nos primeiros meses do ano, bem como a disponibilização, pela CGU, das informações sobre a aplicação dos recursos federais utilizados pelo IBGE, no PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.

No que diz respeito ao fator “transparência”, cabe discorrer sobre a utilização do cartão de pagamento, da qual o IBGE foi alvo de reportagens em várias capitais do



país. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o Jornal do Brasil veiculou, entre outras reportagens, notícia intitulada “A farrá dos cartões corporativos”, na qual relacionava nomes de alguns servidores sugerindo o mau uso e o descontrole.

Naquela ocasião o IBGE apresentou aos repórteres todas as justificativas, esclarecendo que os fatos citados já haviam tido seus documentos analisados e as ocorrências sanadas, não identificando qualquer ato doloso praticado pelos servidores nominados pela imprensa. Ainda assim, realizou, também, auditoria nos processos referidos na reportagem, tanto pela Auditoria Interna quanto a da CGU, como também, ampla exposição para exame do Conselho Curador.

No mês de julho passado, ainda o Jornal do Brasil veiculou outra matéria com o título “A maracutaia dos cartões continua”, onde se falava que *“o órgão que mais gastou com cartões corporativos, depois da Presidência da República, foi o IBGE”*.

Naquela ocasião, em resposta à reportagem, assim como para dar satisfação à sociedade, a Direção tomou a decisão de tornar público todos os processos de Suprimento de Fundos concedidos a servidores da Administração Central, colocando em jornal de grande circulação o seguinte anúncio:



Fonte: Jornal do Brasil, 27/07/2007

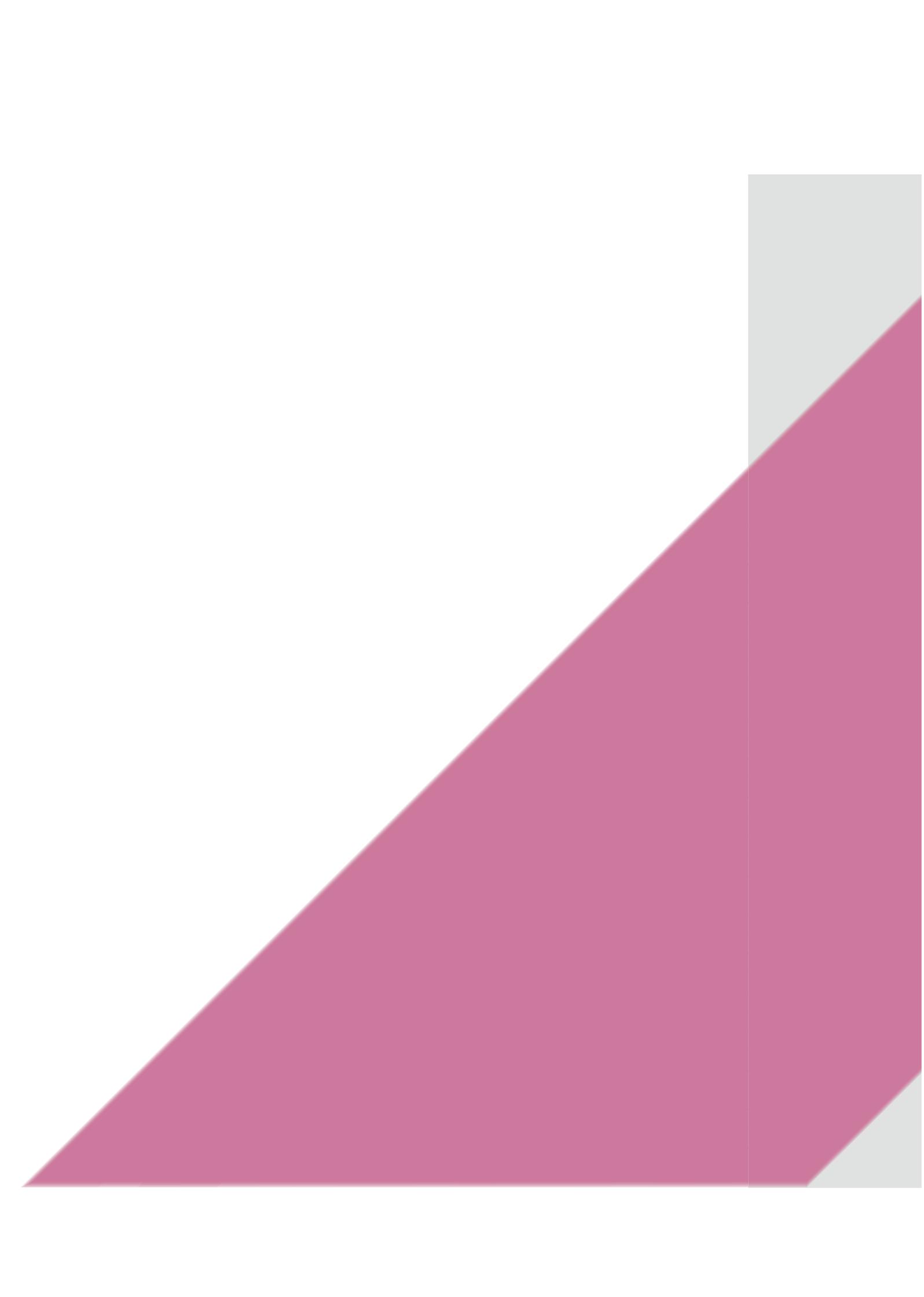
Ressalte-se que, além de toda a fiscalização por que passa a Instituição, o IBGE dispõe de mecanismos internos, desenvolvidos especificamente para esse fim. Trata-se de um Banco de Dados Administrativo e de uma Ordem de Serviço que regula o assunto com base nas legislações pertinentes e orientações da Secretaria do Tesouro Nacional- STN.

Em relação ao **melhor atendimento** às demandas, pode-se afirmar que as expectativas foram superadas e as informações elaboradas foram disponibilizadas ao governo e à



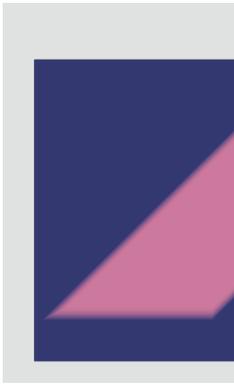
sociedade de forma transparente, rápida e em tempo recorde. Foi contabilizada uma quantidade de atendimento de demandas solicitadas por telefone, correspondência, livrarias e bibliotecas do IBGE e de acesso ao portal do IBGE na Internet, no ano de 2007, acusando uma superação de meta em 77,74%.

Com relação especificamente aos resultados dos Censos, cabe ressaltar que, ao final do exercício, o Brasil já estava informado de que somos 183,9 milhões de brasileiros e que o solo brasileiro vem sendo utilizado (lavouras, pastagens, matas, áreas irrigadas e outras) nos 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários recenseados, dentre outras variáveis. Não menos expressivo quanto à melhoria no atendimento, destaca-se que, ao final do exercício, o Tribunal de Contas da União já podia contar com as informações necessárias ao cálculo das cotas das cidades no Fundo de Participação dos Municípios.



Gestão de Programas e Ações

4



4.1 Programas

O IBGE participa do Plano Plurianual-PPA, desenvolvendo Ações em Programas de órgãos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como no Ministério da Educação e no Ministério da Previdência Social. Entretanto, a sua responsabilidade direta no PPA para o período de 2004–2007 são: o Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas-IEG e o Programa Recenseamentos Gerais-RG.

4.1.1 Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas - Código: 0796

4.1.1.1 Dados gerais

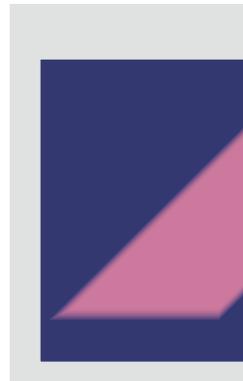
Este programa, enquadrado no tipo Serviço ao Estado por resultar em bens ou serviços ofertados diretamente ao Estado, tem por objetivo elaborar e disseminar informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica – e de natureza geocientífica: geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Está voltado ao Governo e à Sociedade em suas necessidades de conhecer a realidade física, humana, social e econômica do Brasil, por meio de estatísticas sócio-demográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas, bem como através da representação sistemática do País, em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratam a paisagem natural e social do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, fundamentando ações imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública quanto na iniciativa privada, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e de consolidação da cidadania.

Os principais beneficiários são o Governo e a Sociedade, compostos por tomadores de decisão no âmbito das políticas públicas e pelos cidadãos em geral que precisam de informações necessárias ao conhecimento da realidade brasileira.

Os indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa são: Taxa de Resultados Alcançados (RA), Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas (TDI), Tempo de Resposta Médio (TR), Taxa de Satisfação do Usuário(S), Expectativa do Usuário(E) e Avaliação do Usuário(A), conforme detalhamento apresentado no item 5.

- Gerente do Programa: Eduardo Pereira Nunes
- Gerente executivo: Sérgio da Costa Côrtes



4.1.1.2 Principais Ações do Programa

As Ações que compõem o Programa estão voltadas à obtenção de informações estatísticas e geocientíficas, necessárias à compreensão das realidades nacionais, por meio de pesquisas estruturais, mapeamentos e análises geográficas.

Na composição do relatório foram selecionadas as Ações de maior relevância na consecução das atividades finalísticas do IBGE, no exercício de 2007, descritas a seguir:

Atividades

- Pesquisas Conjunturais
- Pesquisas Estruturais da Área Econômica
- Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica
- Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais
- Mapeamento Topográfico de Referência
- Sistema Geodésico Brasileiro
- Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas
- Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos

Projetos

- Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
- Implantação do Índice de Preço ao Produtor
- Elaboração de Sistema de Indicadores de Direitos Humanos
- Pesquisa de Orçamentos Familiares
- Implantação do Sistema de Informações para Estudo sobre Condições de Vida–HD TAL
- Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho
- Mudança do Referencial Geodésico
- Implantação do Sistema de Geoprocessamento
- Modernização da Cartografia
- Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do Brasil– SIG Brasil

4.1.1.3 Gestão das Ações

4.1.1.3.1 Ação Pesquisas Conjunturais - Código: 4227

4.1.1.3.1.1 Dados Gerais

Quadro 2 – Dados gerais da Ação 4227

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Produzir indicadores que permitam analisar o comportamento socioeconômico do País, em curto prazo.
Descrição	Planejamento, coleta de dados, crítica, apuração e divulgação de resultados de estudos e pesquisas realizadas em estabelecimentos comerciais, empresas e domicílios, tais como: Pesquisa Mensal de Emprego – PME e Sistema Nacional de Indicadores de Preços – SINPC.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Pesquisas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Pesquisas
Coordenador da Ação	Wasmália Socorro Barata Bivar

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.1.2 Resultados

As Pesquisas Conjunturais - fundamentais para as ações governamentais no curto prazo, transcorreram de acordo com a programação mantendo-se o quantitativo de resultados previstos em 2007.

Para esse acompanhamento conjuntural da economia, além das Contas Nacionais Trimestrais, o IBGE disponibiliza resultados mensais para setores do comércio, indústria e agropecuária. Os índices mensais do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor–SNIPC revelam a variação dos preços na economia, merecendo menção as informações provenientes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil–SINAPI.

Cabe ressaltar que, a partir de março de 2007, o IBGE passou a divulgar os indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego-PME relativos a rendimento do trabalho das pessoas na faixa etária de 10 anos ou mais. Nesta ocasião também foi apresentada a série histórica, que se iniciou em março de 2002, com as estimativas de rendimentos médios recalculadas, ou seja, levando em conta aquele tratamento cujas linhas gerais estão descritas em nota técnica divulgada no sítio do IBGE desde fevereiro de 2007.

Para tanto, a Ação contou com recursos na LOA 2007 no valor de R\$7.412.411,00, sendo R\$ 5.692.411,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro) e R\$1.720.000,00 na fonte 281 - recursos do convênio entre a Caixa Econômica Federal e o IBGE, objetivando a produção, o aprimoramento e a divulgação contínua e sistemática das estatísticas do Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil.

Foi liquidado o montante de R\$ 6.122.476,00, sendo R\$ 4.652.429,00 na fonte 0100 e R\$ 1.470.047,00 na fonte 281.

Cabe informar que os recursos liquidados na fonte 281 foram oriundos do repasse ao IBGE no valor de R\$ 1.500.000,00, por meio do convênio IBGE/Caixa Econômica Federal. Não houve aplicação de recursos de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 3 – Principais despesas da Ação 4227 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	991.374	16,19	16,19
Passagens	996.539	16,28	32,47
Combustíveis e lubrificantes automotivos	796.718	13,01	45,48
Equipamentos de processamento de dados	369.269	6,03	51,51
Manutenção e conservação de veículos	360.696	5,89	57,40
Material de processamento de dados	357.822	5,84	63,24
Locação de imóveis	215.837	3,53	66,77
Material para manutenção de veículos	199.684	3,26	70,03
Apoio administrativo, técnico e operacional	186.409	3,04	73,07
Outras despesas	1.648.129	26,93	100,00
Total	6.122.476	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Como órgão responsável pela produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas em nível nacional, o IBGE está estruturado em todo o território nacional. A extensão e complexidade da missão que lhe é conferida requerem uma infra-estrutura física de grande porte, com representação em todas as Unidades da Federação em cerca de 532 agências de coleta cobrindo todos os municípios brasileiros. Assim, os principais gastos, como diárias e passagens, nesta Ação se justificam na medida em que o trabalho de campo exige o deslocamento de técnicos para o treinamento dos agentes de coleta em todo o país e estes, por sua vez, necessitam se locomover para o levantamento de dados para as pesquisas, o que incorre, por outro lado, numa concentração de gastos com combustíveis e manutenção de veículos, nos casos de a locomoção ser realizada pela frota da Instituição.

Cabe ressaltar que o início da operação censitária em 2007 (Contagem da População e Censo Agropecuário) a partir de maio proporcionou que as equipes de campo do IBGE visitassem todos os municípios brasileiros, permitindo aproveitar a ida de pessoal temporário da Rede de Coleta a campo tanto para a coleta dos censos quanto para a realização de pesquisas desta Ação, com recursos dos censos, aproveitando o mesmo período e distribuição geográfica, o que explica o baixo percentual de execução financeira.

Quanto à meta física, cabe esclarecer que a previsão inicial de 140 resultados divulgados foi corrigida durante o exercício para 139 resultados em função da adoção de novo procedimento metodológico para as Contas Nacionais Trimestrais e a inclusão de dois novos resultados: Principais destaques no mercado de Trabalho 2003-2006 – resultado especial PME e 2º Prognóstico Safra 2008.

Quadro 4 – Metas e resultados da Ação 4227 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
140	7.412.411	139	6.122.476

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.2 Ação Pesquisas Estruturais da Área Econômica – Código : 4228

4.1.1.3.2.1 Dados Gerais

Quadro 5 – Dados gerais da Ação 4228

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Finalidade	Produzir, contínua e sistematicamente, um conjunto de resultados necessários à caracterização e ao conhecimento da situação econômica do País.
Descrição	Planejamento, coleta de dados, crítica, apuração e divulgação de resultados de estudos e pesquisas realizados em empresas, órgãos públicos e privados, tais como: Pesquisa Industrial Anual-PIA; Pesquisa Anual do Comércio-PAC e Sistema de Contas Nacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Pesquisas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Pesquisas
Coordenador da Ação	Wasmália Socorro Barata Bivar

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.2.2 Resultados

Para o acompanhamento estrutural da economia, o IBGE divulgou resultados também para os setores da indústria, comércio e serviços, e agropecuária. Ademais, o IBGE é o responsável pela elaboração e divulgação das Contas Nacionais do Brasil, contemplando, entre várias outras informações nessa área, o Produto Interno Bruto-PIB de Estados e Municípios e as Contas Regionais. São ainda divulgadas as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas.

No contexto das Contas Nacionais, cabe destacar, em primeiro lugar, que houve uma revisão das séries de contas nacionais e regionais concluindo um processo de aperfeiçoamento destes sistemas que vinha sendo realizado nos últimos quatro anos. Foram divulgadas, portanto, a Nova Série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, para os anos 2000 até 2005, das Contas Regionais e do PIB dos Municípios para os anos 2002 até 2005.



Merece ser mencionado que, em 2007, foram realizados avanços com relação às estatísticas ambientais, tendo sido divulgados os resultados referentes às informações sobre investimento ambiental na indústria relativas aos anos de 1997 e 2002, investigadas pela Pesquisa Industrial Anual-PIA.

Foi divulgada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - versão 2.0, para uso do Sistema Estatístico. Ademais, foi também publicada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas CNAE-versão 2.0 - Subclasses para Uso da Administração Pública. Ambas as publicações foram lançadas no II Seminário CNAE, coordenado pela Receita Federal do Brasil.

No âmbito da exploração das informações do Cadastro Central de Empresas-CEMPRE, do IBGE, foi publicado o volume "Demografia das Empresas 2005", que apresenta os resultados de estudo realizado sobre aspectos do padrão de demografia das empresas brasileiras, em particular a criação ou nascimento e a extinção ou morte dessas entidades.

Importante destacar duas iniciativas promovidas pelo IBGE, quais sejam: "Seminário sobre Métodos Estatísticos para a Produção de Pesquisas: pensar o futuro após 30 anos da unidade de metodologia no IBGE" e a realização da "1ª Escola de Amostragem e Metodologia de Pesquisa" que tiveram como principal objetivo oferecer, pela primeira vez no Brasil, uma oportunidade de congregação estatísticos, pesquisadores e profissionais de pesquisa social das universidades e de diversos órgãos produtores de informação, visando discutir suas experiências à luz dos mais recentes desenvolvimentos metodológicos em planejamento amostral e análise de dados de levantamentos amostrais.

Na área de estatísticas industriais, foi realizado *workshop*, organizado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas-UNSD em colaboração com IBGE, com a participação de representantes de 12 países além de especialistas da UNSD e especialistas internacionais. O objetivo principal foi iniciar um programa para o desenvolvimento de estatísticas industriais comparáveis entre os países da América Latina e Caribe, no âmbito da CEPAL.

Foram divulgados os resultados da Pesquisa de Inovação Tecnológica-PINTEC, que foi realizada pelo IBGE com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP e do Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT em 2006, tendo como referência o ano de 2005. A PINTEC visa fornecer informações para a construção de indicadores nacionais e regionais das atividades de inovação tecnológica das empresas brasileiras com 10 ou mais pessoas ocupadas, tendo como universo de investigação atual, além das atividades industriais, pesquisadas em 2000 e 2003, segmentos de alta intensidade tecnológica dos serviços - telecomunicações, informática e pesquisa e desenvolvimento.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$ 2.932.020,00, todos na fonte 0100 (recursos do tesouro), tendo sido liquidado o montante de R\$2.381.353,00. Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 6 – Principais despesas da Ação 4228- LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	452.417	19,00	19,00
Passagens	348.142	14,62	33,62
Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	429.970	18,06	51,68
Serviços de processamento de dados	288.802	12,13	63,81
Combustíveis e lubrificantes automotivos	179.791	7,55	71,36
Outras despesas	682.231	28,64	100,00
Total	2.381.353	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Os principais gastos como diárias e passagens nesta Ação se justificam na medida em que os técnicos do IBGE precisam se deslocar para o treinamento dos agentes de coleta em todo o país. Por outro lado, a maior concentração dos gastos com passagens dizem respeito à locomoção urbana, efetuada no decorrer da coleta de dados, bem como à concentração das despesas com combustíveis e manutenção de veículos.

Cabe ressaltar que o início da operação censitária em maio de 2007 (Contagem da População e Censo Agropecuário) proporcionou a visita das equipes de campo do IBGE a todos os municípios brasileiros, permitindo aproveitar a ida de pessoal temporário da Rede de Coleta a campo tanto para a coleta dos censos quanto para a realização de pesquisas desta Ação, com recursos dos censos, aproveitando o mesmo período e distribuição geográfica, o que explica o baixo percentual de execução financeira.

A meta de quinze resultados divulgados, inicialmente previstos para a Ação, foi ampliada para vinte resultados, em função de cinco resultados excedentes, tais como: Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE 2.0, Demografia de Empresas, Economia do Turismo: Análise das Atividades Características do Turismo 2003, Sistema de Contas Nacionais 1995-2005 e Pesquisa de Inovação Tecnológica-PINTEC 2005.

A Ação atingiu o percentual de realização de 133,33% em relação ao inicialmente previsto.

Quadro 7 – Metas e resultados da Ação 4228 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
15	2.932.020	20	2.381.353

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.3 Ação Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica – Código : 2228

4.1.1.3.3.1 Dados Gerais

Quadro 8 – Dados gerais da Ação 2228

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Produzir informações de natureza estatística, por meio de implementação de estudos, pesquisas e trabalhos voltados ao conhecimento da realidade sociodemográfica do País.
Descrição	Planejamento, coleta de dados, crítica e apuração e divulgação de resultados e elaboração de indicadores de estudos e pesquisas realizadas em domicílios, órgãos públicos e/ou privados, tais como: Pesquisa de Informações Básicas Municipais-MUNIC, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD e Estatísticas do Registro Civil- REGCI.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Pesquisas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Pesquisas
Coordenador da Ação	Wasmália Socorro Barata Bivar

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.3.2 Resultados

Para a área sociodemográfica, destacam-se as informações anuais do Sistema de Estimativas e Projeções da População; das Estatísticas do Registro Civil; do corpo básico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; da Síntese de Indicadores Sociais; e do corpo básico da Pesquisa de Informações Básicas Municipais- MUNIC.

Merece destaque a divulgação da “Síntese de Indicadores Sociais 2007 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira”, que reúne indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre saúde, aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias e grupos populacionais específicos – crianças, adolescentes e jovens, mulheres e idosos – entre outros.

No âmbito do aprimoramento das estatísticas sociodemográficas, foi promovido o seminário internacional “Pesquisas de uso do tempo: aspectos metodológicos e experiências internacionais”, realizado em articulação com o Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e com o apoio da Direção Geral da Mulher da Comunidade de Madri.

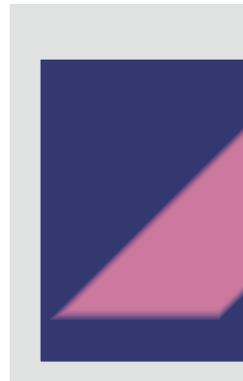
Diante da escassez e da dispersão de informações sobre a oferta de serviços de assistência social no Brasil, o IBGE, através de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome–MDS, realizou, em 2006, a Pesquisa sobre as Entidades Sem Fins Lucrativos de Assistência Social–PEAS, tendo como referência o ano de 2005. Essa pesquisa teve por objetivo conhecer a estrutura e o funcionamento das instituições sem fins lucrativos de Assistência Social, com informações suficientes para a sua caracterização, visando subsidiar a implantação do novo modelo de gestão da assistência social. Os resultados foram divulgados em 2007 no volume “Perfil das Entidades de Assistência Social Privadas sem fins Lucrativos–2005”.

Dando continuidade ao processo de construção e atualização de um sistema integrado de informações estatísticas e indicadores da cultura, o IBGE divulgou a publicação “Sistema de Informações e Indicadores Culturais – 2003/2004/2005”. Fruto da parceria com o Ministério da Cultura, o estudo atualizou, para 2004 e 2005, os resultados obtidos a partir da exploração das bases de dados do IBGE, tendo em vista as diversas pesquisas que tratam, direta ou indiretamente, de aspectos que podem ser relacionados com o campo da cultura.

Ainda no âmbito da parceria com o Ministério da Cultura, contribuindo para diversificar o conjunto de informações recentes sobre cultura no Brasil, o IBGE divulgou os resultados do Suplemento sobre Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006–MUNIC. As informações foram obtidas junto às instâncias gestoras de cultura na administração municipal, nos 5.564 municípios brasileiros, abrangendo vários aspectos ligados à atividade, como infra-estrutura e recursos humanos e orçamentários, política municipal de cultura e legislação, conselhos, fundos e fundações, atividades culturais artísticas e artesanais existentes e equipamentos culturais e meios de comunicação.

A parceria com o Ministério da Educação–MEC, permitiu que a PNAD, em 2007, levasse a campo dois suplementos sobre Educação: “Características da educação profissional e tecnológica dos moradores de 10 anos ou mais de idade”, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e “Características complementares de educação e alfabetização de jovens e adultos dos moradores de 15 anos ou mais de idade”, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. A divulgação dos resultados dessas investigações está prevista para o ano de 2008, prazo que se viabilizará devido à informatização da coleta e agilidade na crítica.

Foram divulgados, também, os resultados do Suplemento “Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal”, realizado junto à PNAD 2005, como



produto de convênio de cooperação técnica com o Comitê Gestor da Internet no Brasil–CGI.br, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no País. Em 2006, já havia sido antecipada a divulgação de alguns resultados desse Suplemento. Esse módulo suplementar teve por objetivo conhecer o acesso da população às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), caracterizando as pessoas que utilizaram a Internet no País, entre outros aspectos, em função do local, finalidade e frequência do acesso e tipo de conexão no domicílio a esta rede, traçando os perfis dos usuários e não-usuários da Internet e das pessoas que possuíam ou não telefone móvel celular para uso pessoal. Ademais, objetivando ampliar o conhecimento sobre a utilização das tecnologias da informação e das comunicações no País, não só com vistas à necessidade de indicadores para o atendimento no contexto nacional como também à comparação internacional de estatísticas sobre a sociedade da informação, foram considerados os indicadores-chave das tecnologias da informação e das comunicações aprovados na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (*World Summit on the Information Society–WSIS*).

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$ 3.776.821,00 todos na fonte 0100 (recursos do tesouro) tendo sido liquidado o montante de R\$3.099.266,00. Não houve aplicação de recursos de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro oriundas de recursos da LOA encontram-se relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 9 – Principais despesas da Ação 2228 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	1.588.404	51,25	51,25
Passagens	577.289	18,63	69,88
Combustíveis e lubrificantes automotivos	201.697	6,51	76,39
Manutenção e conservação de veículos	110.705	3,57	79,96
Outras despesas	621.172	20,04	100,00
Total	3.099.266	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Os principais gastos nesta Ação, como diárias e passagens, se justificam na medida em que nossos técnicos precisam se deslocar para ministrar treinamento aos agentes de coleta em todo o país e estes, por sua vez, necessitam se locomover para realizar o levantamento dos dados em campo, o que também incorre, por outro lado, numa concentração de gastos com combustíveis e manutenção de veículos, nos casos de a locomoção ser realizada pela frota da Instituição.

A Ação contou ainda com recursos na ordem de R\$ 3.490.328,42, oriundos dos convênios relacionados no quadro abaixo, tendo sido liquidado o montante de R\$2.592.331,43.

Quadro 10 – Convênios relacionados à Ação 2228

Convênio	Recebido / Transferido
IBGE/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica	1.249.000,00
IBGE/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1.049.000,00
IBGE/Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social	1.000.000,00
IBGE/Coordenação Geral Orçamento, Finanças e Contabilidade / FNC	98.000,00
IBGE/Secretaria Especial de Política da Igualdade Racial	94.328,42
Total	3.490.328,42

Fonte: SIAFI – fev/2008

As despesas de maior vulto financeiro oriundas de convênio estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

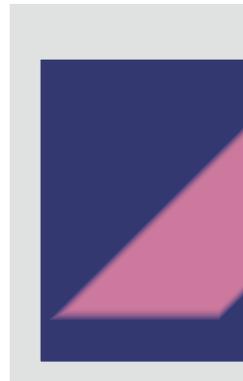
Quadro 11 – Principais despesas relativas aos Convênios da Ação 2228 em 2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	654.646,88	25,25	25,25
Passagens	506.981,67	19,56	44,81
Combustíveis e lubrificantes automotivos	303.386,88	11,70	56,51
Serviços gráficos e editoriais	203.451,92	7,85	64,36
Material de processamento de dados	193.076,84	7,45	71,81
Material para utilização em gráfica	130.000,00	5,01	76,82
Material para manutenção de veículos	110.713,62	4,28	81,10
Manutenção e conservação de veículos	99.866,43	3,85	84,95
Outras despesas	390.207,19	15,05	100,00
Total	2.592.331,43	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

A meta de quatro resultados divulgados, inicialmente previstos para a Ação, foi ampliada durante o exercício para dez resultados divulgados, em função de alguns convênios firmados e estudos decorrentes de pesquisas já realizadas. Os seis resultados excedentes foram:

- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005-Suplemento Características de acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal;
- Tendências Demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 a 2000;
- Pesquisa de Orçamentos Familiares–POF 2002-2003 – Análise dos perfis de consumo segundo características de pessoa de referência
- Pesquisa de Orçamentos Familiares–POF 2002-2003 – Perfil das despesas no Brasil indicadores selecionados;
- Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura 2006;
- Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2002-2005.



As despesas realizadas por meio dos convênios seguiram os mesmos padrões utilizados em relação aos recursos da LOA, tendo sido realizadas também despesas com serviços gráficos e processamentos de dados para as pesquisas excedentes.

A Ação superou em 175% a meta inicialmente prevista.

Quadro 12 – Metas e resultados da Ação 2228 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
4	3.776.821	10	3.099.266

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.4 Ação Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais – Código : 2665

4.1.1.3.4.1 Dados Gerais

Quadro 13 – Dados gerais da Ação 2665

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Realizar análises espaciais compreendendo áreas urbanas e rurais, elaborando divisões regionais, definindo quadros de referência da organização social e econômica do País, e sistematizar dados e informações referentes aos recursos naturais e ao meio ambiente e sua dinâmica.
Descrição	Planejamento e execução de pesquisas e análises da distribuição espacial de aspectos ambientais e socioeconômicos do território brasileiro, e sobre o potencial, a estrutura e a utilização dos recursos naturais e do meio ambiente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Geociências
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Geociências
Coordenador da Ação	Luiz Paulo Souto Fortes

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.4.2 Resultados

No âmbito das Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais, foi dado prosseguimento à construção do Banco de Dados Ambientais Integrados de Recursos Naturais e à análise das informações de cunho espacial sobre a organização do território – subsídio fundamental às atividades de planejamento.

Com referência ao tema 'uso da terra', destaca-se a produção de 22 cartas¹ da cobertura e uso da terra do estado de Roraima, de documento-texto sobre o potencial florestal do Pará, e de cartogramas e relatórios voltados ao programa de revitalização da bacia do rio São Francisco, no âmbito do consórcio Zoneamento Ecológico e Econômico - ZEE BRASIL, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.

¹ Representação plana, em escala média ou grande, dos aspectos artificiais e naturais de uma área da superfície terrestre, subdividida em folhas, de forma sistemática e delimitadas por linhas convencionais - paralelos e meridianos, com a finalidade de possibilitar a avaliação de pormenores, com grau de precisão compatível com a escala.

No que se refere às atividades voltadas ao Levantamento e Informatização de Dados sobre Recursos Naturais referentes à Fauna e Flora, destaca-se a revisão e atualização do Mapa² da Fauna Ameaçada de Extinção – Aves e a produção do Mapa da Fauna Ameaçada de Extinção – Insetos e outros Invertebrados Terrestres. No âmbito das Coleções Científicas foram executadas 1.500 triagens e identificações de peixes do cerrado e produzidos textos relativos à integridade, sustentabilidade e análise de impactos sobre a biodiversidade de peixes do bioma cerrado. No que diz respeito à flora, e ainda no âmbito das Coleções Científicas, foram identificadas 1.390 materiais botânicos, pelo Herbário do IBGE e 331 pelo Herbário RADAMBRASIL.

Na área de recursos hídricos, o IBGE elaborou três cartas sobre hidrogeologia e três sobre hidroquímica, todas voltadas a atender a região nordeste, nacionalmente conhecida pela sua carência desses recursos, quanto a subsidiá-la com um instrumento interpretativo das características gerais dos mananciais subterrâneos.

Foi elaborado o relatório “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS)”. Nele são abordadas quatro dimensões; a ambiental, a social, a econômica e a institucional. Com relação à dimensão ambiental foram produzidos 23 itens e a novidade foi a inclusão do item “Emissões de Origem Antrópica dos Gases Associados ao Efeito Estufa”. Além desses, foram também produzidos mais seis itens da dimensão econômica que significa a metade do total de itens da mesma.

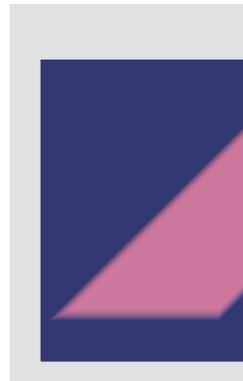
No que diz respeito à construção do banco de dados georreferenciados sobre recursos naturais, ressalta-se a atualização do mapeamento dos recursos naturais da Amazônia Legal, produto do projeto que trata da sistematização das informações sobre recursos naturais, tendo sido produzidos 27 mapas temáticos de Recursos Naturais da Amazônia Legal com banco de dados associados.

Foram também produzidas duas cartas de geologia, duas de geomorfologia, duas de solos e duas de vegetação, todas na escala 1:250.000, abrangendo parte dos estados do Maranhão e Piauí e, também, mapas de geologia, de geomorfologia de solos e de vegetação do estado de Tocantins, todos na escala 1:1.000.000. **Com relação à Geografia do Brasil foi concluído o volume Brasil.**

Quanto aos mapas temáticos, foram elaborados o mapa Painel – cujo tema é a distribuição espacial da atividade canavieira nos biomas brasileiros; três mapas com os temas grau de ocupação da terra; tipologia da pecuária e acesso à rede de esgotamento sanitário; trinta e seis cartogramas³, para veiculação na Internet, das regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento e aglomerações urbanas; e a composição do semi-árido brasileiro e da Amazônia Legal.

² Representação plana, normalmente em escala pequena, dos aspectos geográficos, naturais, culturais e artificiais de uma área da superfície terrestre.

³ Mapa temático simplificado, normalmente em qualquer escala, representando fenômenos quantitativos.



Foi firmado um Termo de Cooperação com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro–JBRJ, objetivando dar continuidade aos trabalhos e estudos ambientais no sentido de possibilitar amplo intercâmbio técnico e científico através de desenvolvimento de projetos de interesse comuns, intercâmbios de dados, de informações técnicas e de pessoas, assistência técnico-científica, treinamento profissional e desenvolvimento experimental.

O IBGE celebrou, ainda, um acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Meio Ambiente-MMA – Secretaria de Biodiversidade e Florestas, para elaboração do mapa de área de aplicação da Lei nº 11.428, de 22/12/06, na escala de 1:5.000.000, conforme determina o art. 2º da referida Lei.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$ 967.149,00 todos na fonte 0100 (recursos do tesouro) tendo sido liquidado o montante de R\$ 783.720,00. Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro, relacionadas no quadro a seguir, mostram a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 14 – Principais despesas da Ação 2665 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	186.511	23,80	23,80
Passagens	175.916	22,45	46,25
Locação de softwares	196.778	25,10	71,35
Outras despesas	224.515	28,65	100,00
Total	783.720	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Os principais gastos, como diárias e passagens, se justificam na medida em que técnicos da Instituição necessitam se deslocar para outros estados, a fim de participar de eventos (simpósios, congressos, seminários, *workshops*), reuniões técnicas (nas Unidades Estaduais e em instituições públicas) e treinamentos, bem como do levantamento de informações territoriais relativas a recursos naturais e meio ambiente por meio de trabalhos de campo, o que vem a incorrer em gastos com combustíveis e manutenção de veículos, nos casos de a locomoção ser realizada pela frota da Instituição. Os *softwares* adquiridos destinam-se ao tratamento de imagens e de dados, como por exemplo, GEOVIEW.

A meta prevista de 100 resultados divulgados foi totalmente atingida.

Quadro 15 – Metas e resultados da Ação 2665 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
100	967.149	100	783.720

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.5 Ação Mapeamento Topográfico de Referência – Código : 2229

4.1.1.3.5.1 Dados Gerais

Quadro 16 – Dados gerais da Ação 2229

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Retratar o território brasileiro, em escala topográfica e geográfica, garantindo a representação sistemática do País através de mapas e cartas, necessários à atuação pública e privada no desenvolvimento de projetos que demandem referencial geométrico e de localização, integrando bases geométricas do território e dados tabulares em particular às estatísticas econômicas e sociais, bem como apoiar a coordenação do Sistema Cartográfico.
Descrição	Representação do território em seus aspectos naturais e antrópicos, através de documentos cartográficos em diferentes escalas, apresentados sob forma impressa e/ou digital.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Geociências
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Geociências
Coordenador da Ação	Luiz Paulo Souto Fortes

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.5.2 Resultados

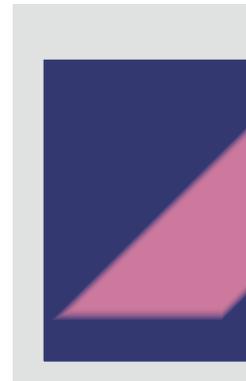
O Mapeamento Topográfico de Referência, além de atuar em três grandes áreas (mapeamento topográfico, municipal e geográfico), atua em outras linhas que visam apoiar o desenvolvimento e a organização do acervo cartográfico do IBGE, a evolução do Sistema Cartográfico Nacional, e a Comissão Nacional de Cartografia, assim como fortalecer a Cartografia do Brasil em cumprimento de acordos internacionais.

O mapeamento sistemático⁴ de fundamental importância para subsidiar, além da sociedade, a administração pública no planejamento de processos políticos, sociais, econômicos e administrativos e na execução de projetos técnicos de infra-estrutura urbana e rural, assim como o mapeamento geográfico, apresentaram em 2007 as seguintes informações cartográficas digitais produzidas e disponibilizadas: 13 folhas⁵ topográficas, um mapa do Brasil físico, seis mapas estaduais digitais – físico e político dos estados Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte; dois mapas regionais digitais - físico e político da região nordeste; 300 folhas topográficas *raster*, em escalas variadas; 120 ortofotomosaicos⁶, 650 fotografias aéreas digitais, 15 folhas topográficas restituídas em diferentes escalas, 70 folhas topográficas convertidas digitalmente, e 18 atualizações de folhas planimétricas. Além dessas bases cartográficas, foi elaborada a versão 2.2 da Base Cartográfica Vetorial Contínua ao Milionésimo (bCIMd) com sua documentação técnica e metadados/*Federal Geographic Data Committee-FGDC*.

⁴ Conjunto de operações de mapeamento regular, e que se destina a adição de cartas para a cobertura cartográfica sistemática de um país ou região, e das quais outras cartas ou mapas podem derivar-se. O mapeamento sistemático brasileiro é composto por cartas nas escalas 1:1.000.000, 1:250.000, 1:100.000, 1:50.000 e 1:25.000.

⁵ Mapa avulso, ou representando uma carta ou mapa completo, ou fazendo parte de uma série.

⁶ Mosaico (montagem) de fotografias aéreas de uma determinada área, onde essas fotografias passam por um processo de correção das distorções inerentes ao processo de aquisição.



Com a utilização de novas tecnologias, o IBGE em 2007 elaborou e ofereceu à sociedade novos tipos de produtos como ortofotos coloridas, cartas-imagem, modelos digitais de terreno. Cabe destacar o desenvolvimento de mapas para a visualização em PDA (*Personal Digital Assistant*), utilizados na coleta do Censo Agropecuário e da Contagem da População, além da produção desses mapas.

As atividades da área de mapeamento topográfico buscam avançar no conhecimento do território brasileiro com detalhe e precisão adequados ao ritmo de crescimento e à diferenciação da demanda por informações espaciais, organizadas em três grandes setores: fotogrametria, conversão de cartas e mapas e sensoriamento remoto.

No que tange à fotogrametria, cabe destacar a elaboração de 13 folhas topográficas vetoriais e 13 folhas topográficas editoradas, com a disponibilização de 32 ortofotos, 73 modelos digitais de elevação e 650 fotografias aéreas digitais para São Paulo, Minas Gerais e Goiás; a produção de 44 ortofotomosaicos e a conclusão da aerotriangulação⁷ em Santa Catarina que abrange uma área total de 13.400 km².

Cabe assinalar a reambulação⁸ em São Paulo de 70 folhas, a conclusão da aerotriangulação e a produção de 44 ortofotomosaicos.

No setor de conversão, ressalta-se o treinamento de vetorização e validação de cartas, com a produção de 30 cartas topográficas.

O setor de sensoriamento remoto apresentou importantes iniciativas em 2007 como o Projeto-piloto de Atualização BR-250, que visa apoiar a elaboração da Base Integrada digital, e o Projeto ALOS (*Advanced Land Observing Satellite*), com a conclusão dos mapeamentos do vazio cartográfico no Maranhão e Pará, gerando 18 folhas planimétricas.

Quanto à área de mapeamento municipal, em 2007 foi atualizada e consolidada a Malha Municipal Digital 2005. Além disso, foram produzidos 48.860 mapas de setores rurais, 5.497 arquivos das malhas, 9.355 arquivos da atualização e 15.500 arquivos de mapas de setores rurais.

Na área de mapeamento geográfico foram produzidos e disponibilizados à sociedade, pela Internet, o mapa do Brasil (físico), os mapas regionais físicos centro-oeste, norte, sul e nordeste, e os políticos : centro-oeste e norte. Também foram disponibilizados os mapas estaduais físicos: Acre, Amapá, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte. Quanto aos Mapas Estaduais Políticos, foram disponibilizados: Acre, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Tocantins, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte.

⁷ Processo de intensificação do Apoio Terrestre necessário à Captação Fotogramétrica por processos computacionais e com uso de fotografias aéreas.

⁸ Procedimento de campo que objetiva a coleta e verificação dos nomes e características dos elementos geográficos que serão representados num mapa, carta ou planta.



Mapa Político

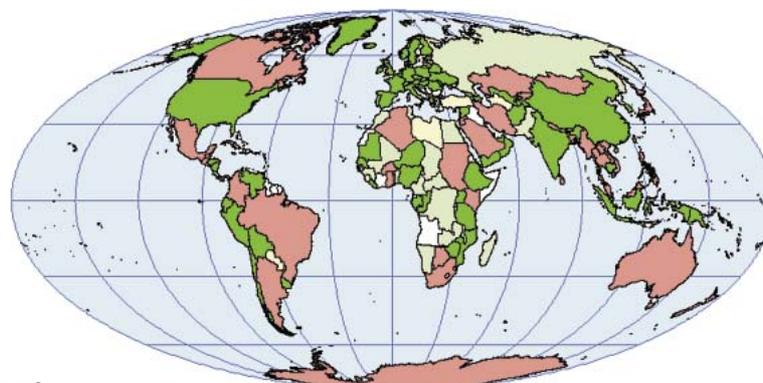


Mapa Físico

Nos projetos Mapeamento Global–GM e Mapeamento Global das Américas, a componente do Brasil foi validada e as alterações apontadas pelo *International Steering Committee for Global Mapping* (ISCGM) foram efetuadas. Cabe destacar que em 31 de agosto de 2007, o ISCGM publicou esta componente em sua página, para *download*.

Progress of Global Mapping Project

As of 2007-08-31
International Steering Committee for Global Mapping



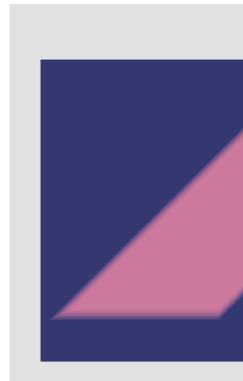
Legend

- data available
- data for verification
- developing data
- considering joining the project
- not participating in the project

Most raster data of current Global Map are compiled from GTOPO30 and GLCC, contribution of United States of America.
This map is for the purpose of reference and the boundaries in this map are not authorized by any organizations.

Cartograma evolução do Projeto *Global Map* (www.iscgm.org)

Com relação aos Projetos Mudança do Referencial Geodésico-PMRG e Infra-estrutura Geoespacial–PIGN vêm sendo realizadas demonstrações com a adoção do novo referencial e avaliação dos impactos técnicos referentes aos mapeamentos topográfico e cadastral, concessionárias de serviço e questões ambientais. Foram realizados estudos finais para a padronização das legendas, custos operacionais para a conversão de base de dados topográficos e cadastrais, comportamentos geométricos das folhas topográficas e a caracterização dos tipos de limites geográficos constantes no mapeamento.



Em 2007 houve a continuidade de uma série de ações, com a melhoria e disponibilização do Banco de Nomes Geográficos-BNGB, em *software* livre, carga de informações da bCIMd⁹, e estudos para a incorporação da componente espacial. Cabe destacar que foram iniciados os estudos para a criação da Rede Nacional de Nomes Geográficos Brasil com adesão dos estados.

A Ação contou, em 2007, com recursos na LOA no valor de R\$ 1.765.046,00, todos na fonte 0100 (recursos do tesouro), sendo que foi liquidado o montante de R\$1.500.915,00. Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro, relacionadas no quadro a seguir, mostram a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 17 – Principais despesas da Ação 2229 - LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	397.096	26,46	26,46
Passagens	137.816	9,18	35,64
Serviços de áudio, vídeo e foto	298.479	19,89	55,53
Serviços de apoio ao ensino	121.085	8,07	63,60
Manutenção, cons., equip. de processamento de dados	94.465	6,29	69,89
Locação de máquinas e equipamentos	92.388	6,16	76,05
Outras despesas	359.586	23,95	100,00
Total	1.500.915	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Os principais gastos, como diárias e passagens, se justificam na medida em que técnicos necessitam de deslocamento e locomoção para realizar a atividade de levantamento, em campo, de dados territoriais relativos ao sistema de informações geográficas. Já, os gastos com fotos referem-se à aquisição de imagens ALOS e fotografias aéreas necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos de mapeamento do território.

As demais despesas decorreram da necessidade de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos da área responsável pela cartografia e também na aquisição de *softwares* específicos aos trabalhos da cartografia digital.

A meta prevista de 876 mapas divulgados foi totalmente atingida.

Quadro 18 – Metas e resultados da Ação 2229, em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
876	1.765.046	876	1.500.915

Fonte: SIGPlan – fev/2008

⁹ Base cartográfica, de todo o Brasil, elaborada em ambiente digital na escala de 1:1.000.000. Essa base cartográfica é composta por 46 cartas CIM (Carta Internacional ao Milionésimo) e disponibilizada de forma integrada, e não subdividida.

4.1.1.3.6 Ação Sistema Geodésico Brasileiro – Código 2231

4.1.1.3.6.1 Dados Gerais

Quadro 19 – Dados gerais da Ação 2231

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a atualidade dos referenciais geodésicos nacional, base das medições destinadas à definição de posicionamento em termos de coordenadas geodésicas (latitude, longitude, altitude) e de valores da aceleração da gravidade no território nacional, bem como sua consistência global.
Descrição	Levantamento de campo para a mensuração no terreno das coordenadas geodésicas e dos valores da gravidade, com estabelecimento de marcos que materializam as observações efetuadas; ampliação e manutenção das estações fixas da rede brasileira de monitoramento contínuo de rastreamento dos satélites geodésicos GPS (<i>Global Positioning System</i>); refinamento das altitudes do território nacional com o estabelecimento de novas estações maregráficas fixas distribuídas ao longo da costa brasileira, interconectadas com o nivelamento geométrico de alta precisão; refinamento contínuo do modelo de ondulação geoidal que permita a compatibilização das altitudes obtidas por GPS com as utilizadas no País.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Geociências
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Geociências
Coordenador da Ação	Luiz Paulo Souto Fortes

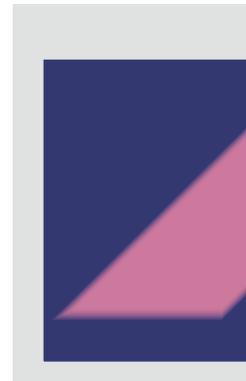
Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.6.2 Resultados

A Ação Sistema Geodésico Brasileiro, que trata da sustentação das atividades de mapeamento do Território Nacional e supre a comunidade técnico-científica com informações necessárias à condução de grandes obras de engenharia, em 2007 deu prosseguimento à implantação e à manutenção das redes de estações geodésicas ativas (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do Sistema GPS–RBMC e Rede Maregráfica Permanente para Geodésia–RMPG) e passivas (planimétrica, altimétrica e gravimétrica).

Foram concluídas as medições de 60 estações da Rede Estadual GPS do Pará, instalação de 28 novas estações e substituição de 14 receptores GPS/antena das estações RBMC. Encontram-se em execução a medição da Rede GPS de Goiás, a construção da Rede GPS do Maranhão e a densificação da Rede Alagoas.

No âmbito do Projeto RMPG destaca-se: a implantação da estação maregráfica de Fortaleza localizada no Porto de Mucuripe, com um equipamento analógico, com a previsão de instalação do equipamento digital em 2008, através de doação do



Programa internacional *Global Sea Level Observing System-GLOSS*, programa este que tem por objetivo monitorar globalmente o nível do mar e variações climáticas de longo período; e o informativo, divulgado na imprensa em junho, indicando a tendência de elevação do nível médio do mar em Imbituba (dentro da média internacional) e Macaé (possível causa devido às características geológicas locais).

Dentre as atividades desenvolvidas na Ação, merecem destaque: o ajustamento da Rede Altimétrica, totalizando 42.987 estações calculadas; a homologação de estações geodésicas implantadas por diversas instituições; a densificação da Rede Estadual GPS do Paraná por meio de cooperação com o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG; a densificação da Rede Planimétrica, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e também da Altimétrica, em São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, e da Rede Gravimétrica em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Tocantins, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Piauí e Espírito Santo. No processo de densificação das Redes foram construídas 457 estações, medidas 1.568 e calculadas 1.275.

Com relação às atividades voltadas à manutenção das estações podem-se destacar: a visita às 1.100 estações geodésicas localizadas no Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Goiás pelo Projeto de Verificação da Realidade Física do SGB-VRF e atualização de 8.210 estações.

No Projeto *Royalties* do Petróleo foram elaborados 17 relatórios para Agência Nacional de Petróleo-ANP, identificando os estados e municípios beneficiários dos *royalties* do petróleo produzidos na plataforma continental brasileira; e realizados atendimentos à sociedade com questionamentos sobre a definição das áreas beneficiárias. Os resultados obtidos foram incorporados ao Banco de Dados Geodésicos-BDG, totalizando 16.198 informações sendo 599 referentes a inclusões de novas estações.

O IBGE e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA firmaram convênio, visando a densificação do Sistema Geodésico Brasileiro-SGB através do estabelecimento de Redes Estaduais GPS (Sistema de Posicionamento Global) e da integração das estações ativas da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo- RBMC e da Rede INCRA de Bases Comunitárias-RIBAC, bem como a formalização do repasse de recursos via destaque orçamentário/portaria conjunta e plano de trabalho.

Dois Acordos foram estabelecidos com Companhia Docas de Imbituba-CDI/SC, o primeiro tem a finalidade de estabelecer as condições de colaboração à operação e manutenção da estação da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG),

implantada nas dependências da CDI, na cidade de Imbituba/SC. O segundo com o objetivo de integrar uma estação de rastreamento contínuo do Sistema de Posicionamento Global-GPS, a saber: IMBI estabelecida na CDI, no estado de Santa Catarina, ao conjunto de estações integrantes da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do Sistema GPS-RBMC estabelecida pelo IBGE.

Objetivando estabelecer os princípios básicos e disciplinar a conjugação de esforços e de apoio técnico entre o Observatório Nacional e o IBGE, com vistas à operação do Observatório Magnético a ser instalado nas dependências do IBGE, localizadas em Brasília, na Unidade Estadual - Centro de Estudos Ambientais do Cerrado, bem como a troca de informações, estudos e análises nos campos da geodésia e geofísica, a Instituição celebrou acordo de cooperação técnica com aquele Instituto.

Foi firmado o Termo de Cooperação com a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP cujo objetivo é integrar duas estações de rastreamento contínuo do Sistema de Posicionamento Global-GPS, estabelecidas pela Universidade Estadual Paulista-UNESP em Presidente Prudente-SP e em Manaus-AM, ao conjunto de estações integrantes da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do Sistema GPS-RBMC. A mútua cooperação visa ações conjuntas que permitem a homologação das coordenadas e divulgação dos dados coletados pelas Estações Geodésicas de referência da UNESP, para posicionamento relativo com GPS.

A parceria com a PETROBRÁS buscou estabelecer as condições de colaboração à operação e manutenção da estação da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia-RMPG, implantada nas dependências da Petrobrás, na cidade de Macaé/RJ, prorrogando o prazo de vigência da parceria firmada em 2004.

Em 2007, a Ação contou com recursos orçamentários na LOA na ordem de R\$967.149,00, todos na fonte 0100 (recursos do tesouro), tendo sido liquidado o montante R\$ 840.604,00.

As despesas de maior vulto financeiro com recursos da LOA, estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 20 – Principais despesas da Ação 2231 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	425.569	50,63	50,63
Passagens	41.597	4,95	55,58
Combustíveis e lubrificantes automotivos	78.999	9,40	64,98
Serviço de áudio, vídeo e foto	60.268	7,17	72,15
Outras despesas	234.171	27,85	100,00
Total	840.604	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008



Os principais gastos, como diárias e despesas com veículos, se justificam na medida em que os técnicos envolvidos na Ação necessitam se deslocar para realizar as atividades de manutenção e implantação das estações geodésicas, em campo, cobrindo as vastas áreas de campanha. Os gastos com serviço de foto referem-se à aquisição de Imagens do satélite ALOS.

A Ação contou ainda com recursos na ordem de R\$ 648.500,00 oriundos do convênio IBGE/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, tendo sido liquidado o montante de R\$ 442.485,48. Não houve aplicação de recursos de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro com recursos de convênio estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 21 – Principais despesas liquidadas relativas ao Convênio INCRA - 2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	172.350,38	38,95	38,95
Passagens	79.077,81	17,87	56,82
Combustíveis e lubrificantes automotivos	32.217,01	7,28	64,10
Material para manutenção de bens imóveis/instalações	30.400,83	6,87	70,97
Equipamentos de processamento de dados	25.670,46	5,80	76,77
Outras despesas	102.768,99	23,23	100,00
Total	442.485,48	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

As despesas com o convênio INCRA, em sua maioria, foram em diárias para atender os trabalhos de levantamentos geodésicos realizados em campo.

A meta foi superada atingindo 3.451 unidades, o que significa 11,32% acima da previsão inicial, uma vez que foram utilizados recursos oriundos do convênio de Cooperação com o INCRA.

Quadro 22 – Metas e resultados da Ação 2231 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
3.100	967.149	3.451	840.604

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.7 Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas - Código: 2230

4.1.1.3.7.1 Dados Gerais

Quadro 23 – Dados gerais da Ação 2230

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Documentar e disseminar as informações estatísticas e geocientíficas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Descrição	Planejamento, coordenação e execução das atividades de produção editorial e gráfica, documentação, disseminação, divulgação e comercialização das informações produzidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, bem como produção de todos os instrumentos utilizados na realização do trabalho de coleta, tais como manuais e questionários.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Coordenador da Ação	David Wu Tai

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.7.2. Resultados

A Ação, que trata da documentação e disseminação das informações produzidas pelo IBGE, apresentou, em 2007, mais uma vez, expressivo desempenho no que diz respeito ao atendimento ao usuário de informações estatísticas e geocientíficas. Isso é comprovado pelos 21,9 milhões de usuários atendidos contra uma previsão de 12,3 milhões, quer seja por telefone, pessoalmente, por correspondência, nas livrarias e bibliotecas da Instituição ou no Portal do IBGE na Internet.

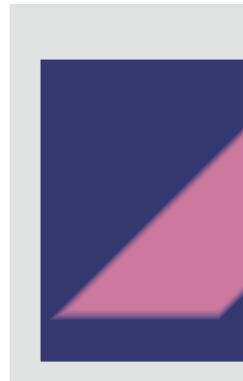
Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$ 2.917.785,00 sendo R\$ 2.673.933,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro) e R\$ 243.852,00 na fonte 0280 (recursos próprios - financeiros). Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 24 – Principais despesas da Ação 2230 - LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	6.178	0,23	0,23
Passagens	20.166	0,75	0,98
Locação de maquinas e equipamentos	572.640	21,20	22,18
Serviços gráficos e editoriais	535.361	19,82	42,00
Serviços de processamento de dados	395.555	14,64	56,64
Manutenção e conservação de bens imóveis	165.061	6,11	62,75
Serviços de comunicação em geral	119.876	4,44	67,19
Material para utilização em gráfica	117.577	4,35	71,54
Outras despesas	768.891	28,46	100,00
Total	2.701.305	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008



Os principais gastos na Ação foram realizados com a alocação de máquinas e equipamentos gráficos, serviços gráficos e editoriais, bem como material para utilização em gráfica, além de fretes e transportes que se justificam pela necessidade e as várias formas de divulgação dos produtos do IBGE, buscando melhor atender uma demanda da sociedade cada vez mais exigente em termos de qualidade e formas dos produtos disponibilizados.

A meta prevista de 12.375.000 usuários atendidos foi superada chegando a marca de 21.994.780, o que significa 77,74% a mais do que a meta inicialmente prevista.

Vale destacar que o IBGE tem alcançado índices significativos no que se refere ao atendimento aos usuários e ao acesso às informações estatísticas e geocientíficas devido, principalmente, ao seu portal na Internet que conta com uma grande oferta de informações sempre acrescidas de novas informações publicadas ao longo de cada semana. Este ano contribuíram também para superar a previsão de atendimentos, a publicação de mais um canal no portal 'Países@', e para a realização do Censo Agropecuário de 2006 e da Contagem da População 2007.

Quadro 25 – Metas e resultados da Ação 2230 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
12.375.000	2.917.785	21.994.780	2.701.305

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.8 Ação Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos - Código : 2236

4.1.1.3.8.1 Dados Gerais

Quadro 26 – Dados gerais da Ação 2236

(continua)

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a informatização dos processos de trabalho e fomentar a utilização da tecnologia de informação em nível nacional, administrando seus recursos de processamento, sua rede e acervo institucional de dados provendo, dessa forma, suporte à utilização desses recursos e ao desenvolvimento de sistemas estatísticos e geocientíficos.
Descrição	Coordenação das atividades e despesas relacionadas aos recursos de informática, incluindo prospecções tecnológicas, manutenções e implantações em apoio à informatização de processos e à realização das pesquisas e serviços da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tanto técnicos quanto administrativos: serviços de atendimento e manutenção na área de informática, contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura, terceirização de serviços); aquisição e locação de equipamentos de informática e sistemas de <i>software</i> ; administração física dos recursos de informática; administração do acervo institucional, de sua segurança de acesso, de sua integridade e das facilidades de acesso aos seus dados e metadados; estudo de viabilidade e aplicabilidade de novas tecnologias aos serviços do IBGE; especificação de novos recursos a serem contratados; estabelecimento de padrões para a eficiente utilização e intercomunicação entre sistemas e equipamentos; suporte à utilização de recursos de <i>hardware</i> e <i>software</i> ; suporte e desenvolvimento de aplicações em apoio aos sistemas estatísticos e geográficos; especificação e suporte à aquisição de materiais de consumo na área de informática.

Quadro 26 – Dados gerais da Ação 2236

(conclusão)

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Informática
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Informática
Coordenador da Ação	Luiz Fernando Pinto Mariano

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.8.2. Resultados

Relativamente às atividades da Tecnologia da Informação (TI), nos últimos dez anos, foi sentida uma radical mudança na arquitetura de aplicativos, havendo uma migração para outros conceitos como cliente/servidor, *web*, tecnologia móvel etc., que precisou ser acompanhada de novos métodos de trabalho e de uma constante prospecção de novas ferramentas de desenvolvimento.

A opção de incorporar novas tecnologias constituiu-se, além de tudo, em planejar, projetar e incorporar uma solução completa, em plataforma de *software*, *hardware* e comunicações, para a coleta de dados no IBGE nos próximos anos, em particular para os Censos, para o que previu 82.000 computadores de mão (PDA) envolvidos no ano de 2007, e sua posterior utilização nas demais pesquisas, com sua reutilização de forma fácil e rápida, além do aproveitamento para melhorar as condições dos equipamentos de informática nas Unidades Estaduais e nas Agências de Coleta, e até mesmo para a formação de Postos Informatizados dos Censos 2007. O IBGE equipou 532 agências permanentes nos municípios e cerca de 574 postos de atendimento em órgãos públicos com computadores e acesso à Internet em banda larga, criando seus Postos de Coleta Informatizados, que permitiram aos recenseadores conectarem logicamente seus PDAs aos microcomputadores existentes no posto, por meio de transmissões locais sem fio tipo *bluetooth*, e fazerem a transmissão de seus dados para um dos servidores dos Censos localizados no Rio de Janeiro.

Nessa alternativa tecnológica estabelecida, os pesquisadores do IBGE podem detectar, de forma automática, dados inconsistentes no momento de sua inserção, evitando, assim, a volta ao local da entrevista para validar uma informação incorreta.

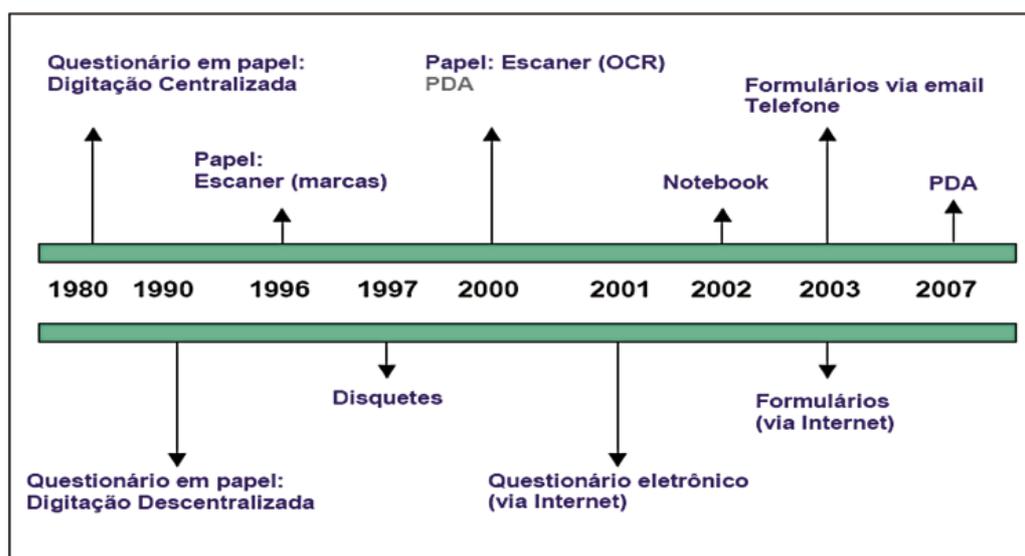
A transmissão das informações também apresenta um grande salto de eficiência, pois os dados do PDA vão direto para a base de dados do IBGE, sem as etapas anteriormente utilizadas de digitação ou escaneamento.

Os principais resultados esperados com essa solução foram a preservação do conteúdo dos questionários, a redução do fluxo de papel, a diminuição no tempo de captura de dados, a redução dos custos operacionais, o aumento da qualidade do

processo, a reutilização da solução durante os próximos quatro anos nos Censos e demais pesquisas do IBGE e, possivelmente, em outros órgãos conveniados.

De acordo com matéria veiculada na revista INFO EXAME de maio de 2007, a coleta de dados via PDA nos Censos 2007 foi considerada um case mundial pela própria Microsoft, e o vencedor do concurso Plano TI & Governo 2007, concorrendo com projetos de tecnologia da informação (TI) da área pública.

EVOLUÇÃO NA COLETA E CAPTURA DE DADOS NO IBGE



Fonte: Diretoria de Informática - 2007

Em 2007 iniciou-se a utilização do Sistema IBGE de Recuperação Automática-SIDRA_TABULA. As vantagens dessa ferramenta são: agilização do processo global de disseminação (integra a documentação com a tabulação e a geração de produtos em diversas mídias); recuperação *on-line* de quadros formatados de acordo com as Normas de Apresentação Tabular; disponibilização de séries históricas formatadas.

O Banco Multidimensional de Estatística-BME é destinado aos profissionais e pesquisadores que necessitem construir suas próprias informações com os microdados disponíveis, possibilitando a realização de análises interativas sobre os dados e um refinamento gradual das informações obtidas. O BME pode ser acessado via Internet, através do portal do IBGE.

Está em andamento a reformulação da metodologia de desenvolvimento de sistemas, baseada numa customização do *Rational Unified Process*-RUP. Esta metodologia adota um ciclo de desenvolvimento interativo, incremental, a partir de uma perspectiva de gerenciamento dos processos.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$ 13.992.760,00 sendo R\$ 13.214.016,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro) e R\$ 778.744,00 na fonte 0250 (recursos próprios–não financeiros). Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

Foi liquidado o montante de R\$ 12.812.073,00 sendo R\$ 12.189.130,00 na fonte 0100 e R\$ 622.943,00 na fonte 0250.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 27 – Principais despesas da Ação 2236 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	9.274	0,07	0,07
Passagens	15.915	0,13	0,20
Locação de softwares	3.410.406	26,62	26,82
Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	3.077.738	24,02	50,84
Despesas de teleprocessamento	2.061.489	16,09	66,93
Equipamentos de processamento de dados	1.357.591	10,59	77,52
Outras despesas	2.879.660	22,48	100,00
Total	12.812.073	100,00	

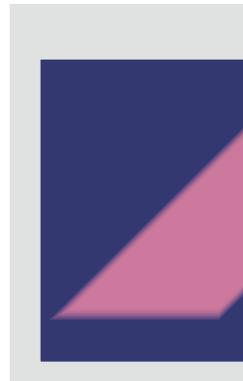
Fonte: SIAFI – fev/2008

Os principais gastos na Ação foram realizados com a contratação de consultoria técnica, locação de *software*, aquisição de equipamentos de processamentos de dados, despesas de teleprocessamento, além da manutenção e conservação de equipamentos e *software*, o que se justifica por ser esta uma Ação básica ao desenvolvimento de todos os trabalhos da Instituição, requerendo a contratação dos serviços de informática e telecomunicações de custo elevado, já que extremamente especializado, tanto em *hardware* quanto em *software*, para os grandes e complexos volumes de informações produzidas. Além de garantir a informatização dos trabalhos do IBGE, em todo o país, a Ação viabiliza a infra-estrutura necessária de acesso a Internet, canal cada vez mais relevante de entrada da sociedade aos dados do IBGE.

Quadro 28 – Metas e resultados da Ação 2236 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1	13.992.760	1	12.812.073

Fonte: SIGPlan – fev/2008



4.1.1.3.9 Ação Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - Código: 5280

4.1.1.3.9.1 Dados Gerais

Quadro 29 – Dados gerais da Ação 5280

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Implantar novo modelo da série de índices de preços nacional e atualizar os processos de apuração, cálculo e coleta, em nível nacional e para cada uma das unidades federativas, a partir dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares.
Descrição	Mensuração da evolução dos preços ao consumidor das cestas de consumo das populações residentes em toda a área urbana brasileira; cálculo da inflação - propiciado pelo Sistema, conforme as populações objetivo especificadas, tanto em âmbito nacional quanto para cada uma das 27 Unidades Federativas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Pesquisas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Pesquisas
Coordenador da Ação	Wasmália Socorro Barata Bivar

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.9.2 Resultados

Quanto a Ampliação do Sistema Nacional de Índices e Preços ao Consumidor–SNIPC, foi dada continuidade à montagem de bases cadastrais no Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, etapas do projeto de ampliação da cobertura geográfica do Sistema para todo o território nacional urbano. O efetivo início de pesquisa-piloto nessas duas áreas está previsto para 2008. O propósito final do projeto é implantar a produção de índices nacionais referidos a todo Brasil urbano e de índices para cada uma das 26 Unidades da Federação, além do Distrito Federal.

Foram realizados os preparativos para a Pesquisa de Especificação de Produtos e Serviços-PEPS e respectivos manuais para o campo, além de reuniões com a área de informática que objetivaram algumas adaptações no sistema de processamento do índice à pesquisa e, no modelo de cálculo proposto para as novas áreas.

Também foi dada continuidade aos estudos com vistas a aprimoramentos metodológicos para o projeto de ampliação do SNIPC; aos estudos relacionados à fórmula de cálculo e suas interações com a metodologia para o dimensionamento das amostras de locais e produtos; às discussões metodológicas sobre temas diversos relacionados ao projeto de ampliação do SNIPC; foram elaboradas estimativas dos índices de mão-de-obra e empregados domésticos para o SNIPC, a partir da PME; elaboração da nova classificação do IPCA e INPC por finalidade de uso, seguindo a *Classification of Individual Consumption According to Purpose* (COICOP); foi realizado o treinamento

da PEPS, cujo objetivo é obter a descrição dos produtos e serviços consumidos pelas famílias residentes no estado do Mato Grosso do Sul, para agregar ao banco de dados do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor-SNIPC. A partir dessas descrições, na etapa seguinte que se constitui na coleta contínua e sistemática, foram coletados os preços associados a cada uma das descrições decorrentes desta pesquisa de especificação. Com esses preços é que serão calculados os índices que visam medir a inflação naquele estado: o IPCA e o INPC.

Avaliando-se a execução física do projeto e levando em consideração as restrições administrativas da Instituição, o treinamento da Pesquisa de Especificação e Serviços-PEPS, no estado do Espírito Santo, foi adiado para o início de 2008, tendo em vista o atraso na coleta dos censos e a necessidade de término das pesquisas básicas da Instituição em andamento e com prazos rígidos naquele estado. Isto se vinculou à avaliação e ajustes de processos a partir da experiência no Mato Grosso do Sul, de modo a melhor qualificar os trabalhos.

Em suma, as dificuldades encontradas durante o exercício de 2007 estão relacionadas ao período dos censos, vivido pela Instituição, vinculado à situação estabelecida de escassez de pessoal. Além disso, questões técnicas de interesse institucional foram alvo de discussão, requerendo, ainda, novas discussões, reflexões e decisões. A expectativa é a de que a equipe do Mato Grosso do Sul avance nos trabalhos dos itens definidos como prioritários para serem especificados cuja orientação e acompanhamento conta com técnicos da Sede.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$ 855.300,00, todos na fonte 0100 (recursos do tesouro), sendo que foi liquidado o montante de R\$253.560,00. Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

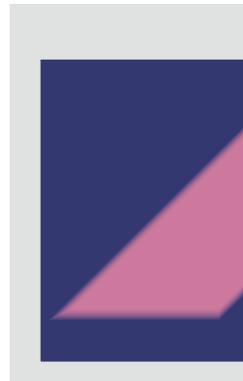
As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 30 – Principais despesas da Ação 5280 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	10.854	4,28	4,28
Passagens	59.017	23,28	27,56
Equipamentos de processamento de dados	109.121	43,04	70,60
Apoio administrativo, técnico e operacional	14.566	5,74	76,34
Outras despesas	60.001	23,66	100,00
Total	253.560	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Os baixos percentuais apresentados, tanto na execução física (34,11%) quanto na financeira (29,65%), deve-se ao fato da realização, em 2007, da coleta das operações



censitárias da Contagem da População 2007 e do Censo Agropecuário 2006 terem ido a campo conjuntamente, o que demandou uma conjugação de esforços para sua consecução. Por conta disso, o ritmo de execução da Ação em tela foi estratégica e temporariamente reduzido, devendo ser acelerado em 2008, direcionando-lhe um maior contingente de pessoal. Com o término das operações censitárias será direcionado um maior contingente de pessoal para executar os projetos do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas. Mesmo assim, durante o exercício, ocorreu deslocamento de técnicos para realização de testes de campo no Espírito Santo e no Mato Grosso do Sul, com o objetivo de identificar eventuais falhas ou possíveis aprimoramentos nos questionários para pesquisas de especificação, o que justifica a concentração das despesas liquidadas em diárias, passagens e veículos para movimentação de técnicos.

Quadro 31 – Metas e resultados da Ação 5280 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
20%	855.300	6,821%	253.560

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.10 Ação Implantação do Índice de Preço ao Produtor – Código : 1793

4.1.1.3.10.1 Dados Gerais

Quadro 32 – Dados gerais da Ação 1793

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver programa de índices de preços ao produtor, de interesse do Governo, do setor privado e do próprio Sistema Estatístico Nacional. Inicialmente, o programa propõe-se à implementação para o segmento da indústria de transformação para, sucessivamente e de forma gradual, incluir os demais segmentos da economia.
Descrição	Mensuração da evolução dos preços no primeiro momento da comercialização que se tem convencionado chamar de “preço da porta de fábrica”, estando, portanto, excluídos deste preço os impostos sobre produtos, os custos de transporte e a margem de comercialização; implementação inicial para o segmento da indústria de transformação para, sucessivamente e de forma gradual, incluir os demais segmentos da economia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Pesquisas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Pesquisas
Coordenador da Ação	Wasmália Socorro Barata Bivar

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.10.2 Resultados

No que diz respeito às informações da Ação, o IBGE continuou avançando no sentido de viabilizar a implantação de Índices de Preços ao Produtor para a Indústria, que traduz o acompanhamento dos preços “na porta da fábrica”. Para a elaboração desse Índice, o IBGE promoveu, ao longo de dois anos, discussões com associações de classes e empresas sobre os questionários de especificação de produtos que possibilitaram, entre outros aspectos, a descrição detalhada das transações comerciais dos produtos, incluindo tanto os aspectos físicos quanto comerciais. Em 2007, foi dado início à coleta de preços para um grupo de aproximadamente 7% das 1.600 empresas que farão parte da amostra da pesquisa.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$161.962,00, todos na fonte 0100 (recursos do tesouro), tendo sido liquidado o montante de R\$26.828,00. Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 33 – Principais despesas da Ação 1793 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	13.673	50,96	50,96
Passagens	13.047	48,64	99,60
Combustíveis e lubrificantes automotivos	108	0,40	100,00
Total	26.828	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

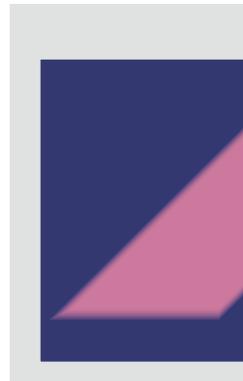
As despesas liquidadas no exercício representam 16,56% do previsto em lei e limitam-se quase que totalmente a despesas com diárias e passagens por ter ocorrido, no período, reuniões e treinamento das equipes em diversas Unidades Estaduais, demandando deslocamento da equipe da sede para treinamento de técnicos locais e visitas às empresas das amostras.

Cabe observar que o percentual físico de 62,08% no exercício deve-se ao fato da realização da coleta das operações censitárias da Contagem da População 2007 e do Censo Agropecuário 2006, que foram a campo conjuntamente. Diante da dimensão dessa tarefa, foi necessário centrar esforços em sua consecução, tendo como requisito limitar, conjuntamente, o ritmo de execução desse projeto, que será acelerado em 2008, direcionando um maior contingente de pessoal.

Quadro 34 – Metas e resultados da Ação 1793 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
5%	161.962	3,104%	26.828

Fonte: SIGPlan – fev/2008



4.1.1.3.11 Ação Elaboração de Sistema de Indicadores de Direitos Humanos Código : 11GJ

4.1.1.3.11.1 Dados Gerais

Quadro 35 – Dados gerais da Ação 11GJ

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Construir Sistema de Indicadores de Direitos Humanos que terá, entre outras finalidades a de subsidiar as ações da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que tem como principal competência a coordenação da política nacional de direitos humanos, articulando e implementando políticas públicas voltadas para a promoção e proteção dos direitos humanos.
Descrição	Levantamento de informações necessárias para construção dos Indicadores sobre Direitos Humanos em pesquisas produzidas pelo IBGE e em registros administrativos de outros órgãos; sistematizar as informações para construção dos Indicadores; implantar o Sistema de Indicadores de Direitos Humanos; e planejar a Pesquisa Nacional sobre Cidadania, Direitos Humanos e Violência, cujos resultados se constituirão, posteriormente, em fonte básica de informações para a construção dos Indicadores de Direitos Humanos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Pesquisas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Pesquisas
Coordenador da Ação	Wasmália Socorro Barata Bivar

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.11.2 Resultados

A Ação encontra-se em fase de planejamento, dando início às atividades com a participação de técnicos do IBGE no Seminário Internacional sobre Direitos Humanos, em São Paulo, no mês de junho.

Foram desenvolvidos, ainda, estudos para implantação da Pesquisa Nacional de Vitimização, que foram temporariamente interrompidos pelas Ações Censitárias. Quanto ao tema Direitos Humanos, deu-se continuidade às reuniões para implementação de um sistema de indicadores, em ação conjunta, com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas-IPEA e Secretaria Especial dos Direitos Humanos-SEDH. Também foi realizado, no IBGE, um seminário internacional.

Cabe observar que o reduzido percentual de execução físico-financeira do projeto deve-se ao fato da realização, em 2007, da coleta das operações censitárias da Contagem da População 2007 e do Censo Agropecuário 2006, que foram a campo conjuntamente. Diante da dimensão dessa tarefa, foi necessário ao IBGE centrar esforços em sua consecução, tendo como requisito limitar, conjuntamente, o ritmo de execução de algumas atividades da Instituição, que será retomado e acelerado ao final dessa etapa.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$100.000,00, todos na fonte 0100 (recursos do tesouro), tendo sido liquidado o montante de R\$35.363,00. Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 36 – Principais despesas da Ação 11GJ

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	23.363	66,07	66,07
Passagens	12.000	33,93	100,00
Total	35.363	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

As despesas liquidadas no exercício representam 35,36% do previsto em lei e limitam-se a despesas com diárias e passagens por ter ocorrido no período participação de técnicos em seminários.

Cabe observar que o percentual físico de 28,57% no exercício deve-se ao fato da realização da coleta das operações censitárias da Contagem da População 2007 e do Censo Agropecuário 2006, que foram a campo conjuntamente. Diante da dimensão dessa tarefa, foi necessário centrar esforços em sua consecução, tendo como requisito limitar, conjuntamente, o ritmo de execução desse projeto, que será acelerado no próximo exercício, direcionando um maior contingente de pessoal.

Quadro 37 – Metas e resultados da Ação 11GJ em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
7%	100.000	2%	35.363

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.12 Ação Pesquisa de Orçamentos Familiares - Código : 11GU

4.1.1.3.12.1. Dados Gerais

Quadro 38 – Dados gerais da Ação 11GU

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Obter indicadores anuais sobre as condições de vida da população brasileira e o rastreamento contínuo das alterações na composição e nível do consumo da sociedade, que representa uma parcela substancial do PIB nacional.
Descrição	Como núcleo básico do projeto para implantação de um novo sistema contínuo de mensuração de condições de vida, focalizado no orçamento familiar e no consumo, está prevista a realização da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF em 2005-2006. Será incluído o Modelo Simplificado da POF, como teste para a estratégia de consecução desse novo modelo, a ser aplicado em intervalos regulares e mais curtos (1 ou 2 anos). O modelo prevê a realização de POFs completas em intervalos de 5 anos com realização da POF Simplificada a cada um ou dois anos, permitindo, assim, a obtenção de uma medida anual de bem-estar e o rastreamento contínuo das alterações na composição e nível do consumo da população brasileira, que representa uma parcela substancial do PIB nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Pesquisas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Pesquisas
Coordenador da Ação	Wasmália Socorro Barata Bivar

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.12.2 Resultados

Está prevista a implementação de uma Pesquisa de Orçamentos Familiares-POF completa em 2008, bem como a preparação de teste para a consecução de módulo simplificado que deverá ser realizado anualmente. No ano de 2007, além da proposta de desenho da POF no modelo simplificado, foi concluído o planejamento e preparação de instrumentos para a realização das entrevistas referentes à POF completa e realizada a chamada operação de listagem, em campo, preparatória da coleta da POF 2008/2009. O teste-piloto referente a POF simplificada será realizado simultaneamente à POF completa, no quarto trimestre de 2008.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$ 6.725.960,00, sendo R\$ 280.340,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro), R\$ 6.395.620,00 na fonte 0148 (operações de crédito externos) – empréstimo HD-TAL, e R\$ 50.000,00 na fonte 1100 (contrapartida nacional).

Foi liquidado o montante de R\$ 3.570.000,00, sendo R\$ 170.000,00 na fonte 0100 e R\$ 3.400.000,00 na fonte 0148.

A despesa com a Ação refere-se aos recursos repassados ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 39 – Despesa da Ação Pesquisa de Orçamentos Familiares

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD	3.570.000	100,00	100,00

Fonte: SIAFI – fev/2008

Cabe ressaltar que os recursos utilizados em 2007 para pagamento de consultores e aquisição de equipamentos, foram os repassados ao PNUD em 2005. Já os recursos referentes ao orçamento de 2007 foram repassados ao PNUD em dezembro de 2007 e serão utilizados para a execução das etapas ‘Listagem’ e ‘Treinamento da coleta’ – postergadas, conseqüentemente, para o exercício de 2008. o que justifica a retirada dos percentuais de execução física no quadro 40.

A restrição do projeto deveu-se à demora na aprovação da Revisão Substantiva “C” do Projeto BRA/06/002–PNUD, bem como ao atraso na aquisição de equipamentos, porém foram feitas gestões junto à Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores-ABC e ao PNUD para agilizar o processo de aprovação, o que justifica a não execução prevista na LOA 2007.

A fim de proporcionar esclarecimentos adicionais quanto aos registros sobre a Revisão Substantiva “C” do Projeto BRA/06/002–PNUD, trata-se do documento PRODOC, do PNUD, que por motivo de atualização do cronograma de desembolso dos recursos repassados àquela entidade, teve de tramitar por várias instâncias tanto dentro do IBGE quanto nas do Ministério das Relações Exteriores.

O contrato com o PNUD foi realizado em 2005, fruto do Acordo de Empréstimo (Projeto de Assistência Técnica para o Desenvolvimento Humano–HD TAL) entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento–BIRD (Banco Mundial) desde o exercício de 2005, que abarca os Componentes IBGE, Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Objetiva proporcionar ao IBGE apoio técnico ao planejamento, implementação, monitoria e avaliação do Projeto HD-TAL, por meio das seguintes atividades básicas:

- criação e suporte de um comitê de estatísticas sociais que irá monitorar e avaliar as demandas estatísticas de diversas agências governamentais;
- inclusão da Região Norte Rural em rápido desenvolvimento na PNAD existente;
- capacitação técnica para a elaboração de mapa de pobreza;
- capacitação técnica para monitoramento e avaliação de políticas sociais; e
- estudos analíticos dos resultados da POF 220/2003.

Seus gastos se concentram, basicamente, em aquisição de bens e serviços e contratação de consultorias para a realização dos projetos componentes dessa Ação.

Quadro 40 – Metas e resultados da Ação Pesquisa de Orçamentos Familiares em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
45%	6.725.960	1,00%	3.570.000

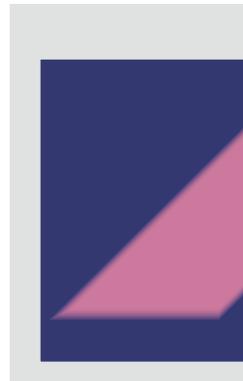
Fonte: SIGPlan – fev/2008

O quadro a seguir apresenta os recursos vinculados a financiamento externos. Cabe ressaltar que o montante de recursos financiados pelo Banco Mundial-BIRD (Cód.501814 BIRD 7324-BR) para repasse ao Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento–PNUD, embora esteja vinculado à Ação Pesquisas de Orçamentos Familiares, também abrange as Ações Implantação do Sistema de Informações para Estudos sobre Condições de Vida–HD TAL e Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho.

Quadro 41 – Recursos vinculados a financiamento externo

Discriminação	Custo Total	Empréstimo Contratado (ingresso externo)		Valor das transferências de recursos *			Em caso de não se ter atingido a conclusão total da etapa	
		Previsão	Realizado	Motivo **	Valor no ano	Valor acumulado no Projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Código: 50181-(BIRD 7324-BR) Descrição e finalidade: assistência técnica para o desenvolvimento humano – IBGE – HDTal Organismo financiador: Banco Mundial - BIRD	14.068.335,00	12.452.608,00	1.615.726,00	Repasse ao PNUD	3.400.000,00	6.896.009,00	—	—

Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças - 2007



4.1.1.3.13 Ação Implantação do Sistema de Informações para Estudos sobre Condições de Vida – HD TAL – Código :11GS

4.1.1.3.13.1 Dados Gerais

Quadro 42 – Dados gerais da Ação 11GS

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Aprimorar o Sistema de Pesquisas Domiciliares, ampliar a disponibilização de informações estratégicas à área social e melhorar a capacidade de produção e análise de informações destinadas ao monitoramento e à avaliação do impacto das políticas sociais e das condições de vida da população brasileira.
Descrição	O Empréstimo de Assistência Técnica para o Primeiro Empréstimo para a Reforma do Setor de Desenvolvimento Humano- HD TAL é uma operação decorrente das ações previstas no Projeto para a Reforma do Setor de Desenvolvimento Humano-HD PSRL, assinado com o Banco Mundial em janeiro de 2003, que prevê a promoção de uma maior transparência, aumento das políticas de justiça social e melhoramento na eficiência e qualidade da prestação dos serviços sociais. O IBGE é responsável por um dos Componentes do HD-TAL, voltado para o fortalecimento da capacidade de prover informações estatísticas para o monitoramento e avaliação das condições de vida da população brasileira e dos impactos das políticas sociais. A assistência técnica será focalizada no aprimoramento do Sistema de Pesquisas Domiciliares, na ampliação da disponibilização de informações estratégicas para a área social, e na melhoria da capacidade de produção e análise de informações para o monitoramento e a avaliação do impacto das políticas sociais e das condições de vida da população brasileira.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Pesquisas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Pesquisas
Coordenador da Ação	Wasmália Socorro Barata Bivar

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.13.2 Resultados

Uma das atividades previstas na Ação do Sistema de Informações para Estudo sobre Condições de Vida–HD TAL, diz respeito às estatísticas de pobreza com menção aos estudos para a elaboração do “Mapa da Pobreza e da Desigualdade”, no contexto do projeto Banco Mundial: “Empréstimo de Assistência Técnica ao Programa de Reformas para o Setor de Desenvolvimento Humano–HD TAL”.

Ademais, como integrante do Grupo de Trabalho encarregado da definição de linhas de indigência e pobreza, coordenado pela Casa Civil, o IBGE, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome–MDS e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada–IPEA, deu continuidade, em 2007, aos trabalhos voltados para a implementação de metodologia de cálculo de linha de pobreza absoluta baseada nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003 e da PNAD.

Conforme previsto nesta Ação, também foi criado, por meio da Portaria Interministerial no. 424, de 06 de dezembro de 2007, do Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão, o Comitê de Estatísticas Sociais, que tem por objetivo monitorar e avaliar as demandas de informações estatísticas sociais.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$265.428,00,00 sendo, R\$252.828,00 na fonte 0148 (operações de crédito externas) – empréstimo HD-TAL, e R\$12.600,00 na fonte 1100 (contrapartida nacional).

Embora não haja execução financeira em 2007, as atividades internas foram implementadas. Cabe ressaltar que os recursos utilizados para o pagamento de consultores e aquisição de equipamentos, no exercício 2007, foram os repassados para o PNUD em 2005 o que justifica a retirada dos percentuais de execução física no quadro 43.

A restrição do projeto deveu-se à demora na aprovação da Revisão Substantiva “C” do Projeto BRA/06/002–PNUD. Entretanto foram feitas gestões junto à Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores-ABC e ao PNUD com vistas a agilizar o processo de aprovação, o que justifica a não execução prevista na LOA 2007.

Ratifica-se os esclarecimentos já mencionados na Ação Pesquisa de Orçamentos Familiares-POF quanto aos registros sobre a Revisão Substantiva “C” do Projeto BRA/06/002–PNUD. Trata-se do documento PRODOC, do PNUD, que, por motivo de atualização do cronograma de desembolso dos recursos repassados àquela entidade, sua tramitação passou por várias instâncias tanto no IBGE quanto no Ministério das Relações Exteriores.

Este contrato com o PNUD foi realizado em 2005, fruto do Acordo de Empréstimo (Projeto de Assistência Técnica para o Desenvolvimento Humano–HD TAL) entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento–BIRD (Banco Mundial) desde o exercício de 2005, que abarca os Componentes IBGE, Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Objetiva proporcionar ao IBGE apoio técnico ao planejamento, implementação, monitoria e avaliação do Projeto HD-TAL, por meio das seguintes atividades básicas:

- criação e suporte de um comitê de estatísticas sociais que irá monitorar e avaliar as demandas estatísticas de diversas agências governamentais;
- inclusão da Região Norte Rural em rápido desenvolvimento na PNAD existente;
- capacitação técnica para a elaboração de mapa de pobreza;
- capacitação técnica para monitoramento e avaliação de políticas sociais; e
- estudos analíticos dos resultados da POF 220/2003.

Quadro 43 – Metas e resultados da Ação 11GS, em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
19%	265.428	0,00%	0

Fonte: SIGPlan – fev/2008



Os recursos vinculados ao financiamento externo para a Ação em tela, encontram-se informados na Ação Pesquisas de Orçamentos Familiares-POF, uma vez que fazem parte do Projeto BR/06/002 e irão atender tanto a POF, quanto à Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho, e a esta Ação. Cabe informar que em 2007 não houve transferência de recursos para a Ação Implantação do Sistema de Informações para Estudos sobre Condições de Vida–HD TAL.

4.1.1.3.14 Ação Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho – Código : 5288

4.1.1.3.14.1 Dados Gerais

Quadro 44 – Dados gerais da Ação 5288

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Implantar uma pesquisa nacional contínua, por amostra de domicílios, para o acompanhamento de características da força de trabalho e outras características sociodemográficas da população brasileira, de forma a produzir informações relevantes para o acompanhamento das alterações de curto prazo no mercado de trabalho e, pelo menos uma vez ao ano, informações sobre a situação socioeconômica da população. Os resultados contribuirão para estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do País.
Descrição	Apoio ao planejamento (através de consultorias nacionais, internacionais e visitas técnicas) e a realização de testes para a integração da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e da Pesquisa Mensal de Emprego - PME em uma única pesquisa mensal, a Pesquisa Nacional Contínua sobre Força de Trabalho, que vem a ser uma pesquisa domiciliar nacional contínua.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Pesquisas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Pesquisas
Coordenador da Ação	Wasmália Socorro Barata Bivar

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.14.2 Resultados

No âmbito do projeto de implantação de uma pesquisa nacional contínua sobre força do trabalho, foi dado início ao desenvolvimento do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares–SIPD, que tem como finalidade reformular a produção de pesquisas domiciliares por amostra no IBGE, mantendo os objetivos atualmente cumpridos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, Pesquisa Mensal de Emprego–PME, Pesquisa de Orçamentos Familiares-POF, Pesquisa de Economia Informal Urbana–ECINF, e agregando a investigação de novos temas ou o detalhamento de temas existentes.

Uma vertente fundamental do projeto SIPD é dedicada a estudar métodos estatísticos para o desenho de uma amostra mestra para o sistema. Nesse campo, uma amostra

mestra de setores censitários foi desenhada para atender a todas as pesquisas do SIPD e, em particular, a POF, a ser realizada em 2008/2009.

A Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$ 691.814,00, sendo R\$371.074,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro) e R\$ 320.740,00 na fonte 0148 (operações de crédito externas) – empréstimo HD-TAL.

Cabe destacar que a Ação não teve execução física e financeira por conta de atualização do cronograma de desembolso dos recursos repassados ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, por meio do documento Revisão Substantiva “C” do Projeto BRA/06/002, o qual teve que tramitar por várias instâncias tanto dentro do IBGE quanto nas do Ministério das Relações Exteriores, porém atividades internas foram executadas, bem como aquisição de equipamento servidor de rede por meio do Contrato 47-4303/07 com a NT Systems Informática Ltda e o PNUD – Projeto BRA/06/002, pagos com recursos repassados ao PNUD em 2005.

Vale ressaltar que foram feitas gestões junto à Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores-ABC e ao PNUD para agilizar o processo de aprovação, o que justifica a não execução prevista na LOA 2007.

A título de esclarecimento, esta ação foi aberta para receber os recursos provenientes do Acordo de Empréstimo (Projeto de Assistência Técnica para o Desenvolvimento Humano–HD-TAL) entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial) desde o exercício de 2005, Projeto BRA/06/002.

O objetivo precípua para o desenvolvimento desse projeto, para o governo Federal, é o de aumentar a capacidade institucional para monitorar o progresso e o impacto de suas políticas sociais, orientadas no sentido da igualdade e melhoria da eficiência e da qualidade da prestação da assistência social no País.

O IBGE neste projeto é denominado de “Componente1” e por ser uma entidade legalmente autônoma da República Federativa do Brasil, sua função é a de dar assistência técnica com foco na ampliação das pesquisas domiciliares nacionais, de modo a fornecer informações estratégicas, amplas e integradas para acompanhamento e avaliação do impacto das principais reformas na área social e das condições de vida da população brasileira.

Quadro 45 – Metas e resultados da Ação 5288 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
13%	691.814	0,00%	0

Fonte: SIGPlan – fev/2008

Os recursos vinculados ao financiamento externo referentes a Ação Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho encontram-se alocados na



Ação Pesquisas de Orçamentos Familiares-POF, uma vez que fazem parte do Projeto BR/06/002, e irão atender tanto a POF quanto à Ação Informações para Estudos sobre Condições de Vida-HD TAL e a esta Ação. Cabe informar que em 2007 não houve transferência de recursos para a Ação Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho.

4.1.1.3.15 Ação Mudança do Referencial Geodésico – Código : 11EF

4.1.1.3.15.1 Dados Gerais

Quadro 46 – Dados gerais da Ação 11EF

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a adoção no país de um novo sistema de referência geodésico, mais moderno e de concepção geocêntrica, de modo a compatibilizá-lo às mais modernas tecnologias de posicionamento.
Descrição	Estudos, pesquisas, levantamentos de campo e modernização da estrutura geodésica ativa, objetivando a definição de um novo referencial geodésico que servirá de base para todo tipo de posicionamento que envolva coordenadas geodésicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Geociências
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Geociências
Coordenador da Ação	Luiz Paulo Souto Fortes

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.15.2 Resultados

Com relação aos Projetos Mudança do Referencial Geodésico-PMRG e Infra-Estrutura Geoespacial-PIGN, vêm sendo realizadas atividades de demonstração para avaliação dos impactos técnicos referentes aos mapeamentos topográfico e cadastral, concessionárias de serviço e questões ambientais. Foram realizados estudos finais para padronização das legendas, custos operacionais para a conversão de base de dados topográficos e cadastrais, comportamentos geométricos das folhas topográficas e a caracterização dos tipos de limites geográficos constantes no mapeamento.

Em 2007 foi dada continuidade a uma série de ações, como a melhoria e disponibilização do Banco de Nomes Geográficos-BNGB, em *software* livre, carga de informações da bCIMd¹⁰, e estudos para a incorporação da componente espacial. Cabe destacar que também foram iniciados os estudos para a criação da Rede Nacional de Nomes Geográficos Brasil com adesão dos estados.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$ 400.000,00, todos na fonte 0100 (recursos do tesouro) sendo liquidado o montante de R\$ 367.367,00. Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

¹⁰ Base cartográfica, de todo o Brasil, elaborada em ambiente digital na escala de 1:1.000.000. Essa base cartográfica é composta por 46 cartas CIM (Carta Internacional ao Milionésimo) e disponibilizada de forma integrada, e não subdividida.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 47 – Principais despesas da Ação 11EF – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	9.002	2,45	2,45
Passagens	11.311	3,08	5,53
Equipamentos de processamento de dados	346.830	94,41	99,94
Outras Despesas	224	0,06	100,00
Total	367.367	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Os principais gastos se referem a aquisição de equipamentos, de informática visando o desenvolvimento das atividades de forma descentralizada.

Quadro 48 – Metas e resultados da Ação 11EF em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
8%	400.000	3%	367.367

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.16 Ação Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia - Código : 3596

4.1.1.3.16.1 Dados Gerais

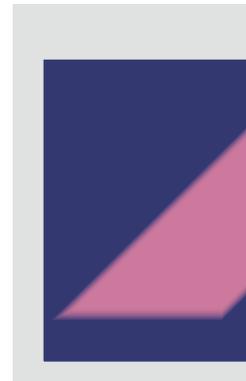
Quadro 49 – Dados gerais da Ação 3596

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Implantar, em larga escala, a geotecnologia aplicada à coleta, ao tratamento e à disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente), modernizando os procedimentos de produção cartográfica, consolidando o sistema de produção cartográfica digital e reduzindo os custos e os prazos de produção, em atendimento à demanda da sociedade por informações sobre o território nacional que contemple dados atualizados e georreferenciados, privilegiando a disponibilidade em ambiente web.
Descrição	Substituição dos processos e das metodologias de produção de informações territoriais, com a modernização das áreas de produção cartográfica e das áreas temáticas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria de Geociências
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Geociências
Coordenador da Ação	Luiz Paulo Souto Fortes

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.16.2 Resultados

Em 2007 foi realizada a manutenção da Mapoteca Nacional Digital – MND (100%), com a realização de reuniões técnicas, onde se verifica o envolvimento de diversas



instituições, tais como a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais - CPRM, Agência Nacional de Águas-ANA, Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT, Diretoria do Serviço Geográfico do Exército-DSG, IBGE, Ministério dos Transportes-MTR, Ministério das Cidades. Nessas reuniões foram abordados os temas: Habitação e Cultura, Limites e Localidades, Abastecimento de água e Saneamento Básico, Saúde e Serviço Social; Sub-sistema Dutoviário(ST); Limites (áreas especiais); Estrutura Econômica, Administração Pública, Sistemas de Transporte. O grande objetivo deste ano foi alcançado com a resolução da Comissão Nacional de Cartografia-CONCAR nº 01/2007, que homologa o lançamento da nova versão da MND .

Foi também realizada a manutenção do Sistema Metadados Geográficos Nacional-SMGN (100%) para os trabalhos da Sub-comissão de Dados Espaciais - SDE, em 2007. A Coordenação de Cartografia do IBGE-CCAR participou das atividades desenvolvidas no âmbito do Comitê de Metadados/SDE e apresentou proposta de resolução para inventariar as bases geoespaciais produzidas no âmbito do Estado, utilizando o padrão internacional de metadados. O Comitê de Metadados da CONCAR é coordenado pela Diretoria de Informática do IBGE em estreita cooperação com a CCAR e outras instituições do Sistema Cartográfico Nacional-SCN.

Realizou-se a Oficina de Metadados, com o objetivo de repassar conceitos sobre o tema e verificar a adequação de perfil proposto na produção cartográfica da CCAR. Além disso, foi proposto um novo cronograma para o Comitê de Metadados com o objetivo de padronizar o serviço de busca e de disponibilização de metadados geográficos via *web*, de caráter nacional e internacional, denominado internacionalmente *clearinghouse*. Esta iniciativa visa facilitar a disseminação de conjunto expressivo de informações sobre o território, produzidos pelos órgãos integrantes do SCN, a ser utilizado para maior eficiência, efetividade e eficácia da ação pública.

Além disso, continuaram as campanhas para manutenção dos refletores do ALOS, que se encontram na cidade Rio Branco, no estado do Acre, para a calibração do satélite. Foi realizado treinamento de radar: "*SAR: Principles and Application*" oferecido pela *Alaska Satellite Facility* -ASF, e desenvolvido o sistema de catálogo de imagens ALOS, com o devido suporte da ASF.

O programa *GeoView*, subsídio básico para a realização de algumas etapas do projeto, será adquirido através do Protocolo de Acordo de Cooperação entre o IBGE e o *Institut Géographique National-IGN*, da França.

Somente foram concluídos 2% do previsto, em função do recebimento das imagens ALOS em novembro de 2007 e da não aquisição do *software GeoView*.

Em função do prazo exíguo para a adoção de medidas que viabilizassem a aquisição dos insumos no período de 2007, as providências adotadas foram as de se dar

continuidade ao processo de aquisição do GEOVIEW para a obtenção em 2008, e priorizar o tratamento a ser feito com as imagens de satélite, para se tentar recuperar o atraso no cronograma.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$300.000,00, todos na fonte 0100 (recursos do tesouro) sendo liquidado o montante de R\$19.182,00. Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 50 – Principais despesas da Ação 3596 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Aparelhos de Medição e Orientação	5.600	29,19	29,19
Equipamentos de processamento de dados	5.120	26,69	55,88
Máquinas e equipamentos energéticos	4.850	25,28	81,16
Outras despesas	3.612	18,84	100,00
Total	19.182	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Os gastos foram realizados na aquisição de equipamentos tais como: *scanner*, marógrafo, estabilizador, e outros.

Cabe ressaltar que, nessa Ação, houve apenas recursos liquidados para o grupo de despesa “Investimentos”.

Quadro 51 – Metas e resultados da Ação 3596 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
6%	300.000	2,00%	19.182

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.1.3.17 Ação Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do Brasil – SIG Brasil - Código : 1K32

4.1.1.3.17.1 Dados Gerais

Quadro 52 – Dados gerais da Ação 1K32

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver sistema de informações geográficas sobre o Brasil, em tecnologia WEB, integrando dados espaciais a dados não espaciais (estatísticos, ambientais, etc), produzidas nas mais diversas agências governamentais.
Descrição	Criação do Sistema de Informações Geográficas sobre o Brasil - (SIG Brasil), como instrumento próprio ao diagnóstico do território, permitindo a espacialização de informações em múltiplas escalas, permitindo o conhecimento da realidade nacional, em um único local, de informações georeferenciadas produzidas nas mais diversas agências governamentais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Coordenador da Ação	David Wu Tai

Fonte: SIGPlan – fev/2008



4.1.1.3.17.2 Resultados

Foi desenvolvido o planejamento para a criação da infra-estrutura de dados espaciais, com a definição do ambiente operacional, a elaboração do plano de incorporação de informações, implantação da aplicação, incorporação de dados espaciais Carta CIM e a incorporação de informações estatísticas, geográficas e ambientais.

Também está sendo desenvolvida a expansão e aperfeiçoamento da infra-estrutura de dados espaciais, com a atualização e complementação da base 1:1.000.000, assim como foi iniciada a das cartas 1:250.000.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$7.015.000,00, todos na fonte 0100 (recursos do tesouro), tendo sido executado o valor de R\$5.614.306,00. Não houve aplicação de recursos de convênio e financiamento externo, como também não foi executado o previsto para 2007, devido a problemas de contingenciamento no primeiro trimestre do exercício.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 53 – Principais despesas da Ação 1K32 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Serviços de processamento de dados	1.989.000	35,42	35,42
Serviços de áudio, vídeo e foto	1.457.856	25,97	61,39
Locação de softwares	823.564	14,67	76,06
Equipamentos de processamento de dados	665.999	11,86	87,92
Outras despesas	677.887	12,08	100,00
Total	5.614.306	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Os principais gastos se referem a aquisições para a infra-estrutura da tecnologia da informação (*hardwares e softwares*) e treinamentos nas novas tecnologias.

Foram adquiridas, ainda, imagens orbitais do satélite ALOS para subsidiar as atualiações em curso.

Quadro 54 – Metas e resultados da Ação 1K32 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
32%	7.015.000	0,00%	5.614.306

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.2 Programa Recenseamentos Gerais - Código: 1059

4.1.2.1 Dados gerais

O Programa Recenseamentos Gerais, enquadrado no tipo finalístico, busca prover o Governo e a Sociedade do conhecimento da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, e a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do país, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.

Os principais beneficiários são o Governo e a Sociedade, compostos por tomadores de decisão no âmbito das políticas e pelos cidadãos em geral que precisam de informações necessárias ao conhecimento da realidade brasileira.

Os indicadores utilizados para avaliar o desempenho deste programa estão em processo de definição, pois as ações que os compõem são formadas por projetos que não possuem horizonte temporal contínuo.

- Gerente do Programa: Eduardo Pereira Nunes
- Gerente executivo: Sérgio da Costa Côrtes

4.1.2.2 Principais Ações do Programa

As Ações que compõem o Programa estão voltadas à fornecer informações demográficas, sociais e econômicas, com vistas ao conhecimento da realidade do País.

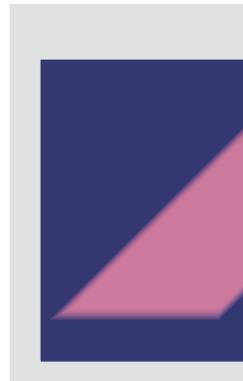
Para a elaboração do relatório, foram selecionadas as Ações que fazem parte do Projeto Censos 2007, relacionadas a seguir, devido à importância nas atividades finalísticas desenvolvidas pelo IBGE em 2007.

Atividade

- Publicidade de Utilidade Pública

Projeto

- Censo Agropecuário 2006
- Contagem da População 2006
- Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios



4.1.2.3 Gestão das Ações

4.1.2.3.1 Ação Censo Agropecuário 2006 - Código : 1779

4.1.2.3.1.1 Dados Gerais

Quadro 55 – Dados gerais da Ação 1779

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Levantar informações sobre a produção agropecuária, o meio ambiente, a distribuição e o uso da terra, ao nível dos municípios, das localidades, das bacias hidrográficas, dos assentamentos fundiários, das unidades de conservação ambiental, das terras indígenas e dos remanescentes de quilombos.
Descrição	Realização de pesquisa para obtenção de informações sobre as características estruturais relativas à produção agrícola, pecuária e agroindústria rural, à distribuição e ao uso da terra, à organização da atividade agropecuária e sua interação com o meio ambiente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Coordenação Operacional dos Censos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Operacional dos Censos
Coordenador da Ação	Maria Vilma Salles Garcia

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.2.3.1.2 Resultados

O Censo Agropecuário constitui o principal e mais completo levantamento sobre a estrutura produtiva do setor agropecuário brasileiro. Por ser uma pesquisa exaustiva de âmbito nacional, os seus resultados servem de base a estudos, análises e projeções sobre o setor, e constituem a maior fonte de informações para os diversos níveis de governo elaborarem e acompanharem as políticas de alocação de recursos públicos e ordenamento do território rural brasileiro.

As informações do Censo Agropecuário são úteis também para os Ministérios responsáveis pelas políticas públicas que buscam a redução das desigualdades regionais e intra-regionais. O objetivo de melhoria das condições de vida de populações mais vulneráveis no meio rural, a partir de ações direcionadas para proteção da população de baixa renda, traduz a estratégia governamental de desenvolvimento em suas dimensões social e ambiental.

O Censo Agropecuário 2006, a Contagem da População 2006 e a Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios, embora constem como Ações separadas no Plano Plurianual, tiveram suas ações executadas de forma integrada, inclusive com operações de campo simultâneas e conjuntas, denominadas Censos 2007.

Ressalte-se que este foi o primeiro censo brasileiro em que se utilizaram computadores de mão - os PDA (*Personal Digital Assistant*) - facilmente transportáveis, e que

dispensaram os antigos questionários em papel, proporcionando economia de recursos materiais, ganhos de qualidade dos dados coletados e de tempo na apuração de resultados, além da coleta de coordenadas geográficas de todas as unidades recenseadas nas áreas rurais.

Para consecução dos Censos 2007, importantes atividades preparatórias ainda foram desenvolvidas nos primeiros meses do ano, quais sejam, reuniões das Comissões Censitárias Municipais constituídas em 5.555 municípios, montagem de cerca de 5.600 postos de coleta, desenvolvimento e implementação de todos os sistemas informatizados e da infra-estrutura que dão suporte à operação.

Além das atividades acima mencionadas, houve, ainda, treinamentos para cerca de 90.000 pessoas, entre técnicos do IBGE, recenseadores e supervisores contratados, atividade fundamental para que a operação pudesse, finalmente, ser posta em prática.

A coleta de dados transcorreu entre os meses de abril e outubro, incluídas nesse período as revisões que se fizeram necessárias para assegurar um adequado padrão de cobertura do Território Nacional.

Foram levantados dados de 5.218.691 estabelecimentos agropecuários. Resultados preliminares do Censo Agropecuários foram divulgados em 21 de dezembro de 2007 ficando atendido, assim, o compromisso assumido pelo IBGE com o governo e a sociedade brasileira. Em 2008 serão divulgados, por temas, os resultados definitivos do Censo Agropecuário.

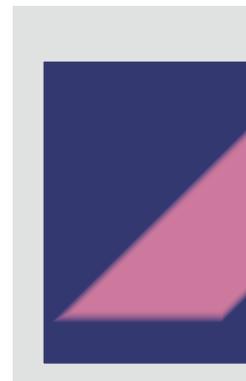
Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor total de R\$241.841.591,00, sendo R\$191.485.776,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro) além de créditos extraordinários de R\$50.335.209,00 e R\$20.606,00 nas fontes 0100 (recursos do tesouro) e 0300 (recursos do tesouro – exercícios anteriores), respectivamente, tendo sido liquidado o montante de R\$220.443.190,00, sendo R\$220.423.403,00 na fonte 0100, e R\$19.788,00 na fonte 0300. Não houve aplicação de recursos de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 56 – Principais despesas da Ação 1779 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	22.315.008	10,12	10,12
Passagens	8.493.134	3,85	13,97
Serviços eventuais de agentes censitários	81.139.332	36,81	50,78
Outras vantagens contrato temporário	31.824.259	14,44	65,22
Obrigações patronais	26.929.414	12,22	77,44
Despesas de teleprocessamento	13.529.537	6,14	83,58
Indenização auxílio-alimentação	10.019.202	4,55	88,13
Ajuda de custo - pessoal civil	4.304.141	1,95	90,08
Outras despesas	21.889.164	9,92	100,00
Total	220.443.190	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008



É importante observar que 70% do custo total da operação referem-se a despesa com pessoal temporário, em salários de mensalistas (supervisores), remuneração da produção (recenseadores), em indenizações e outras vantagens dos contratos temporários (13º salário, férias proporcionais etc.), e obrigações patronais.

A Ação contou ainda com recursos na ordem de R\$10.000.000,00 oriundos do Convênio IBGE/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Cabe ressaltar que esse montante de recursos foi aplicado na contratação por tempo determinado de agentes censitários que atenderam tanto ao Censo Agropecuário quanto à Contagem da População.

Quadro 57 – Principais despesas relativas ao Convênio FNDE - 2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Serviços Eventuais de Agentes Censitários	10.000.000,00	100,00	100,00
Total	10.000.000	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Assim, as três operações – Censo Agropecuário, Contagem da População e Cadastro de Endereços – custaram juntas, no exercício 2007, considerados também os gastos com publicidade e recursos de convênio, R\$418.164.091,00, sendo R\$220.443.190,00 para a Ação Censo Agropecuário, R\$ 170.307.586,00 para a Ação Contagem da População, R\$2.413.316,00 para a Ação Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios e R\$14.999.999,00 para a Ação Publicidade e R\$10.000.000,00 de convênio IBGE/FNDE. A separação dos gastos entre elas foram feitos para atender aos procedimentos e registros contábeis, obedecendo à proporcionalidade dos recursos orçamentários disponíveis em cada uma das Ações no Orçamento Geral da União, não tendo ocorrido, contudo, na prática, tal separação, vez que o recenseador que trabalhou na área rural fez coleta de dados do Censo Agropecuário, da Contagem da População e do Cadastro de Endereços. Da mesma forma, a infra-estrutura e o corpo técnico do IBGE serviram e atenderam às três pesquisas simultaneamente. Assim, não seria correto obter o custo médio do levantamento de cada estabelecimento agropecuário, domicílio ou endereço cadastrado tomando-se em conta os valores registrados e as unidades recenseadas em cada pesquisa. O único custo médio possível de ser feito é o de unidade visitada, que inclui estabelecimentos agropecuários, domicílios e outras unidades registradas, que somam 42.868.877, levando-se ao valor unitário de R\$9,75 (R\$418.164.091,00 / 42.868.877), no exercício de 2007.

Quadro 58 – Metas e resultados da Ação 1779 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
70%	241.841.591	70%	220.446.870*

Fonte: SIGPlan– fev/2008

* Estão incluídos R\$ 3.680,00 relativos à destaque orçamentário ocorridos durante o exercício.

4.1.2.3.2 Ação Contagem da População 2006 - Código : 1A91

4.1.2.3.2.1 Dados Gerais

Quadro 59 – Dados gerais da Ação 1A91

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Levantar informações que permitam a atualização das estimativas populacionais com vistas a ajustá-las durante o período intercensitário, fornecendo dados mais precisos para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios e outros; oferecer aos Ministérios da Saúde e da Educação a estimativa da população municipal por faixa etária; fornecer insumos para subsidiar ações de planejamento e avaliação de políticas públicas; investigar o acesso aos programas governamentais de transferência de renda; levantar a renda individual; investigar algumas características de habitação; investigar o nível de escolaridade e a cor da população e propiciar a melhoria das pesquisas amostrais.
Descrição	Coleta de dados, apuração e divulgação de resultados relativos a cerca de 57,7 milhões de domicílios e 186,7 milhões de pessoas residentes no País.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Coordenação Operacional dos Censos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Operacional dos Censos
Coordenador da Ação	Maria Vilma Salles Garcia

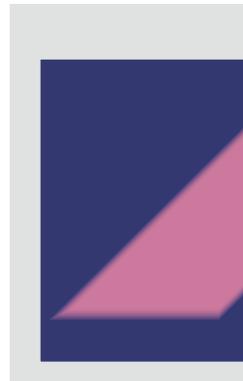
Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.2.3.2.2 Resultados

Cabe lembrar que o Censo Agropecuário 2006, a Contagem da População 2006 e a Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios, embora constem como Ações separadas no Plano Plurianual, tiveram suas ações executadas de forma integrada, inclusive com operações de campo simultâneas e conjuntas, denominadas Censos 2007.

Os Censos são operações de levantamento de dados fundamentais para a formulação de políticas públicas e para tomada de decisões acerca de investimentos privados e governamentais. No caso do Censo Agropecuário, as suas estatísticas permitem traçar um amplo retrato da atividade agropecuária e revelar importantes aspectos da vida rural brasileira. A Contagem da População proporciona os efetivos populacionais dos municípios abrangidos e permite estimativas mais acuradas para os demais, dando maior visibilidade às transformações demográficas ocorridas no País desde o último Censo Demográfico realizado no ano 2000.

De fato, desde os anos 90, a Contagem da População passou a ser um instrumento essencial para que o IBGE pudesse atender às demandas de informações demográficas por parte de vários setores da sociedade. Entretanto, restrições orçamentárias por parte do governo impediram a realização da contagem populacional em 2005. Quanto mais distante do ano do Censo Demográfico 2000, mais acentuadas são as diferenças marcantes observadas nas estimativas municipais provocadas pelo afastamento da



data do último recenseamento. Nestes casos, os municípios de menor porte são os mais afetados por possíveis imprecisões nas estimativas populacionais, justamente os mais dependentes do Fundo de Participação dos Municípios-FPM.

Foram levantados dados de 30.818.291 domicílios e 108.745.587 pessoas somente naqueles municípios recenseados. Resultados preliminares da Contagem da População foram divulgados em 31 de agosto de 2007 e os definitivos em 21 de dezembro de 2007.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor total de R\$171.217.188,00, sendo R\$129.042.830,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro) além de créditos extraordinários de R\$38.664.588,00 e R\$3.509.770,00 nas fontes 0100 (recursos do tesouro) e 0300 (recursos do tesouro – exercícios anteriores), respectivamente, tendo sido liquidado o montante de R\$170.307.586,00, sendo R\$166.808.495,00 na fonte 0100 e R\$3.499.091,00 na fonte 0300. Não houve aplicação de recursos de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 60 – Principais despesas da Ação 1A91 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	6.902.103,97	4,05	4,05
Passagens	21.867.982,05	12,84	16,89
Serviços eventuais de agentes censitários	95.651.227,42	56,16	73,05
Outras despesas	45.886.272,56	26,95	100,00
Total	170.307.586,00	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Para a Contagem da População valem as mesmas observações feitas sobre a estrutura das despesas na Ação Censo Agropecuário, ou seja, 70% dos custos referem-se a deslocamentos e pagamentos feitos a pessoal temporário.

Os recursos do Convênio IBGE/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE estão registrados na Ação Censo Agropecuário. Cabe ressaltar que esse montante de recursos foi aplicado na contratação por tempo determinado de agentes censitários que atenderam tanto ao Censo Agropecuário quanto à Contagem da População.

Quadro 61 – Metas e resultados da Ação 1A91 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
70%	171.217.188	70%	170.307.586

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.2.3.3 Ação Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios - Código: 11JV

4.1.2.3.3.1 Dados Gerais

Quadro 62 – Dados gerais da Ação 11JV

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver e implantar um Cadastro de Endereços de Domicílios, de abrangência nacional, que sirva como instrumento para a racionalização e o controle dos trabalhos de operações censitárias e fonte para seleção de amostras de pesquisas domiciliares.
Descrição	Construção de um banco de dados com endereços de todo o país, gerado a partir das informações coletadas no Censo Demográfico 2000 e associado a um sistema que permita a sua contínua atualização, seja pela incorporação de informações das pesquisas do IBGE, seja pela utilização de informações de fontes externas (prefeituras, concessionárias de serviços etc).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Coordenação Operacional dos Censos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Operacional dos Censos
Coordenador da Ação	Maria Vilma Salles Garcia

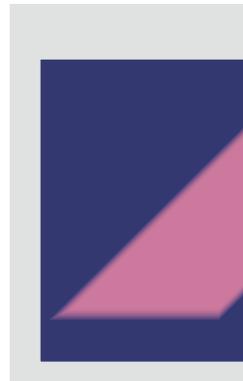
Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.2.3.3.2 Resultados

Um dos objetivos do cadastro de endereços é aperfeiçoar o levantamento, o tratamento e a disseminação de informações estatísticas. Em uma agência nacional de estatísticas como o IBGE, os endereços são informações intensamente utilizadas na realização regular de suas pesquisas. Seja na etapa de coleta dos dados, onde ocorrem as entrevistas, seja no acompanhamento desta tarefa, ou mesmo no envio e controle do recebimento de questionários por via postal, o endereço tem papel essencial, mesmo que muitas vezes pouco visível.

Desta forma, a criação do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE é de suma importância não só para a Instituição, mas também para a sociedade. Para o IBGE, esta iniciativa contribuiu para aumentar a eficiência das etapas de planejamento e a supervisão da coleta das informações dos Censos 2007. No futuro próximo, permitirá ao IBGE realizar pesquisas domiciliares por via postal. Já a sociedade como um todo poderá se beneficiar de um cadastro mais preciso para a geocodificação, ou seja, a identificação do setor onde está localizado um endereço fornecido pelo usuário; esta associação 'endereço/setor' permitirá vincular informações das mais diversas fontes, como saúde e educação, por exemplo, às informações produzidas pelo IBGE ao nível de setor censitário¹¹.

¹¹ Setor censitário é a unidade de controle cadastral formada por área contínua, situada em um único quadro, urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios ou de estabelecimentos agropecuários cujo perímetro compreende os limites territoriais legalmente definidos e os estabelecidos pelo IBGE para fins estatísticos.



A respeito da Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios, importa ressaltar o incremento do projeto inicial, decorrente de sua integração aos Censos 2007, o que propiciou a evolução para a construção do CNEFE, incorporando endereços de unidades não residenciais (de ensino, saúde e estabelecimentos agropecuários) e também acrescentando aos endereços das áreas rurais as coordenadas geográficas. Ao final das operações 2007, foram consolidadas informações de 42.868.877 unidades, que passaram a compor o Cadastro.

A versão inicial do Cadastro serviu de base para a coleta de dados da Contagem da População nas áreas urbanas. Para tanto, foram geradas, a partir dos endereços levantados no Censo Demográfico 2000, listas prévias para cerca de 82 mil setores censitários, e foram também desenvolvidas, durante o ano de 2007, as aplicações que integraram o cadastro de endereços aos questionários eletrônicos disponibilizados nos PDAs dos recenseadores.

O exercício de 2007 foi também marcado pelo planejamento e início da implementação do banco de dados do CNEFE, tarefa esta que deverá prosseguir no próximo ano com o desenvolvimento de sistemas e rotinas de atualização, manutenção e integração com outros bancos e sistemas, a fim de que o CNEFE possa contribuir, significativamente, como apoio a outras pesquisas, futuras ações censitárias e atender a usuários externos.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor de R\$2.415.000,00, todos na fonte 0100 (recursos do tesouro), tendo sido liquidado o montante de R\$2.413.316,00. Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 63 – Principais despesas da Ação 11JV – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Obrigações patronais - contrat. tempo determinado	1.568.225	64,98	64,98
Equipamentos de processamento de dados	340.322	14,10	79,08
Serviços eventuais de agentes censitários	274.992	11,39	90,47
Outras vantagens contrato temporário	221.783	9,19	99,66
Aparelhos e utensílios domésticos	7.269	0,30	99,96
Equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos	725	0,04	100,00
Total	2.413.316	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Os principais gastos se referem a despesas patronais decorrentes da operação integrada e simultânea das três pesquisas: Censo Agropecuário, Contagem da População e Cadastro de Endereços.

Quadro 64 – Metas e resultados da Ação 11JV em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
15%	2.415.000	13,276%	2.413.316

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.2.3.4 Ação Publicidade de Utilidade Pública - Código: 4641

4.1.2.3.4.1 Dados Gerais

Quadro 65 – Dados gerais da Ação 4641

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Coordenador da Ação	David Wu Tai

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.2.3.4.2 Resultados

A Campanha publicitária de utilidade pública foi criada para veiculação em dois grandes momentos: o lançamento das operações e o encerramento, com uma fase de sustentação entre estes dois momentos.

Quando à veiculação da primeira fase da campanha publicitária teve início, o PDA gerou um forte apelo visual, transformando-se em um ícone identificador do Recenseador do IBGE. Com essa imagem e com o slogan **“Censos 2007: o Brasil conta com a sua resposta”**, a campanha de lançamento das operações censitárias contribuiu para sensibilizar a população para receber bem o recenseador e responder corretamente a pesquisa.

As peças publicitárias criadas para divulgar os lançamento dos Censos 2007 foram: filmes de 60 e de 30 segundos para televisão (um para a Contagem da População e outro para o Censo Agropecuário), anúncio de uma página e de página dupla para revista, spot de 60 e 30 segundos e *jingle* de 60 segundos para rádio e anúncios de uma página para jornais e cartazes que foram distribuídos para todas as unidades do IBGE no país.

Entre abril e julho de 2007, foram realizadas 80.942 inserções em meios de comunicação diversos em todo o país, com alguns de abrangência nacional, outros regionais e uma parte destinada especificamente ao público agropecuário. O quadro a seguir mostra o número de inserções por meio de comunicação:

Quadro 66 – número de inserções por meio de comunicação

Meio de comunicação	Nº de inserções
TV nacional	51
TV regional	10.602
TV público agropecuário	219
Rádio	69.915
Revista nacional	4
Revista para público agropecuário	20
Jornal nas capitais	55
Jornal público agropecuário	76
Total	80.942

Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - 2007

As peças foram exibidas em 12 emissoras de TV, 24 revistas, 101 jornais e 549 rádios. No período de 3 a 10 de setembro de 2007, o IBGE veiculou um comunicado de 30 segundos de duração em cinco emissoras de TV aberta com o objetivo de reforçar a coleta em 11 capitais, chamando aqueles que ainda não tinham sido recenseados. O comunicado foi exibido em Manaus, Maceió, Teresina, São Luís, Porto Velho, Natal, Palmas, Boa Vista, Campo Grande, Cuiabá, João Pessoa e municípios próximos abrangidos pela transmissão da emissora de TV da capital. A escolha dessas cidades deveu-se ao fato de apresentarem número elevado de domicílios que não havia recebido a visita do recenseador, principalmente, nos domicílios onde os moradores estavam ausentes, ou havia forte recusa em receber o recenseador do IBGE.

Para divulgar o encerramento dos Censos 2007, o momento final da ação, foi criada uma campanha de retorno à sociedade, incluindo filmes de 30 e 60 segundos para televisão, anúncio em revistas e *banners* de formatos diversos para Internet. As peças publicitárias foram exibidas no período de 19 a 28 de novembro, em nove emissoras de TV aberta para todo o país (78 inserções), quatro revistas de circulação nacional (quatro inserções).

No período de 21 a 30 de dezembro, com a divulgação dos resultados da Contagem da População e dos resultados preliminares do Censo Agropecuário, a campanha foi veiculada em 20 portais na Internet, através de *banners* que direcionavam os internautas para o portal do IBGE.

Além de informar a conclusão dos Censos 2007, a campanha de encerramento trouxe uma mensagem de agradecimento à população destacando que o Brasil contou com a resposta dos brasileiros para obter os resultados dos Censos 2007 que começaram a ser divulgados em outubro de 2007.

Em 2007, a Ação contou com recursos na LOA no valor total de R\$15.391.051,00, sendo R\$ 15.000.000,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro) além de crédito extraordinário de R\$ 391.051,00 também em fonte 0100, tendo sido liquidado o montante de R\$14.999.999,00. Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo. A despesa com a Ação encontra-se no quadro a seguir.

Quadro 67 – Despesa da Ação 4641 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Serviços de publicidade de utilidade pública	14.999.999	100,00	100,00
Total	14.999.999		

Fonte: SIAFI – fev/2008

Quadro 68 – Metas e resultados da Ação 4641 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
—	15.391.051	—	14.999.999

Fonte: SIGPlan – fev/2008

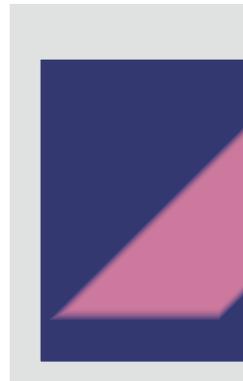
4.1.3 Programa Universidade do Século XXI - Código: 1073

4.1.3.1 Dados gerais

Este programa, de responsabilidade do Ministério da Educação, enquadrado no tipo finalístico, tem por objetivo ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.

Seu público-alvo (beneficiários) é alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES, bem como bolsistas das Instituições de Ensino Superior-IES privadas.

Os indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa são: Coeficiente de alunos por docentes em exercício na educação superior; Taxa de docentes (em exercício) com doutorado atuando nas instituições federais de educação superior - graduação presencial; Taxa de docentes (em exercício) com mestrado atuando nas instituições federais de educação superior – graduação presencial; Taxa de docentes (em exercício) com mestrado atuando nas instituições federais de educação superior-



graduação; Taxa de matrícula de alunos em instituições federais de educação superior - graduação presencial - no turno noturno; Taxa de matrículas de alunos em cursos de graduação presenciais no turno noturno.

- Gerente: Ronaldo Mota
- Gerente executivo: Maria Ieda Costa Diniz

4.1.3.2 Ação do Programa

Neste programa de responsabilidade do Ministério da Educação, a Ação Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências é de responsabilidade do IBGE, sendo apresentada no subitem 4.1.3.3.1

4.1.3.3 Gestão da Ação

4.1.3.3.1 Ação Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências - Código : 8547

4.1.3.3.1.1 Dados Gerais

Quadro 69 – Dados gerais da Ação 8547

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística e de Geociências, por meio de cursos de graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do País.
Descrição	Realização de curso de Graduação em Estatística e Geociências.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Escola Nacional Ciências Estatísticas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Escola Nacional Ciências Estatísticas
Coordenador da Ação	Sérgio da Costa Côrtes

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.3.3.1.2 Resultados

O curso de graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas-ENCE contou, em 2007, com 23 professores em seu quadro permanente e 11 professores colaboradores. Foram oferecidas 46 disciplinas a 307 alunos em média, totalizando 6.228 horas-aula nos dois semestres. A Escola graduou 18 alunos no primeiro semestre de 2007 e dez outros estão aptos para colação de grau no final do ano.

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos de graduação, a ENCE ofereceu cerca de 20 bolsas de monitoria, garantindo, assim, a participação dos discentes em atividades de apoio didático e iniciação científica.

A iminente implantação do Sistema de Cotas no Processo Seletivo Discente das Instituições Públicas de Ensino Superior, aliada à realidade socioeconômica de uma parcela significativa de alunos do Curso de Graduação em Estatística da ENCE, impôs a necessidade de implantar ações de inclusão social no âmbito da Escola. Com o objetivo de propiciar condições de permanência do aluno carente e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar, foram realizados dois processos seletivos em 2007 tendo sido oferecidas 13 bolsas-auxílio em cada semestre letivo de 2007.

Além das atividades didáticas, foram disponibilizadas atividades extracurriculares aos alunos da graduação, tendo sido ofertados seis cursos de verão (janeiro e fevereiro de 2007); e o evento comemorativo ao Dia do Estatístico para 110 participantes (alunos e servidores do IBGE), cuja programação contemplou a realização de seis palestras.

No Rio de Janeiro, aconteceu a Semana da Associação Brasileira de Estatística- ABE. Nesse evento conjunto com a ABE, foram realizados nas dependências da ENCE, dois cursos de pequena duração e três conferências, com um público estimado de 155 participantes.

Da mesma forma foi organizada a 1a. Escola de Amostragem e Metodologia de Pesquisa-ESAMP, com o apoio da ABE. A 1a. ESAMP teve por objetivo geral integrar pesquisadores brasileiros interessados em Amostragem. A programação contemplou a realização de um curso de curta duração, nove conferências, duas mesas redondas e espaço para apresentação de trabalhos em formato pôster ou oral.

Continuam em andamento os trabalhos das duas comissões que atuam nos projetos de elaboração do regulamento do curso de bacharelado e no projeto de reformulação e flexibilização curricular do curso de bacharelado.

As bolsas de monitoria oferecidas na escola pelo IBGE, incluem muitas vezes um trabalho de iniciação científica desenvolvido no âmbito do curso de graduação. No intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, em agosto de 2006, a ENCE pleiteou o seu cadastramento no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC, mantido pelo CNPq. No ano de 2007, a Escola foi contemplada com cinco bolsas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, PIBIC/CNPq.

Para tanto, a Ação contou com recursos na LOA 2007 no valor de R\$516.123,00, na fonte 0100, tendo sido liquidado o montante de R\$204.164,00. Não houve aplicação de recursos de convênios, nem de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 70 – Principais despesas da Ação 8547 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	8.022	3,93	3,93
Passagens	9.848	4,82	8,75
Estagiários	54.640	26,76	35,51
Serviço de seleção e treinamento	53.313	26,12	61,63
Apoio administrativo, técnico e operacional	32.142	15,74	77,37
Outras despesas	46.199	22,63	100,00
Total	204.164	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

As despesas realizadas com diárias e passagens na Ação justificam-se pela participação de professores em congressos e seminários nacionais para apresentação de trabalhos acadêmicos e de pesquisas, bem como, parceria com outras universidades e outros programas. Os gastos referentes a estagiários (alunos bolsistas) objetivaram propiciar condições de permanência de alunos carentes e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar. A contratação de professores colaboradores para a graduação foi essencial para a atualização e manutenção do Curso de Bacharelado em Estatística da ENCE, o que demandou gastos com serviços de seleção e treinamento, bem como gastos com apoio administrativo, técnico e operacional, indispensáveis para viabilizar o funcionamento das diversas atividades de manutenção da ENCE.

Quadro 71 – Metas e resultados da Ação 8547

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
310	516.123	307*	204.164

Fonte: SIGPlan – fev/2008

* Média de alunos nos 12 meses do exercício.



4.1.4 Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós- Graduação e da Pesquisa Científica - Código: 1375

4.1.4.1. Dados gerais

Este programa, de responsabilidade do Ministério da Educação, enquadrado no tipo finalístico, tem por objetivo formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

Seu público-alvo é os alunos de pós-graduação - professores de ensino superior e pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.

Os indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa são: Índice de Doutores Titulados no País; Índice de Mestres Titulados no País; Índice de Qualidade da Pós-graduação Nacional; Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Doutor das Instituições de Ensino Superior; Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Mestre das Instituições de Ensino Superior.

- Gerente: Jorge Almeida Guimarães
- Gerente executivo: Denise de Menezes Neddermeyer

4.1.4.2 Ação do Programa

Neste programa de responsabilidade do Ministério da Educação, a Ação Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências está sob responsabilidade do IBGE, sendo apresentada nos subitem 4.1.4.3.1.

4.1.4.3 Gestão da Ação

4.1.4.3.1 Ação Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências - Código: 1375



4.1.4.3.1.1 Dados Gerais

Quadro 72 – Dados gerais da Ação 1375

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística e de Geociências, por meio de cursos pós-graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do País.
Descrição	Realização de curso de pós-graduação strictu sensu (Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) e lato sensu (Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Coordenador da Ação	Sérgio da Costa Côrtes

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.4.3.1.2 Resultados

O mestrado da ENCE avançou no processo de reformulação e apresentou, em 2007, o melhor desempenho desde a sua criação: 34 dissertações defendidas; redução do tempo das defesas de dissertação; 186 alunos inscritos para o processo seletivo da turma 2008; maior número de publicações docentes e discentes; maior participação de docentes e discentes em eventos acadêmicos externos.

Estes recordes foram o resultado do esforço de reformulação do curso de mestrado que começou no final do ano de 2004, prosseguiu nos dois anos seguintes e apresentou resultados muito positivos em 2007. A avaliação trienal (2004-2006) da CAPES constatou esta melhora nos indicadores de desempenho do Programa de Mestrado.

A pós-graduação da ENCE tem contribuído com o processo de formulação e análise das pesquisas do IBGE, além de fundamental para ampliar as relações interinstitucionais com as universidades e centros de pesquisa do Brasil. Contudo, existe a necessidade de se dar um passo adiante com a criação de um programa de doutorado, que garanta a consolidação do ensino e da pesquisa na ENCE, e permita atender a crescente demanda por qualificação dos funcionários do IBGE que necessitam de um curso de doutorado que cubra as lacunas existentes neste nível de ensino e pesquisa.

Para tanto, a Ação contou com recursos na LOA 2007 no valor de R\$460.830,00, na fonte 0100 (recursos do tesouro), tendo sido liquidado o montante de R\$266.876,00. Não houve aplicação de recursos de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 73 – Principais despesas da Ação 1375 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	5.058	1,90	1,90
Passagens	15.000	5,62	7,52
Estagiários	221.840	83,12	90,64
Outras despesas	24.978	9,36	100,00
Total	266.876	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

As despesas realizadas com diárias e passagens na Ação justificam-se pela participação de professores em Congressos e Seminários Nacionais para apresentação de trabalhos acadêmicos e de pesquisas, bem como, parceria com outras Universidades e outros programas. Os gastos referentes a estagiários (alunos bolsistas) objetivaram a dedicação em tempo integral, por parte dos alunos, ao Curso de Mestrado, os possibilitando publicarem artigos e terminarem a dissertação em dia.

A Ação contou ainda com recursos na ordem de R\$123.129,34 oriundos dos Convênios IBGE/ Secretaria Especial de Direitos Humanos/PR e IBGE/ Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-FUCAPES, tendo sido liquidado o montante de R\$115.581,13.

As despesas de maior vulto financeiro são referentes aos convênios e encontram-se apresentadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total de gastos.

Quadro 74 – Principais despesas de Convênio da Ação 1375

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	3.844,69	3,33	3,33
Passagens	7.824,76	6,77	10,10
Bolsas de estudo no país	88.830,00	76,86	86,96
Serviços técnicos profissionais	7.056,00	6,10	93,06
Auxílio para desenvolvimento de estudos e pesquisas	4.425,68	3,83	96,89
Locação de meios de transporte	3.600,00	3,11	100,00
Total	115.581,13	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

As despesas realizadas por meio dos convênios seguiram os mesmos padrões utilizados em relação aos recursos da LOA. As realizadas com diárias e passagens justificam-se pela participação de professores em congressos e seminários nacionais para apresentação de trabalhos acadêmicos e de pesquisas, bem como, parceria com outras universidades e outros programas.

Os gastos referentes a 8 bolsas de estudo no país, em 2007, objetivaram viabilizar a dedicação, em tempo integral, dos alunos do curso de mestrado. Já os gastos para o desenvolvimento de estudos e pesquisas se referem aos auxílios financeiros ao aluno para sua participação em eventos científicos.

A contratação de professores colaboradores para o mestrado e, em especial para a especialização, foi essencial para a viabilização desta e manutenção do Mestrado e de outras atividades que possibilitam o funcionamento da pós-graduação.

Quadro 75 – Metas e resultados da Ação 1375 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
110	460.830	103*	266.876

Fonte: SIGPlan – fev/2008

* Média de alunos nos 12 meses do exercício.

4.1.5 Programa Apoio Administrativo - Código: 0750

4.1.5.1 Dados gerais

Este programa, padronizado a todos os órgãos, tem por objetivo prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos, sendo seu público-alvo o próprio governo.

4.1.5.2 Principais Ações do Programa

As Ações que compõem o Programa estão voltadas a prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

As ações que compõem o relatório foram selecionadas, tendo em vista a sua importância na consecução das atividades desenvolvidas na Instituição.

Atividades

- Administração da Unidade
- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
- Contribuição à Previdência Privada

4.1.5.3 Gestão das Ações

4.1.5.3.1 Ação Administração da Unidade - Código : 2000

4.1.5.3.1.1 Dados Gerais

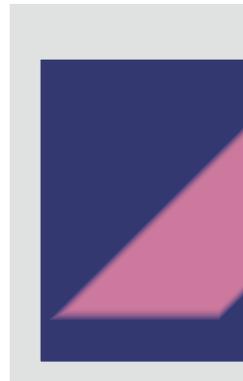
Quadro 76 – Dados gerais da Ação 2000

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria-Executiva
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria-Executiva
Coordenador da Ação	Sérgio da Costa Côrtes

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.5.3.1.2 Resultados

Na área de recursos humanos, cabe destacar a realização de dois processos seletivos simplificados, no exercício de 2007. O primeiro foi destinado ao preenchimento de 3.000 (três mil) vagas, em caráter temporário, para a função de agente de pesquisas e mapeamento, nas 27 Unidades da Federação, e o segundo, foi destinado ao preenchimento de 4.092 (quatro mil e noventa e duas) vagas para a função de recenseador para os censos de 2007.



Quanto ao quadro de estagiários, no ano de 2007, foram preenchidas 161 vagas, sendo 110 de nível médio e 51 de nível superior. As 44 vagas (17 de nível médio e 27 de nível superior) na Administração Central. As Unidades Estaduais não foram contempladas, por restrições orçamentárias.

Cabe ressaltar que, no exercício de 2007, foram convocados cerca de 138 ex-servidores que obtiveram o direito de serem reintegrados – nível Brasil, ao quadro de pessoal do IBGE, cujas demissões ocorreram em meados do ano de 1990, sem justa causa, visando melhor alocar os reintegrados nas diversas Unidades do IBGE em todo o Brasil, o IBGE desenvolveu um programa que consistiu em avaliar o perfil de cada profissional.

Conforme o objetivo de valorizar o trabalho dos servidores do IBGE que, direta ou indiretamente, fazem a operação censitária e, principalmente, criar uma atmosfera contagiante, capaz de refletir a importância dos Censos para o IBGE. O IBGE preparou uma grande campanha interna de mobilização, cujo tema foi “Censos 2007 – Eu faço dar certo”. Esta campanha consistiu basicamente na preparação e realização do “Dia C” (16 de abril) para marcar o início do período de coleta, envolvendo os servidores em todo o Brasil. O trabalho foi desenvolvido em conjunto com as Unidades Estaduais, que indicaram um representante para fazer a coordenação local da campanha.

Foi também desenvolvido o Censo do Servidor, com o objetivo de retratar o perfil do servidor, produzindo dados e informações estatísticas que pudessem subsidiar o planejamento, a organização e o desenvolvimento de políticas internas, principalmente de valorização do servidor. Estes resultados são importantes não só como diretrizes de nossas políticas internas de recursos humanos, como também para mostrar ao Ministério do Planejamento o perfil do servidor do IBGE e, dessa forma, discutir melhor a captação de recursos para melhorar a qualidade de vida do servidor.

Foi dado prosseguimento ao Programa de Educação Básica que proporciona aos servidores que ocupam o cargo de nível intermediário e que não possuem a escolaridade exigida por lei, a oportunidade de conclusão da Alfabetização, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Outro destaque foi a participação ativa do IBGE, no grupo de trabalho de saúde do trabalhador do Ministério da Saúde e demais instituições Federais do Rio de Janeiro, cujo objetivo principal, foi discutir e propor à organização, implantação ou implementação de serviços de saúde do trabalhador no âmbito do serviço público federal. Este grupo de trabalho surgiu da articulação entre as instâncias de vigilância em Saúde do Trabalhador existentes no serviço público federal, em órgãos como

universidades, centros de pesquisa e instituições públicas com interfaces na área de Saúde do Trabalhador, tais como: Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Fundação Nacional de Saúde-FUNASA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Ministério da Saúde-MS, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MP e outras instituições, que aderiram ao grupo de trabalho, propiciando ao IBGE a participar na formulação, desenvolvimento e a adoção de condutas que assegurem a prática de ações e políticas de Saúde do Trabalhador no setor público federal.

Dentro do Projeto Viva Mais e Melhor, com o objetivo de imunizar os servidores e melhorar sua qualidade de vida, o IBGE deu continuidade à vacinação contra a gripe, por ser a forma mais eficiente de prevenção contra esta doença. Já realizada em 2003 e 2006, a Campanha 2007 imunizou em torno de 3.600 servidores, em todo Território Nacional.

Em função de resultados obtidos no Exame Médico Periódico-EMP realizado em 2006, foi apresentada a palestra sobre o tema “Problemas da Próstata”, proferida pelo Dr. Sebastião Andrade, nos complexos do Rio de Janeiro, totalizando um público de 207 servidores.

Um primeiro exemplo do plano proposto foi a elaboração do banco de dados para armazenamento dos resultados do EMP 2006, que pode ser acessado, para registro e consulta, por qualquer médico da Instituição, de qualquer computador, em qualquer ponto do país, por meio da rede interna do IBGE, com o objetivo de agilizar os lançamentos de informações sobre as situações sociais, médicas e psicológicas do servidor, em um só documento.

Este plano tem respaldo nas legislações vigentes (RJU e CLT), estando, inclusive, inserido dentro da Política de Seguridade Social e Benefícios do Servidor Público Federal, que possui como norteador o Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Civil da Administração Pública Federal – SISOSP.

O SIS, do IBGE, será composto por um conjunto de módulos que atuarão de forma integrada, agilizando e facilitando o lançamento e consulta de dados referentes à saúde do servidor.

O grande diferencial será a forma integrada com que medicina do trabalho, enfermagem, odontologia, psicologia, serviço social e nutrição, através de um único prontuário, abrigará todas as anotações pertinentes ao histórico de saúde e social do servidor. Um único documento reunindo todas essas informações subsidiará a avaliação de resultados e as ações a serem realizadas e favorecerão a tomada de decisões tanto técnicas quanto gerenciais.



Na área de recursos materiais, com a utilização do pregão eletrônico, destacam-se as aquisições pelo Sistema de Registro de Preços. Em 2007, dos 133 pregões eletrônicos realizados pela Coordenação de Recursos Materiais, 48 (36%) foram efetuados pelo Sistema de Registro de Preços (SRP). Além de se constituir como uma ferramenta eficaz à otimização dos recursos e propiciar agilidade e transparência ao processo de compras e contratações do IBGE, o SRP funciona como um “almoxarifado virtual”, acarretando em menores custos logísticos e de armazenamento, e aquisições com melhores preços, uma vez que permite a renegociação dos valores das atas com base em pesquisas de mercado periódicas. O SRP beneficia não apenas ao IBGE mas a outras instituições governamentais. Em 2007, foram solicitadas mais de 90 adesões às atas do IBGE, reduzindo seus custos licitatórios e agilizando o processo de compra.

Em relação à implantação do *Call Center*, foram contratados os serviços de atendimento especializado ao usuário por meio de tele-atendimento ativo e receptivo, adquiridos mobiliário e *head sets* para uso na central de atendimento e contratados serviços para a execução da infra-estrutura necessária a sua implantação, totalizando um investimento de R\$ 1.577.022,16. Cabe apontar que o valor estimado foi de R\$2.326.310,47 e que a economia gerada foi de, aproximadamente, 33,07%. O *Call Center* já se encontra pronto para entrar em operação, podendo receber até 90 operadores, e destina-se hoje aos trabalhos de crítica do Censo Agropecuário 2007. Posteriormente, ele será utilizado para outras pesquisas realizadas pelo IBGE.

Quanto à gestão do patrimônio imobiliário, encontra-se em andamento a legalização dos imóveis em Lucas no Rio de Janeiro. Foram concluídas a adaptação do prédio para a instalação da unidade estadual de Sergipe, propiciando melhores condições de trabalho aos 50 servidores dessa unidade, e as reformas das fachadas dos prédios da SEDE e do Complexo Equador. Foram adquiridas as salas 603 e 604, onde se localiza a Coordenação de Recursos Materiais do IBGE e houve a cessão, por parte da SUDAM, do 10º andar do prédio localizado na Av. Franklin Roosevelt, 126 – para onde está sendo preparado um projeto de engenharia para a reforma do imóvel, visando a sua ocupação. As reformas da área externa de Lucas e dos banheiros da SEDE encontram-se em processo pré-licitatório, e obras na sala do malote na Sede já estão em execução.

Em 2007, foi realizado o Censo Patrimonial, que representou um expressivo salto de qualidade nos processos e ferramentas utilizados na implementação do inventário físico anual dos bens móveis do IBGE. Operacionalizado em meio eletrônico, o Censo Patrimonial conjugou a utilização do sistema informatizado de bens móveis (modelado por analistas do IBGE), da rede institucional interna (intranet), e da

tecnologia aplicada na operação censitária de 2007 (*Personal Digital Assistant-PDA*). O processo, pioneiro na Instituição, alcançou os objetivos propostos como, dentre outros, o de tornar a elaboração do inventário anual de bens móveis mais ágil e eficaz, num patamar de exatidão de controle mais acurada.

Em relação às atividades de desenvolvimento organizacional, foi realizado Seminário “Integrando para Fortalecer”, no período de 27 a 29 de agosto, com a participação de lideranças estratégicas da Diretoria-Executiva, num total de 40 gerentes, cujo objetivo foi definir sua missão, valores, fatores críticos e ambiência, além de identificar preliminarmente os processos de trabalho administrativos.

As discussões estratégicas foram retomadas nos dias 12 e 13 de setembro e em 18 de outubro, concluindo-se uma primeira etapa do projeto de “Gestão dos Processos Administrativos”, que intenta modelar, racionalizar e automatizar atividades administrativas do IBGE.

Em parceria com a COPPETEC/ UFRJ, nos meses de novembro e dezembro, técnicos da diretoria foram capacitados na análise de processos e seu corpo gerencial estratégico estabeleceu um plano de ações de melhoria.

O projeto “Gestão dos Processos Administrativos” faz parte do “Programa de Melhoria da Qualidade na Gestão Institucional” de responsabilidade da Diretoria-Executiva, programa este que engloba outros projetos estratégicos e é fio condutor para as ações de modernização administrativa da Instituição.

Para tanto, a Ação contou com recursos na LOA 2007 no valor de R\$525.167.211,00, sendo R\$518.261.987,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro), R\$778.746,00 na fonte 0250 (recursos próprios não financeiros), R\$5.481.478,00 na fonte 650 (recursos próprios não financeiros - exercícios anteriores) e R\$645.000,00 na fonte 680 (recursos próprios financeiros – exercícios anteriores). Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

Foi liquidado o montante de R\$518.582.466,00, sendo R\$511.840.025,00 na fonte 0100, R\$622.099,00 na fonte 0250 e R\$5.478.985,00 na fonte 0650 e R\$641.357,00 na fonte 0680.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 77 – Principais despesas da Ação 2000 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Infra-estrutura			
Diárias	190.695	0,38	0,38
Passagens	265.412	0,53	0,90
Locação de imóveis	9.581.571	14,48	15,38
Serviços de energia elétrica	5.217.412	10,32	25,70
Serviços de telecomunicações	5.169.021	10,23	35,93
Contribuição para o pis/pasep	4.330.419	8,57	44,50
Condomínios	4.070.789	8,05	52,55
Limpeza e conservação	3.762.574	7,44	59,99
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.391.219	4,73	64,73
Apoio administrativo, técnico e operacional	1.615.256	3,20	72,40
Obras em andamento	1.512.797	2,99	75,39
Serviços de comunicação em geral	1.291.994	2,56	77,95
Serviços de água e esgoto	1.281.121	2,53	80,48
Outras despesas	9.863.942	19,52	100,00
Subtotal	50.544.221	100,00	
Pessoal			
Vencimentos e Salários	196.150.283	41,91	41,91
Gratificação por exercício de cargos	126.417.943	27,01	68,92
13º Salário	36.129.772	7,72	76,64
Gratificação de tempo de serviço	27.853.957	5,95	82,59
Outras despesas	81.486.290	17,41	100,00
Subtotal	468.038.245	100,00	
Total da Ação	518.582.466		

Fonte: SIAFI – fev/2008

A estrutura do IBGE abrange todos os estados da União, acarretando elevados custos na contratação de serviços de terceiros, como limpeza e conservação, apoio administrativo, técnico e operacional, serviços de comunicação em geral e de telefonia, entre outros.

Há custos de locação de imóveis em 23 estados brasileiros, sendo que a Sede responde pela maior parcela dos gastos. Da mesma forma ocorrem as despesas relacionadas aos imóveis locados e próprios, como condomínio, serviços de água e esgoto, de energia elétrica e impostos.

A realização do Censo Agropecuário acarretou em um aumento nas despesas direta e indiretamente relacionadas às atividades de pesquisa como, por exemplo, transporte de cargas aérea e terrestre, correios, diárias e passagens. Por outro lado a melhoria da infra-estrutura gerou a necessidade de renovações e novos contratos de manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, assim como de bens móveis.

Quanto à gestão dos recursos relativos à infra-estrutura, o ano de 2007 foi marcado por intensas e freqüentes ações com vistas a melhorar a qualidade dos dados operacionais e gerenciais dos sistemas internos de informação, através do monitoramento e padronização da gestão dos contratos.

Quadro 78 – Metas e resultados da Ação 2000 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Ação Padronizada	525.167.211	Ação Padronizada	518.582.466

Fonte: SIGPlan e SIAFI – fev/2008

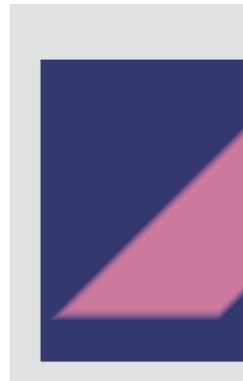
4.1.5.3.2 Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Código: 4572

4.1.5.3.2.1 Dados Gerais

Quadro 79 – Dados gerais da Ação 4572

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria-Executiva
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria-Executiva
Coordenador da Ação	Sérgio da Costa Côrtes

Fonte: SIGPlan – fev/2008



4.1.5.3.2.2 Resultados

Em relação à Capacitação de Servidores Públicos em Processos de Qualificação e Requalificação, Ação desenvolvida pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas-ENCE do IBGE, cabe mencionar que o Programa Anual de Treinamento-PAT capacitou, neste ano de 2007, 2.689 servidores em 139 turmas de 75 cursos de curta duração, como por exemplo, informática, administração e pesquisa, nas modalidades presencial e a distância.

Dos cursos realizados, vale destacar a continuidade do programa de educação à distância para o treinamento dos Censos 2007, quando foram capacitados 1.541 servidores que atuaram nos treinamentos operacionais dos módulos Sistema de Administração de Pessoal Censitário-SAPC, Uso do computador de mão (*Personal Digital Assistants-PDA*) e Base Territorial. Criou-se 47 turmas compostas, em sua totalidade, de servidores das Unidades Estaduais.

Merece, também, destaque a capacitação didático-pedagógica dos multiplicadores do treinamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, realizada no município de Ilhéus, na Bahia, tendo sido capacitados em torno de 150 servidores das Unidades Estaduais do IBGE.

Na área de Informática, foram oferecidos 37 cursos, para 233 servidores. Estes cursos possuem uma demanda muito específica voltada para atender, principalmente, a Diretoria de Informática e apesar de ter um pequeno quantitativo de treinandos, são fundamentais para a atualização dos servidores que atuam na área.

Da parceria com a Escola Nacional de Administração Pública-ENAP, em 2007, foram oferecidos, para a área gerencial, cursos dos seguintes programas: Capacitação em Gestão da Logística Pública (Gestão de Contratos de Serviços e Gestão de Contratos de Suprimentos); Capacitação em Gestão de Pessoas (Estilos de Gerenciamento: Lidando com Tarefas e Pessoas, Gestão das Relações no Trabalho, Gestão por Competências e Capacitação e Liderança e Gerenciamento) e Capacitação em Gestão do PPA (PPA: Elaboração e Gestão).

Neste ano, pelo comprometimento das equipes regionais com os censos 2007, apenas Minas Gerais e Rio de Janeiro participaram do projeto da parceria com a ENAP. Mesmo com esta restrição, foram beneficiados com treinamentos 152 servidores públicos sendo 73 de outras instituições.

A Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas da ESAF, em sua 4a. edição, realizou cursos distribuídos em pólos localizados no Distrito Federal, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Alagoas para onde foram deslocados 66 servidores do IBGE atendendo, portanto, demandas dos Estados mais próximos de cada pólo.

Na área de Geociências foram oferecidos dois cursos voltados para normas técnicas e aspectos práticos de nomes geográficos além do Curso Internacional de Toponímia Aplicada. Participaram destes cursos 104 servidores.

Em 2007 foi realizada, a vigésima edição, do Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa-CDHP. Este curso tem como proposta fornecer aos técnicos do IBGE e de outros órgãos da Administração Pública uma visão abrangente sobre todo o processo de planejamento e execução de uma pesquisa domiciliar por amostragem.

Para tanto, a Ação contou com recursos na LOA 2007 no valor de R\$ 987.285,00, na fonte 0100 (recursos do tesouro), tendo sido liquidado o montante de R\$772.052,00. Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 80 – Principais despesas da Ação 4572 – LOA2007

DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Diárias	125.237	16,22	16,22
Passagens	115.701	14,99	31,21
Serviço de seleção e treinamento – Pessoa Jurídica	266.309	34,49	65,70
Serviço de seleção e treinamento – Pessoa Física	231.568	30,00	95,70
Outras despesas	33.236	4,30	100,00
Total	772.052	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Dentre os principais gastos na Ação destaca-se o pagamento de deslocamento de servidores participantes de cursos em local diferente de sua origem. As despesas mais expressivas na Ação se referem à contratação de treinamento na área de informática e ao pagamento de pró-labore dos instrutores - servidores do IBGE não pertencentes ao quadro de servidores da ENCE, que colaboram ministrando cursos do Programa Anual de Treinamento.

Quadro 81 – Metas e resultados da Ação 4572 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
2.307	987.285	2.690	772.052

Fonte: SIGPlan – fev/2008



4.1.5.3.3 Ação Contribuição à Previdência Privada - Código: 0110

4.1.5.3.3.1 Dados Gerais

Quadro 82 – Dados gerais da Ação 0110

ATRIBUTO DA AÇÃO	INFORMAÇÃO
Tipo	Operações especiais
Finalidade	Assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada nos termos da Lei 8.020/90 e alterações.
Descrição	Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios), de acordo com o Decreto 606/92.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unidades executoras	Diretoria-Executiva
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria-Executiva
Coordenador da Ação	Sérgio da Costa Côrtes

Fonte: SIGPlan – fev/2008

4.1.5.3.3.2 Resultados

Os recursos alocados na Ação Contribuição à Previdência Privada destinam-se ao pagamento da sexta parcela acrescido de resíduos da quinta parcela, referentes ao instrumento particular de transação para reconhecimento de dívida e respectivo parcelamento firmado entre a Sociedade Ibegeana de Assistência-SIAS e IBGE, com vistas à integralização das reservas a amortizar relativas ao tempo de serviço passado dos participantes aposentados até à implementação do Regime Jurídico Único-RJU.

O pagamento da referida parcela mais resíduos, no montante de R\$11.809.090,00, ocorreu em 2 de maio de 2007. Para tanto, a Ação contou com recursos neste valor na LOA 2007, alocado na fonte 0100 (recursos do tesouro), tendo sido integralmente liquidados. Não houve aplicação de recursos de convênios e financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no quadro a seguir, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 83 – Principais despesas da Ação 0110

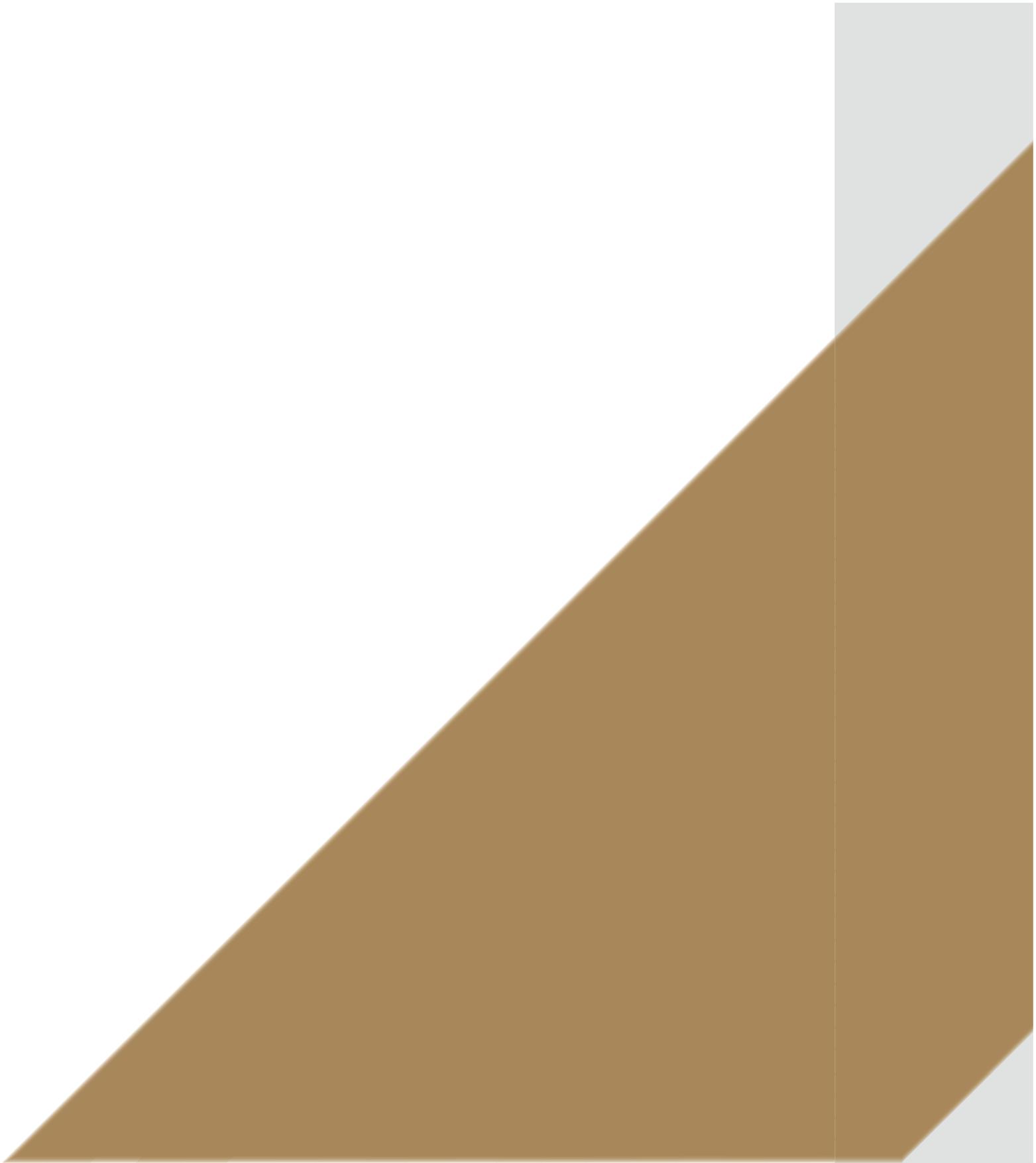
DESPESA	VALOR	%	% ACUM.
Complementação de previdência	11.059.610	93,65	93,65
Contribuição a entidades fechadas de previdência	749.480	6,35	100,00
Total	11.809.090	100,00	

Fonte: SIAFI – fev/2008

Quadro 84 – Metas e resultados da Ação 0110 em 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
—	11.809.090	—	11.809.090

Fonte: SIGPlan – fev/2008



Desempenho Operacional

5



Para avaliar o desempenho da gestão, quanto à eficácia, eficiência e efetividade no exercício de 2007, o IBGE utiliza seis indicadores, conforme mostra o quadro 85 – Indicadores de Desempenho.

Os indicadores ‘Taxa de Resultados Alcançados’ e ‘Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas’ objetivam a mensuração do fator **eficácia**. O cálculo da Taxa de Resultados Alcançados é de responsabilidade da Coordenação de Planejamento e Supervisão/Diretoria-Executiva, que o executa a partir dos resultados de cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional. A responsabilidade pelo cálculo da ‘Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas’ é de do Centro de Documentação e Disseminação de Informações-CDDI que o executa a partir do número de usuários atendidos pela Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas, informado pelo próprio CDDI.

Visando atender ao objetivo estratégico de “manter o IBGE como centro de referência de informações estatísticas e geocientíficas, utilizando as mais modernas tecnologias de informação, atendendo com excelência os clientes e usuários” foi implantado, a partir de 2004, o indicador ‘Tempo Médio de Resposta’ que permite o acompanhamento da **eficiência** da Instituição no atendimento às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico no endereço ibge@ibge.gov.br. O cálculo desse indicador é de responsabilidade da Coordenação de Atendimento Integrado/ Centro de Documentação e Disseminação de Informações, para o qual são consideradas as correspondências que apresentam uma resposta final e conclusiva ao usuário.

Os indicadores Taxa de Satisfação, Expectativa e Avaliação do Usuário têm como objetivo mensurar a **efetividade** da Instituição no atendimento aos cidadãos-usuários. Esses indicadores são calculados a partir dos dados levantados na Pesquisa de Satisfação dos Usuários, realizada desde o primeiro semestre de 2003, sob responsabilidade do Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Essa pesquisa é realizada no CDDI, Rio de Janeiro; e nos Setores de Documentação e Disseminação da Informação (SDDIs) do IBGE, localizados no Distrito Federal e nas demais capitais dos estados brasileiros. A coleta, com duração de um mês, é feita através do auto-preenchimento de um questionário, no qual os usuários atribuem notas (de zero a dez) que identificam a sua expectativa e avaliação sobre a qualidade dos serviços prestados, de forma global e também para cada uma das cinco dimensões da qualidade: conservação e limpeza do centro de atendimento, atendimento dos funcionários, capacidade dos funcionários, serviço feito corretamente e facilidade para conseguir o serviço. Nesse questionário o usuário estabelece uma priorização em função da importância (valor) atribuída por ele para cada uma dessas dimensões. A metodologia utilizada para a pesquisa é a *American Consumer Satisfaction Index* da Universidade de Michigan; SERVQUAL desenvolvido pelos especialistas Zeithaml, Parasuraman e Berry e *Common Measurement Tool* do Centro Canadense de Gestão; e a entrada de dados e a análise dos resultados são feitas com o uso do aplicativo

Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação – IPPS, versão 1.0, disponibilizado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão–MP.

A periodicidade da Pesquisa de Satisfação foi definida inicialmente por semestre com expectativa de apurar e melhorar, se necessário, rapidamente a qualidade do atendimento aos usuários dos serviços de biblioteca, livraria e centro de atendimento do IBGE. A partir de 2006, a periodicidade passou a ser anual, tendo em vista os dados históricos da pesquisa já permitirem uma boa caracterização do fenômeno a acompanhar, o que resultou também na redução dos custos de sua implementação.

Quadro 85 – Indicadores de Desempenho

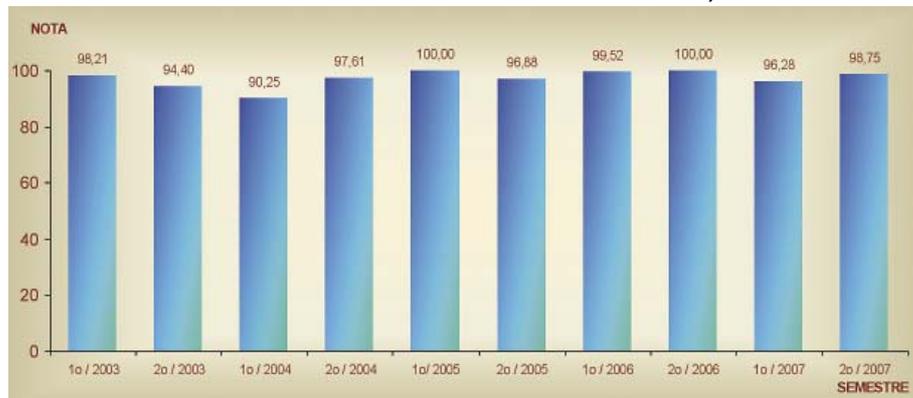
	INDICADOR / DESCRIÇÃO	ATRIBUTOS		
		FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE	PERIODICIDADE
E F I C I Â C I A	Taxa de Resultados Alcançados (\overline{RA}) A composição desse indicador tem como base as metas das Ações do Plano Plurianual -PPA, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional, e é dado pela média aritmética do conjunto de resultados obtidos.	$\overline{RA} = \frac{\sum \left(\frac{M_R}{M_P} \times 100 \right)}{n}$ M _R = metas realizadas M _P = metas previstas n = número de resultados obtidos	%	Semestral
	Taxa de Variação da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas (TDI) À partir da obtenção do número índice e da variação percentual do número de usuários atendidos no ano em análise em relação ao ano anterior, é possível acompanhar a evolução do IBGE no que diz respeito a demanda por informações estatísticas e geocientíficas.	$TDI = \left(\frac{NU_n}{NU_{n-1}} \times 100 \right) - 100$ NU _n = número de usuários atendidos no ano NU _{n-1} = número de usuários atendidos no ano anterior	%	Anual
E F I C I Ê N C I A	Tempo de Resposta (\overline{TR}) - Médio Tempo médio de resposta (atendimento) às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico. Esse indicador permite avaliar mês a mês o desempenho do atendimento a essas demandas.	$\overline{TR} = \frac{\sum T_i}{n}$ ΣTi = somatório dos tempos de resposta a cada usuário atendido no mês n = número de atendimentos realizados no mês	Dias	Mensal
E F E T I V I D A D E	Taxa de Satisfação do Usuário (S) Percentual alcançado pela avaliação do serviço em relação à expectativa de serviço, onde valores abaixo de 100 indicam insatisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi pior do que o esperado, e valores maiores ou igual a 100 indicam satisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi melhor ou igual ao esperado.	$S = \frac{\overline{A}}{\overline{E}} \times 100$ \overline{A} = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>avaliação</i> \overline{E} = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>expectativa</i>	%	Semestral (1)
	Expectativa do Usuário (\overline{E}) Média das notas, de 0 a 10, dadas pelos indivíduos sobre o que esperavam receber em relação a um determinado serviço. Quanto maior a nota, maior a expectativa possuíam antes de receber o serviço.	$\overline{E} = \frac{\sum E_i}{n}$ ΣEi = somatório da notas atribuídas à <i>expectativa</i> por cada usuário n = número de questionários respondidos	Pontos	Semestral (1)
	Avaliação do Usuário (\overline{A}) Média das notas, de 0 a 10, dadas pelos indivíduos sobre o que efetivamente receberam em relação a um determinado serviço. Quanto maior a nota, maior a avaliação.	$\overline{A} = \frac{\sum A_i}{n}$ ΣAi = somatório da notas atribuídas à <i>avaliação</i> por cada usuário n = número de questionários respondidos	Pontos	Semestral (1)

Fonte: Pesquisa de Satisfação dos Usuários - CDDI, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN e Avaliação de Desempenho Institucional.

(1) – A periodicidade passou a ser anual a partir de 2006.

O gráfico 1 apresenta uma série histórica que permite a visualização do cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional no período de 2003 a 2007. No exercício de 2007 a Instituição atingiu o valor de 96,28% e 98,75%, respectivamente no primeiro e segundo semestres de 2007, o que indica uma redução da eficácia no atingimento das metas estabelecidas. Tal resultado deveu-se às baixas execuções físicas de algumas Ações que foram prejudicadas pela concentração de esforços na Operação dos Censos. Cabe ressaltar que embora haja uma redução nos resultados em comparação com o ano anterior, o percentual da pesquisa foi satisfatório.

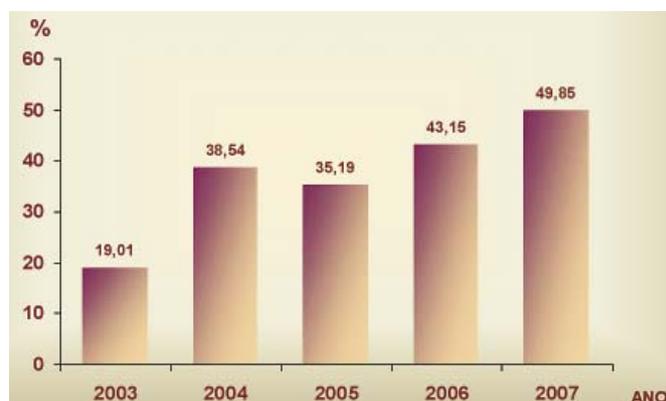
Gráfico 1 – Resultados do indicador TAXA DE RESULTADOS ALCANÇADOS IBGE 2003-2007



Fonte: Resoluções do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referentes à Avaliação Institucional, no período de 2003 a 2007 – março 2008

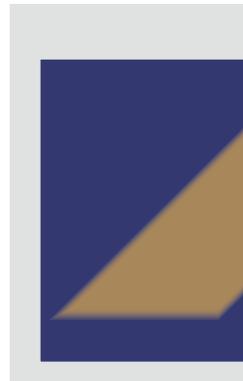
O IBGE tem alcançado índices significativos no que se refere ao atendimento aos usuários e ao acesso às informações. As demandas dos usuários vêm aumentando a cada ano em função do crescimento de acessos ao Portal do IBGE na Internet. O gráfico 2 indica que houve um aumento de 49,85% de usuários atendidos em 2007, quando foram feitos 21.994.780 atendimentos.

Gráfico 2 – Resultados do indicador TAXA DE VARIAÇÃO DA DEMANDA POR INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS – IBGE 2003 A 2007



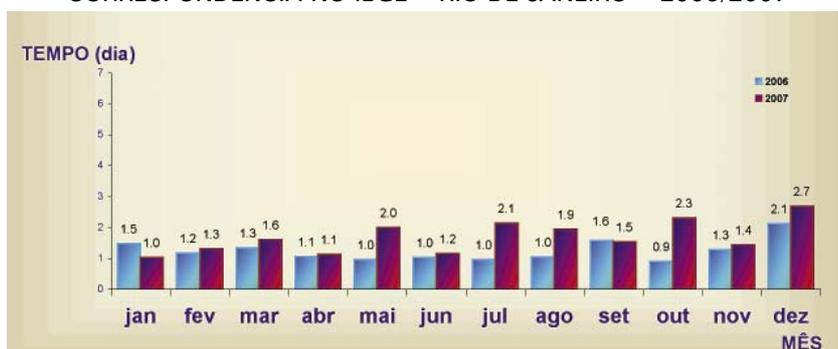
Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - março / 2008

Para atendimento ao cidadão-usuário o correio eletrônico é um dentre os diversos canais disponibilizados pelo IBGE. O indicador Tempo de Resposta – Médio é utilizado para avaliar a eficiência desse atendimento.



Na comparação dos resultados alcançados em 2007 em relação a 2006 (gráfico 3), observa-se, em uma análise global, uma pequena redução da eficiência no atendimento, pois o tempo médio de resposta anual passou de 1,2 dias em 2006 para 1,7 dias em 2007. Parte do aumento do tempo médio de atendimento por correspondência em 2007 deve-se à mudança no perfil da demanda que vem se tornando mais seletiva, em função da grande oferta de informações no Portal do IBGE, na Internet.

Gráfico 3 – TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA AOS ATENDIMENTOS REALIZADOS POR CORRESPONDÊNCIA NO IBGE – RIO DE JANEIRO – 2006/2007

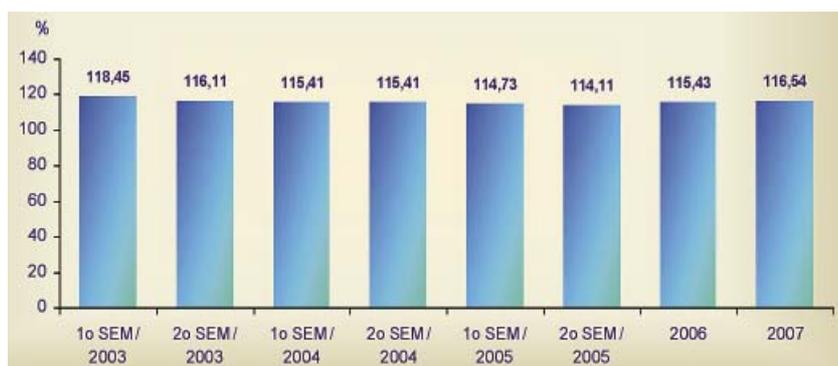


Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - março / 2008

Os indicadores Taxa de Satisfação, de Expectativa e de Avaliação do Usuário permitem uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. Os dados utilizados no cálculo desses indicadores foram obtidos por meio da Pesquisa de Satisfação realizada a cada semestre até 2005 e anual a partir de 2006, o que significa que eles refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição.

De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação pouco superiores a 100%; tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido. Os resultados das oito Pesquisas de Satisfação dos Usuários realizadas (gráfico 4) mostram taxas que confirmam elevado grau de satisfação dos usuários com os serviços oferecidos.

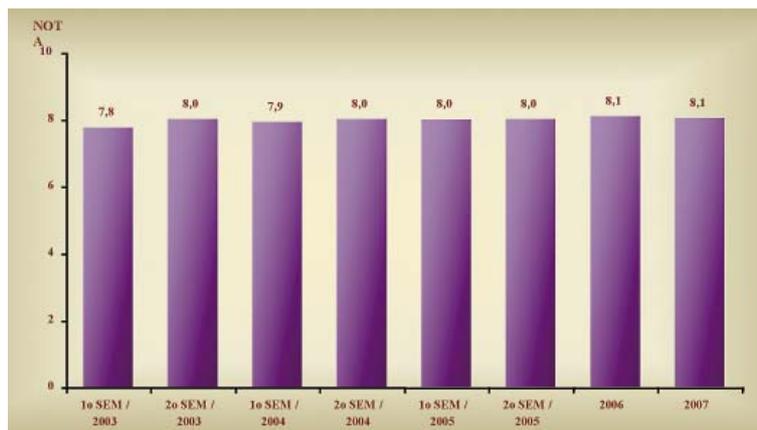
Gráfico 4 – TAXA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS COM O IBGE – BRASIL 2003 a 2007



Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - março / 2008
 Nota: A periodicidade deste indicador passou a ser anual a partir de 2006.

Os resultados do indicador referente à Expectativa dos Usuários quanto ao atendimento (gráfico 5) apresentam índices satisfatórios (período de 2003 a 2007), o que reflete a excelente imagem que o cidadão-usuário tem sobre a Instituição. Ressalta-se que o IBGE vem mantendo junto a sociedade uma imagem de qualidade, observada nos altos níveis de expectativa do Usuário.

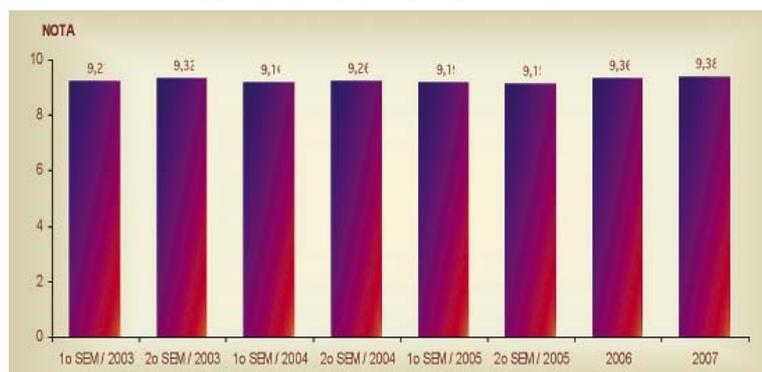
Gráfico 5 - NOTA MÉDIA DE EXPECTATIVA DO USUÁRIO SOBRE O ATENDIMENTO DISPONÍVEL NO IBGE – BRASIL – 2003 a 2007



Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - março / 2008
 Nota: A periodicidade deste indicador passou a ser anual à partir de 2006.

Observa-se, no gráfico 6, que as avaliações médias do atendimento, nas oito Pesquisas de Satisfação realizadas, apresentaram resultados próximos à nota máxima, o que reforça os índices obtidos para o indicador referente à Taxa de Satisfação do Usuário e demonstram que o atendimento realizado ficou acima das expectativas.

Gráfico 6 – NOTA MÉDIA DA AVALIAÇÃO DO USUÁRIO AO ATENDIMENTO PRESTADO PELO IBGE – BRASIL – 2003 A 2007



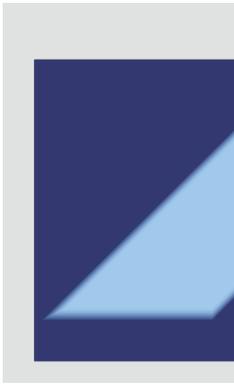
Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - março / 2008
 Nota: A periodicidade deste indicador passou a ser anual à partir de 2006.

Os resultados apresentados para os indicadores da Taxa de Satisfação, de Expectativa e de Avaliação dos Usuários mostram que o IBGE está oferecendo serviços com qualidade e que deve continuar aperfeiçoando suas atividades de atendimento, com o objetivo de atingir e manter um padrão de excelência e, também, que a Instituição tem ótimo conceito de sua imagem perante a sociedade, mas deve continuar trabalhando constantemente na sua melhoria.



Previdência Complementar Patrocinada

6



a) **Identificação da Entidade**

Nome/Razão Social: Sociedade Ibegeana de Assistência e Seguridade-SIAS
CNPJ: 33.937.541/0001.08

b) **Desempenho anual**

i - Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes
R\$ 44.013.617,45 (folha de 12/2007)

ii - **Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes**
R\$ 745.099,06

iii - **Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora**

Não há participação da Patrocinadora-instituidora IBGE no Plano Previdenciário do Regime Jurídico Único – RJU destinado aos servidores do IBGE.

iv - **Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora**
R\$ 11.809.090,00

v - **Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições**

Em decorrência da Lei N.º 8.112, de 11/12/1990, estabelecendo o supracitado Regime Jurídico Único (RJU), a partir de janeiro de 1991 foram suspensas as contribuições para o Plano Básico de Benefícios (CLT) da SIAS por parte da Patrocinadora-Instituidora (IBGE), bem como a de seus servidores/participantes.

A SIAS vinha dispondo, desde então, essencialmente dos recursos provenientes das contribuições da própria SIAS (patrocinadora), de seus empregados/participantes, dos assistidos e dos servidores do IBGE participantes do Plano de Benefícios RJU, além dos resultados obtidos através de seu Programa de Investimentos, constituído para cobertura do plano de benefícios.

Com a assinatura do Instrumento Particular de Transação para Reconhecimento de Dívida e respectivo parcelamento, em 16 de maio de 2002, pela SIAS e o IBGE, passaram a ingressar anualmente na entidade os recursos relativos à integralização da Reserva a Amortizar (atualmente denominada Provisão Matemática a Constituir) referente ao tempo de serviço passado dos participantes aposentados até a implantação do Regime Jurídico Único (RJU).

vi - **Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal**

Quadro 86 – Tipos de Aplicação

Segmentos	dezembro/2007		Rentabilidade dezembro/2007		
	Saldo	%	SIAS	Referência	Descrição
Renda Fixa	36.220.265,51	63,57%	12,07%	11,81%	Taxa CDI CETIP
Renda Variável	7.113.898,13	12,48%	16,91%	43,68%	Ibovespa Médio
Imóveis	6.384.708,95	11,21%	15,88%	11,17%	INPC + 6% a.a
Empréstimos e Financiamentos	7.259.312,39	12,74%	19,76%	11,17%	INPC + 6% a.a
Total dos RGRTs (*)	56.978.184,98	100,00%	14,12%	11,17%	INPC + 6% aa

Fonte: SIAS – 2007

(*) RGRT: recursos garantidores de reserva técnica

Meta atuarial : INPC + 6%

A variação da meta atuarial de 2007 (INPC + 6%) estimou o INPC de dezembro/2007 em 0,7%, tendo em vista não ter sido divulgado o índice em 09/01/2008, data da apuração dos valores do quadro 29.

Fundamentação legal: Resolução CMN 3.456/07 e seu Regulamento Anexo, de 1º de junho de 2007 e Política de Investimentos da entidade

vii - **Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar**

A Secretaria de Previdência Complementar não se manifesta formalmente sobre o envio da documentação, somente o fazendo por ocasião de fiscalização.

viii - **Parecer da auditoria independente**



Fernando Motta
& Associados

www.fmotta.com.br
RUA PARAIBA, 330 – 7º ANDAR – FONE: (0xx) 31 3273-6900
FAX: 3226-3629 – 30.130-140 – BELO HORIZONTE – MG
AV. ALMIRANTE BARROSO, 63/2004 – FONE: (0xx) 21 2262-1099
FAX: 2262-3430 – 20.031-000 – RIO DE JANEIRO – RJ

RJPAR - 08/004

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores da
SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE - SIAS**

1. Examinamos o balanço patrimonial da **SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE - SIAS**, levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. O plano de Benefícios Regime Jurídico Único não possui homologação oficial da Secretaria de Previdência Complementar, portanto as operações e a situação patrimonial da Entidade poderão ser reduzidas, caso o referido Plano não venha a ser aprovado, vide item 2-d, das notas explicativas.

4. A Entidade está pleiteando judicialmente a recuperação do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras, cujo montante corrigido até 1996 é de R\$1.234 mil. Esta ação encontra-se em fase pericial para apuração de valores, vide item 8.4 - Outros Realizáveis, das notas explicativas.

5. Em nossa opinião, sujeita aos efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, as demonstrações contábeis acima referidas representam em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE - SIAS**, em 31 de dezembro de 2007, e o resultado de suas operações e a movimentação do fluxo financeiro correspondente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar.

6. Em conexão com o exame das demonstrações contábeis, efetuamos a revisão do cumprimento das disposições da Resolução CMN nº. 3.121, em vigor até 31 de maio de 2007, revogada pela Resolução CMN nº. 3.456, de 01 de junho de 2007, no que concerne ao enquadramento da Entidade nos limites e condições estabelecidos e quanto à pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle de seus investimentos. Com base em nossos exames identificamos que a Entidade reduziu sua participação no segmento de investimento imobiliário, em cumprimento aos requisitos legais, de acordo com o descrito no item 8.4. - Segmento de Imóveis, das notas explicativas.

7. Nas avaliações atuariais dos Planos de Benefícios foram utilizadas base de dados individuais dos participantes e beneficiários, posicionada em 31 de agosto de 2007, considerados adequados, pelos profissionais especializados. Além disso, ambos os Planos possuem Provisão para Oscilação de Risco. No Plano de Benefícios CLT, o valor de R\$18 mil corresponde à elevação do compromisso da implantação do Benefício Proporcional Diferido, e no Plano de Benefícios RJU, o valor de R\$3.836 mil, para atender compromissos relacionados aos Pecúlios e Invalidez.

8. As demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu parecer, datado de 02 de março de 2007 e contém as seguintes ressalvas: a) Recursos financeiros do Plano Assistencial para suprimentos de seus gastos, registrados nos Recursos Coletados do Plano de Benefícios Regime Jurídico Único – RJU, gerando divergências nas contas patrimoniais entre os Planos, cuja regularização foi realizada, conforme reclassificações contábeis. b) Adiantamento a fornecedores de R\$232 mil, por conta de benfeitorias realizadas no imóvel, vendido em outubro de 2006, regularizado através da reclassificação contábil, conforme apropriação nas despesas. c) O Exigível Operacional, no Programa Assistencial, referente ao INSS retido sobre as faturas brutas da Unimed, no montante de R\$1.170 mil, em 31/12/2006. Em 2007, a Entidade promoveu uma ação judicial, complementada com um depósito judicial, no montante atualizado de R\$4.507 mil, transferindo o referido saldo para o Exigível Contingencial, do Programa Assistencial, conforme mencionado no item 16-b, 6º parágrafo das notas explicativas.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2008.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
AUDITORES INDEPENDENTES
CRCMG - 757/O – F – RJ


Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador – CRCRJ – 046.114/O-3

c) **Em caso de descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informar quais providências estão sendo adotadas para a adequação.**

Os recursos referentes às reservas a amortizar pelo tempo de serviço passado têm sido repassados pela patrocinadora-instituidora (IBGE) à entidade fechada (SIAS) na forma contratada.

- d) **Discriminar listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão.**

Quanto aos recursos humanos, a patrocinadora-instituidora (IBGE) cedeu dois servidores (licenciados) para a entidade fechada (SIAS) a fim de ocuparem função na Diretoria, a saber: Carlos Alberto Pereira (Diretor Superintendente) e Solange Makrakis (Diretora de Benefícios). A entidade fechada (SIAS) repassa integral e mensalmente à patrocinadora-instituidora os vencimentos dos citados servidores, na forma da legislação vigente.

Não existem recursos patrocinais cedidos à entidade fechada (SIAS) pela patrocinadora instituidora (IBGE).

- e) **Discriminar as dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplência.**

Conforme registro contábil na SIAS, estão pendentes de pagamento pela patrocinadora-instituidora (IBGE) à entidade fechada (SIAS) os seguintes valores:

- Reservas a Amortizar
 - saldo em 30/12/2007 – R\$ 26.259.670,97
 - Situação
 - resta uma parcela a vencer em 2008 e outra 2009.
- Principal de encargos sobre Aluguéis – Saldo em 30/12/2

Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal

7

Este item não se aplica ao IBGE

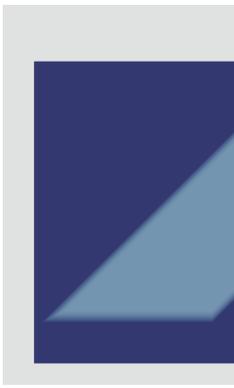
Operações de Fundos

8

Este item não se aplica ao IBGE



Anexos



Anexo A

Demonstrativo de tomadas de contas especiais

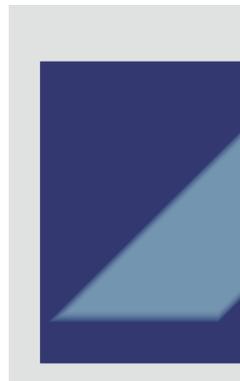
Não se aplica ao IBGE, no exercício de 2007, o atendimento ao disposto nos itens 12 e 14 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 85 de 19 de setembro de 2007.

Anexo B

Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades

Quando fica caracterizada e comprovada a ausência de má fé nas ocorrências que envolvem perdas, extravios e outras possíveis irregularidades, com danos ao patrimônio da Instituição, a providência do ressarcimento imediato visa, justamente, evitar os procedimentos de Tomada de Contas Especial, resultando na conclusão em rito sumário dos processos objeto dessas ocorrências.

No decorrer do exercício de 2007, não foram registrados contabilmente atos pertinentes à matéria em causa.



Anexo C

Despesas com cartão de crédito corporativo

(conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

As informações referentes à utilização do cartão de crédito corporativo do governo federal, encontram-se no endereço no Portal da Transparência do Governo Federal (<http://www.portaldatransparencia.gov.br>), onde poderão ser consultados dados sobre o suprido/ processo, por unidade organizacional do IBGE, a situação de cada processo, o valor concedido, as datas de concessão.

Ao acessar o Portal, clique nos seguintes *links*:

- (1) Consultas a Gastos Públicos;
- (2) Aplicações Diretas;
- (3) Cartões de Pagamento do Governo Federal;
- (4) Exercício: selecionar 2007;
- (5) Efetuar Consultas;
- (6) MIN.PLAN.ORÇ.GESTAO;
- (7) FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG E ESTATISTICA.

Anexo D

Recomendações da Controladoria Geral da União

(continua)

RECOMENDAÇÕES		
No do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
EXERCÍCIO DE 2006		
170130	<p>Item do Relatório de Auditoria 2.1.1.1 Execução expressiva de despesas mediante saques com CPGF em desacordo com o que preceitua o Decreto n.º 5.355/2005.</p> <p>Recomendação 001: Atentar para o caráter excepcional da realização de despesas mediante a modalidade saque com CPGF, conforme previsto no art. 2º, §2º do Decreto n.º 5.355/2005.</p> <p>Recomendação 002: Nos casos excepcionais de saques de recursos, justificar e caracterizar a inviabilidade do pagamento com CPGF e/ou conveniência do pagamento em espécie.</p>	<p>Salvo melhor julgamento, no momento da efetivação dos saques, as despesas foram consideradas excepcionais e emergenciais, conforme justificativas apresentadas pelos supridos, devidamente acatadas pelo Ordenador de Despesas. No entanto, a Diretoria-Executiva, através de sua Coordenação de Orçamento e Finanças/Gerência de Contabilidade, estará reforçando junto aos supridos e seus Ordenadores de Despesas o entendimento das normas vigentes através de seminários e comunicações escritas, dando ênfase ao art. 2º/§2º do Decreto 5355/2005, destacando o dever de limitar os saques ao mínimo indispensável.</p> <p>No que tange às justificativas, todos os processos atendem plenamente a esta exigência, com a anuência do Ordenador de Despesa da Diretoria onde foi concedido o suprimento. Quanto a caracterização da conveniência, esta reside no fato de os estabelecimentos comerciais trabalharem com preços diferenciados para cada situação, sendo mais vantajoso o pagamento em espécie. Atende, também, o que diz o item 3.3.5 do assunto Suprimento de Fundos/Manual SIAFI, que diz "... observar os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da igualdade, além de garantir a aquisição mais vantajosa para a administração pública". Desta forma, optou-se pelo princípio da economicidade.</p>

(continuação)

RECOMENDAÇÕES		
No do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
EXERCÍCIO DE 2006		
170130	<p>Item do Relatório de Auditoria 2.1.1.2 Fracionamento de despesas com cartão corporativo, ocasionando fuga ao procedimento licitatório.</p> <p>Recomendação 001: Observar o caráter de excepcionalidade da realização de despesa por meio de suprimento de fundos (art. 68 da Lei 4.320/64; art. 74, § 3º, do Decreto-lei 200/67), especialmente as contratações de bens e serviços que, por sua natureza, possam subordinar-se ao processo normal de aquisição.</p> <p>Recomendação 002: Atentar, nas aquisições de bens e serviços com CPGF, para a possibilidade de ocorrência de fracionamento de despesas, com fuga ao devido procedimento licitatório, em afronta ao art. 23 da Lei n.º 8.666/1993.</p>	<p>O caráter de excepcionalidade é sempre observado. As despesas através de suprimento de fundos estão devidamente enquadradas às situações emergenciais do momento em que ocorrem.</p> <p>Podemos dar como exemplo a CONFEST, citada no relatório dessa Auditoria, onde, para uma dotação de R\$712.652,92, a modalidade Suprimento de Fundos teve uma representatividade de 4,36%, e Pregão 78,77%. A adoção do cartão de pagamento/saque, para esta atividade se deu em caráter estritamente emergencial, como no caso do pronto atendimento a um contingente de pessoas muito acima do esperado, dado o sucesso do evento, sendo necessário dotar o espaço de condições mínimas para atender às diversas demandas que a situação exigia.</p> <p>As compras realizadas por meio de Cartão Corporativo são controladas, no âmbito de todo o IBGE, por um Sistema de Suprimento de Fundos. Esses processos são orientados pela OS COF 001/2006, com base na qual cada suprimento é orientado a realizar aquisições de bens e serviços somente quando forem estritamente emergenciais, ou quando se tratar de material para o qual não haja estoque para suprir eventuais emergências.</p> <p>Sendo assim, embora possam ter sido verificados indícios de um aparente fracionamento de despesa, no nosso entendimento tal fato não ocorreu, uma vez que os serviços que constituíram o objeto da presente recomendação referem-se a eventos independentes e isolados, realizados, alguns deles, fora da cidade do Rio de Janeiro, e em momentos totalmente distintos, não caracterizando, por conseguinte, um fracionamento de despesas ou uma fuga ao processo licitatório normal. Vale ainda ressaltar que os eventos em pauta foram realizados pelo Centro de Documentação e Disseminação de Informações UG – 114637, a cujo ordenador de despesa cabe não somente a realização do evento como a responsabilidade pela requisição e concessão de suprimentos de fundos para a referida Unidade Gestora.</p> <p>Não obstante, no sentido de evitar possíveis fracionamentos, estão sendo implantados mecanismos de controle ainda mais rigorosos, no sentido de identificar e monitorar criteriosamente, com base no cadastro do CATMAT, os itens constantes das aquisições feitas por CCGF.</p>

(continuação)

RECOMENDAÇÕES		
No do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
EXERCÍCIO DE 2006		
170130	<p>Item do Relatório de Auditoria 4.1.1.1 Recomendação 001: O IBGE/ADM. CENTRAL/RJ Implantar melhorias no sistema informatizado de controle do quadro de pessoal da Entidade e, providenciar revisão consistente do efetivo de pessoal que imputam despesas na folha de pagamento da Entidade.</p>	<p>O Encontro Gerencial da Diretoria-Executiva, anteriormente agendado para setembro/2007, foi adiado para o corrente exercício tendo em vista a realização da operação censitária que mobilizou todas as Unidades Estaduais. Na ocasião será discutido e definido um novo Sistema de Informações Administrativas, que contemplará o atendimento à presente recomendação.</p>
170130	<p>Item do Relatório de Auditoria 4.1.1.2 Recomendação 001: Recomendamos à CRH/IBGE/ADM. Central/RJ: providenciar a inclusão de todos os atos de admissões e concessões no sistema SISAC, dando assim cumprimento à Instrução Normativa n.º44 do Tribunal de Contas da União.</p>	<p>A Coordenação de Recursos Humanos do IBGE continua envidando esforços para atender aos prazos da Instrução Normativa TCU nº 44/02. Entretanto, devido a dificuldades operacionais, não tem sido possível concluir o cumprimento da referida Instrução, sendo esperada a regularização da questão até o final do presente exercício.</p> <p>A Coordenação de Recursos Humanos do IBGE vem, no mesmo sentido, estudando a possibilidade de descentralizar o cadastramento no SISAC do registro de admissão, como também da concessão das aposentadorias e pensões, por parte de 12 Unidades Gestoras, que se encontravam com suas áreas administrativas envolvidas na operação censitária em fase de conclusão. O IBGE está analisando a melhor alternativa a ser submetida à avaliação da CGU, no que concerne ao encaminhamento dos referidos atos, uma vez que cada Unidade Gestora representa, também, outras Unidades Estaduais a ela jurisdicionadas Foi feito contato com o TCU que se mostrou receptivo ao pleiteado, inclusive se propondo a disponibilizar um servidor para realizar o treinamento no IBGE.</p>

(continuação)

RECOMENDAÇÕES		
No do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
EXERCÍCIO DE 2006		
170130	<p>Item do Relatório de Auditoria 4.1.3.1</p> <p>Recomendação 001: Verifique cada caso de cessão e avalie a possibilidade de retorno imediato daqueles servidores em que o prazo de cessão já tenha se encerrado ou que o motivo da cessão não se relacione com a missão institucional do IBGE.</p> <p>Recomendação 002: Envie esforços no sentido de adequar no Sistema SIAPE aos registros das cessões, de acordo com cada situação funcional dos servidores cedidos pelo IBGE, com a finalidade de não gerar dúvidas a respeito da força de trabalho ativa existente na entidade.</p> <p>Recomendação 003: Aprimorar o sistema informatizado.</p> <p>Recomendação 004: Implantar rotinas de controle, com verificações periódicas.</p>	<p>Foi concluída a análise de todos os processos relativos a antigas cessões, cuja liberação se estendeu por prazo prolongado, vindo a ocasionar, em alguns casos, a qualificação desses processos como prazo indeterminado, com vistas à formalização, quando for o caso, do pedido de retorno do servidor. Da mesma forma, foram revisados os processos de cessão dos servidores à disposição da Justiça Eleitoral.</p> <p>Recomenação atendida com a orientação da CRH às Unidades responsáveis pelos lançamentos para que façam os registros de atualização necessários.</p> <p>Recomendação atendida com a implementação de sistema informatizado para Controle das Cessões de Servidores.</p> <p>Recomendação atendida com a implementação de controle permanente das cessões de servidores.</p>
170130	<p>Item do Relatório de Auditoria 4.1.3.2</p> <p>Recomendação 001: Acompanhar o posicionamento das dívidas de cessões, junto à Procuradoria Federal, quanto à adoção das providências que a ela cabem, no sentido de manter a CGU-Regional/RJ informada a respeito das implementações adotadas, no que tange as mencionadas dívidas de ressarcimento de servidores cedidos a outros órgãos.</p>	<p>Os débitos referentes às cessões antigas, que se encontram na alçada da Procuradoria Federal, independem da ação da Coordenação de Recursos Humanos do IBGE . Através do processo 03604.005687/2005-81, a CRH vem acompanhando a tramitação dos processos de ações judiciais que dizem respeito ao ressarcimento das cessões, junto à Procuradoria Federal no IBGE, que vem informando periodicamente as alterações ocorridas. Por oportuno vale ressaltar que foi quitado no exercício de 2007, o débito referente à cessão do servidor Gabriel Gomes Braga à Prefeitura Municipal de Buriti, no valor de R\$ 73.600,41, objeto do processo judicial 2004.0599-1 da 4ª. Vara da Justiça Federal do Piauí.</p>
170130	<p>Item do Relatório de Auditoria 4.2.1.1</p> <p>Recomendação 001: Obter os laudos de avaliação de agentes ambientais, que se encontram no SRH/MP, a CRH/IBGE, no intuito de agilizar as expedições de portarias de localização com indicação dos graus mínimo, médio e máximo a que o servidor faz jus, quando em exercício, em locais com graus insalubres, em cumprimento as disposições legais que regem o assunto em questão.</p>	<p>Emcumprimento à ON nº 04/05 foi encaminhado à SRH/MPOG, para homologação, através do Ofício CRH nº 93 de 01/06/06, cópias dos laudos de avaliação ambiental, bem como portarias referentes à concessão do adicional de insalubridade. Estamos aguardando resposta da SRH/MP, que informou ao IBGE, através do Ofício n.º 66/SRH/MP, sobre o grande volume de processos a serem analisados, o que tem dificultado a liberação dos laudos. A CRH tem mantido contato com a SRH/MP que informa persistir a dificuldade relatada.</p>

(continuação)

RECOMENDAÇÕES		
No do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
EXERCÍCIO DE 2006		
170130	<p>Item do Relatório de Auditoria 4.4.1.1 Recomendação 001: Recomendamos à CRH/IBGE/ADM. CENTRAL/RJ aprimorar a tramitação processual, bem como providenciar a inclusão de todos os atos de concessões pendentes de registros no Sistema SISAC, dando assim cumprimento à Instrução Normativa n.º 44/2002 do Tribunal de Contas da União, mantendo os atos da Unidade para a análise e emissão do parecer pela CGURegional/RJ.</p>	<p>A CRH continua envidando esforços para atender aos prazos da Instrução Normativa TCU n.º 44/02. Entretanto, devido a dificuldades operacionais, ainda não foi possível alcançar o pleno cumprimento da referida Instrução, o que é esperado que ocorra até o final do exercício. A CRH vem estudando a possibilidade de descentralizar o cadastramento no SISAC do registro de admissão, como também da concessão das aposentadorias e pensões pelas 12 Unidades Gestoras que se encontravam com suas áreas administrativas envolvidas na operação censitária, em fase de conclusão. O IBGE está analisando a melhor alternativa a ser submetida à avaliação da CGU em relação ao encaminhamento dos referidos atos, uma vez que cada Unidade Gestora representa, também, outras Unidades Estaduais a ela jurisdicionadas. Foi feito contato com o TCU que se mostrou receptivo ao pleiteado, inclusive, se propondo a disponibilizar um servidor para realizar um treinamento no IBGE.</p>
170130	<p>Item do Relatório de Auditoria 6.1.1.1 Abordagem incompleta quanto às informações que devem ser apresentadas no RAIN.T.</p> <p>Recomendação 001: Apresentar no RAIN.T, relativo ao exercício de 2006, as informações e análise exigidas na IN/SFC n.º 1, de 3/1/2007.</p> <p>Ainda como produto da análise da CGU, encontram-se três justificativas: Apresentar documento ao Presidente do IBGE solicitando a reestruturação da auditoria interna, diante das exigências apresentadas nas IN/CGU n.º 07/2006 e IN/SFC n.º 01 de 03/01/2007.</p> <p>Apresentar novo PAINT/2007 a CGU/RJ contemplando as sugestões constantes da Nota Técnica n.º 415/2007/GAB/CGU-RJ.</p> <p>Apresentar a CGU/RJ o PAINT/2007, devidamente, aprovado pelo Presidente do IBGE.</p>	<p>Relevante considerar a justificativa apresentada pela Auditoria Interna do IBGE, na qual fica claro o objetivo de atender a determinação da IN referenciada tão logo sejam operacionalizados os instrumentos que compõem a reestrutura organizacional da Unidade de Auditoria Interna. Considere-se ainda, que quando da publicação da IN/SFC n.º 01 (3/1/2007), já se encontravam finalizados os trabalhos objeto da RAIN.T/2006</p> <p>Neste sentido estão sendo realizados estudos para avaliação das necessidades, e tão logo prontos, serão encaminhados ao Senhor Presidente do IBGE.</p> <p>A Auditoria Interna do IBGE já colocou por escrito, a justificativa da impossibilidade de atender tal determinação, por entender que nas condições atuais, um novo PAINT/2007, com o detalhamento solicitado pela CGU seria inexecutável. Após a implantação da reestruturação, a Unidade de auditoria, estará pronta, em condições de obedecer o previsto nas instruções normativas.</p> <p>Ao nosso entender, já devidamente colocado junto a CGU/RJ, consideramos que a remessa do PAINT/2007, através de Ofício do Senhor Presidente do IBGE, demonstra a aceitação do Plano por parte daquela autoridade. Todavia formalizaremos a aprovação do PAINT/2007, considerando a razão colocada pela auditoria interna quanto às ressalvas da CGU.</p>

(continuação)

RECOMENDAÇÕES		
No do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
EXERCÍCIO DE 2006		
184642 Item 1.3 do Acórdão	I - priorize a reestruturação da área de administração de Recursos Humanos, no que tange às rotinas de execução e controle, tanto na Unidade Central como nas Unidades nos Estados, para que falhas como as constatadas pelo Controle Interno sejam evitadas e, em caso de novas ocorrências, sejam identificadas e corrigidas pela própria Entidade; além disto, busque a implementação de reciclagem para servidores que atuam com Suprimento de Fundos;	<p>Dando seguimento à reestruturação da área de Recursos Humanos, iniciada em 2006 com base na Resolução nº4 do Conselho Diretor, de 14.02.05, novos estudos começaram a ser desenvolvidos em 2007 com vistas à modernização de algumas áreas da Coordenação de RH e criação de outras, No que diz respeito à modernização, já se encontram reformatados (e espaço físico e mobiliário) alguns ambientes de trabalho, buscando-se proporcionar ao servidor a melhoria desses ambientes.</p> <p>No que se refere ao programa de capacitação institucional, além dos cursos, seminários e palestras constantes do Plano Anual de Treinamento - PAT de responsabilidade da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, a Diretoria-Executiva, em continuidade ao Programa de Melhoria da Qualidade na Gestão Institucional, deu início, em 2007, ao Projeto de Gestão de Processos de Trabalho. Foram realizados treinamentos de um grupo estratégico de servidores, na formação conceitual desse tipo de gestão e de um grupo de analistas de processos que serão os responsáveis pela modelagem de todos os processos administrativos. O resultado esperado é a conscientização da necessidade de melhoria, em cada etapa, de um determinado processo de trabalho, assumindo-se, cada vez mais, a responsabilidade por <i>"fazer acontecer com comprometimento e qualidade"</i>.</p> <p>Quanto ao processo de reciclagem de servidores atuantes, em especial, nos procedimentos de Suprimento de Fundos e de pagamento de pessoal, que contou, em 2005 e 2006, com treinamentos, seminários e encontros nacionais, foi temporariamente interrompido no exercício de 2007 devido à priorização dada à implementação das operações censitárias, devendo ser retomado em 2008. Entretanto, quando do treinamento do grupo responsável pelas ações administrativas com vistas à realização dos Censos 2007, enfatizou-se, justamente, o cuidado, a atenção e o controle quanto à elaboração da folha de pagamento dos menselistas censitários, à forma de pagamento dos recenseadores e à concessão de suprimento de fundos, com vistas, senão evitar, a reduzir, consideravelmente, os pagamentos indevidos.</p>

(conclusão)

RECOMENDAÇÕES		
No do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas
EXERCÍCIO DE 2006		
184642 Item 1.5 do Acórdão	III - conclua a revisão do tempo de efetivo exercício dos servidores ativos e inativos, considerado para fins do adicional por tempo de serviço, efetuando os acertos financeiros cabíveis	As UPAG's já concluíram a revisão recomendada, à exceção da Unidade Central, cuja quantidade de servidores (ativos e inativos) sob sua responsabilidade é altamente expressivo e gera um volume de aproximadamente 5.000 casos a serem reavaliados por um equipe que atualmente se apresenta reduzida o suficiente para não ter concluído, ainda, o trabalho objeto da recomendação.
184642 Item 1.7 do Acórdão	IV - envie esforços no sentido de adequar no sistema SIAPE os registros das cessões de acordo com cada situação funcional dos servidores cedidos pelo IBGE, com a finalidade de não gerar dúvidas a respeito da força de trabalho ativa existente na entidade.	Os registros de cessão dos servidores já se encontram adequados ao SIAPE e também atualizados. O IBGE vem investindo na modernização de suas práticas de gestão e avalia a possibilidade de adquirir <i>softwares</i> que ajudem a melhorar os controles dos processos de uma maneira geral, o que, certamente, irá refletir na área de recursos humanos.
184642 Item 1.8 do Acórdão	V - proceda à atualização e revisão geral nas documentações pertinentes aos dossiês dos servidores, a fim de torná-las compatíveis com as remunerações recebidas e especificadas nas fichas financeiras, no sentido de comprovar a segurança do sistema de pagamento de pessoal, bem como atualize o cadastro no sistema SIAPE de acordo com as informações pertinentes às fichas funcionais e financeiras;	Deu-se continuidade, em 2007, ao projeto de digitalização das pastas funcionais de todos os servidores ativos. Além de ter sido desenvolvido um sistema de preparação de toda a documentação funcional a ser digitalizada, foi também desenvolvido pela área de informática do IBGE, o Gerenciador Eletrônico de Documentos-GED, sistema que disponibiliza as informações funcionais.

Observação: Os itens VI e VII, relativos aos itens 1.11 e 2 do Acórdão, que constavam deste Anexo no Relatório de Gestão do exercício de 2006 foram retirados pois as medidas adotadas e as explicações apresentadas apontam para o seu atendimento.

Anexo E

Demonstrativo de transferências realizadas no exercício

(continua)

Tipo	Código SIAFI/ SIASG	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido / transferido no Exercício	Contra-partida	Beneficiário	Situação da avença
1 Convênio	---	Portaria CAPES n° 33/2006	Formar especialistas em nível de mestrado e doutorado nas áreas de ciência, tecnologia e cultura que possuem cursos de pós-graduação Strictu Sensu recomendados pelo sistema de acompanhamento e avaliação da CAPES. Proporcionar melhores condições às instituições de ensino superior à formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento científico nos cursos de pós-graduação Strictu Sensu	6/6/2006	90.240,00	90.240,00	0,00	FUCAPES - Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior UG 154003.	Adimplente
1 Convênio	---	Portaria CAPES n° 33/2006	Inclusão na PNAD /2006, visando atender cronograma de desembolso do plano de trabalho acerca do trabalho infantil.	6/6/2006	25.833,34	25.833,34	0,00	FUCAPES - Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior UG 154003.	Adimplente
1 Convênio	---	Proc. n° 71000.007619/2006-97 Port. 320/06. Vigência: Set06/Ago08		5/10/2006	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	Prog. Apoio ao Sistema de Proteção Social (MDS) UG550014	Adimplente

(continuação)

Tipo	Código SIAFI/SIASG	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido / transferido no Exercício	Contra-partida	Beneficiário	Situação da avença
8 Outros	---	Processo 03604.003569/2006-10	Pagamento de energia elétrica, água e esgoto - GERAP.	---	9.548,02	9.548,02	0,00	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão UG 201002.	---
1 Convênio	---	Portaria 049/2006 - Vigência: jun/06-jun/08.	Pesquisa para estudos socio-econômicos e análises espaciais nos municípios com existência de comunidades remanescentes de quilombos.	---	94.328,42	94.328,42	0,00	Secretaria Especial de Política da Igualdade Racial UG 238012.	Adimplente
1 Convênio	---	Processo 23000018744200761 - 2007	Proporcionar a realização do Censo Agropecuário e Contagem da população nos municípios com menos de 170 mil habitantes - CENSOS2007	---	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação UG 153173.	Adimplente

(continuação)

Tipo	Código SIAFI/SIASS	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido / transferido no Exercício	Contra-partida	Beneficiário	Situação da avença
1 Convênio	---	Processo 54000.01378/2007-34. Vigência a maio/2006 a maio/2011.	Desenvolver ações estruturantes para que os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, incluindo as terras públicas federais, terras devolutas estaduais e as terras particulares, em todo o país, sejam executados com absoluta precisão; gerenciar a ocupação fundiária do Brasil de forma ordenada, dirigida e sustentável.	---	648.500,00	648.500,00	0,00	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária UG 373001	Adimplente
1 Convênio	---	Port. nº 499/2007 - nº 03606.000377/2007-12 - SETEC nº 23000.023369/2007-71	Suplemento projeto PNAD/2007.	---	1.249.000,00	1.249.000,00	0,00	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica UG 150016.	Adimplente

(continuação)

Tipo	Código SIAFI/SIASSG	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido / transferido no Exercício	Contra-partida	Beneficiário	Situação da avença
1 Convênio	---	Processo 23034.048789/2007-72 - Vig. Nov/07 a Dez/08	Inclusão na PNAD /2007 de investigação suplementar sobre características complementares de educação e alfabetização de jovens e adultos dos moradores de 15 anos ou mais de idade.	06/092007	1.249.000,00	1.049.000,00	2.594.853,00	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação UG 153173.	Adimplente
1 Convênio	---	Processo 01400.006459/2007-51.	Atualização do estudo sistema de informações e indicadores culturais, divulgado em 2006.	---	167.088,85	98.000,00	0,00	Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - FNC UG 340001.	Adimplente
8 Outros	---	Processo 03605000632200737	Atender à despesas com serviços de tradução simultânea no Seminário Nacional de Indicadores de Direitos Humanos.	---	7.056,00	7.056,00	0,00	Secretaria Especial de Direitos Humanos/PR UG 200016	---

(conclusão)									
Tipo	Código SIAFI/SIASG	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido / transferido no Exercício	Contra-partida	Beneficiário	Situação da avença
1 - Convênio	594616	Processo 03601.000025/2005-45. Vigência: 21/12/2006 a 21/12/2011.	Estabelecer condições gerais da cooperação técnica entre Caixa e IBGE para produção e aprimoramento do Sistema Nacional de pesquisa de Custo e Índices da Construção Civil - SINAPI.	12/3/2007	7.000.000,00	1.500.000,00	0,00	Caixa Econômica Fedé-ral CNPJ 00.360.305/0001-04	Adimplente
1 - Convênio	576618	Contrato BRA/06/02 - Proc. 03606.000897/2005-63 - Vigência 23/12/05 a 31/03/09	Assistir o Governo no desenvolvimento da capacidade institucional para monitorar o progresso e o impacto das políticas sociais, etapa crítica para institucionalização do gerenciamento baseado em resultados.	23/12/2005	7.276.009,50	3.570.000,00	174.800,00	PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento CNPJ 03723329/0001-79	Adimplente

Anexo F

Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadorias e pensão praticados no exercício.

Tipo de Ato	Quantidade de Encaminhamento	Quantidade Registrados no SISAC
Atos de concessão de aposentadoria	168	209
Atos de concessão de pensão civil	132	26
Atos de admissão	40	05
Atos de desligamento	64	26

Aposentadoria

Foram publicadas no Diário Oficial da União, ano de 2007, um total de 168 aposentadorias tendo sido todos os atos devidamente registrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC. Além das concessões publicadas, foram encaminhados outros atos referentes a pendências de anos anteriores.

Pensão

No que diz respeito a publicação de pensões, foram concedidas 132 em 2007, tendo sido encaminhadas 26 pelo SISAC. Justifica-se a ocorrência por conta de a grande maioria dos processos de pensão estarem atrelados a aposentadorias antigas, o que torna o preenchimento da ficha SISAC mais complexo e demorado.

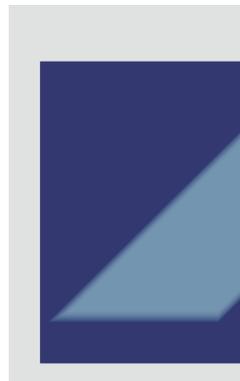
Admissão

No caso das admissões, trata-se de servidores de nível intermediário que foram nomeados durante o ano de 2007 de acordo com o Edital nº 01/2006 na Unidades Estaduais do IBGE-UE. Os atos não foram encaminhados pois as Unidades Estaduais ainda não foram treinadas para fazer a ficha SISAC.

Desligamento

Os atos de desligamento se referem aos servidores que pediram exoneração e/ou vacância por posse em outro cargo inacumulável. A justificativa para o número menor de encaminhamentos é que os atos encaminhados se referem a servidores lotados nas Unidades Estaduais onde as fichas SISAC ainda não estão sendo feitas.

A Coordenação de Recursos Humanos está preparando um treinamento específico referente ao preenchimento e encaminhamento das fichas SISAC de aposentadoria, pensão, admissão e desligamento para as Unidades Estaduais, já tendo, inclusive, feito contato com o Tribunal de Contas da União.



Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**

www.ibge.gov.br
wap.ibge.gov.br

atendimento
0800-721-8181

